

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Ciências do
Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia –
PPGCASA
Mestrado Acadêmico

**A práxis ambiental na escola rural Professora Francisca Góes dos Santos, Careiro da
Várzea, Amazonas, Brasil**

Valdenir Fábio de Moraes Moreira

Manaus - Amazonas
2017

Valdenir Fábio de Moraes Moreira

**A práxis ambiental na escola rural Professora Francisca Góes dos Santos, Careiro da
Várzea, Amazonas, Brasil**

Orientador: Prof. Dr. Neliton Marques da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

Manaus - Amazonas.
2017

Valdenir Fábio de Moraes Moreira

**A práxis ambiental na escola rural Professora Francisca Góes dos Santos, Careiro da
Várzea, Amazonas, Brasil**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cláudia Guerra Monteiro

Prof. Dr. Tarcísio Cerpa Normando

Profa. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

Prof. Dr. Henrique dos Santos Pereira

Profa. Dra. Carlos Augusto Silva

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M838p Moreira, Valdenir Fábio de Moraes
A práxis ambiental na escola rural Professora Francisca Góes dos Santos, Careiro da Várzea, Amazonas, Brasil : A práxis ambiental na escola rural Professora Francisca Góes dos Santos, Careiro da Várzea, Amazonas, Brasil / Valdenir Fábio de Moraes Moreira. 2017
134 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Neliton Marques da Silva
Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. escola. 2. comunidade. 3. formação. 4. ambiente. I. Silva, Neliton Marques da II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

A minha mãe,

meu primeiro e mais forte exemplo de
preocupação com a natureza,

Dedico

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus pela saúde, força, determinação, paciência e sabedoria concedidas durante todo o processo de aprendizagem que deram origem a esta dissertação.

Aos meus pais, Iracema de Moraes Moreira e Valdemir da Silva Moreira (*in memoriam*), por inculcarem desde cedo o amor por esta Amazônia e tudo que dela faz parte.

A minha esposa Marivânia Oliveira de Souza Moreira e minha filha Fernanda Souza Moreira pela paciência em suportarem minha ausência por tantas vezes.

A minha família do coração, representada por Nestor e Zilda, que souberam entender que as ausências se fizeram por um bem muito maior.

Ao querido orientador Prof. Dr. Neliton Marques da Silva, que aceitou me orientar no meio da caminhada e que contribuiu de forma tão generosa e paciente para a formulação deste trabalho. A ele que soube entender como ninguém as limitações de um caboclo das águas, meu mais profundo agradecimento.

A querida Prof.^a Dr.^a Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, por sempre me olhar nos olhos e incentivar, afirmando que vale a pena discutir os saberes contidos nas várzeas amazônicas.

A prefeitura Municipal de Careiro da Várzea na pessoa do ex prefeito Pedro Duarte Guedes, que acreditou neste sonho e concedeu liberação de minhas funções docentes para ingressar no mestrado.

Ao Conselho Municipal de Educação de Careiro da Várzea, na pessoa da presidente Valdirene de Souza Ferreira, por entenderem o momento impar pelo qual passei.

A paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Careiro da Várzea pelo apoio e incentivo.

Aos colegas de trabalho pela compreensão e solidariedade.

Aos professores do PPGCASA pela oportunidade da troca de saberes e por me fazerem ver o quão importantes são os conhecimentos contidos nas comunidades tradicionais amazônicas.

As queridas amigas Marília Gabriela Gondim Rezende e Mônica Suani, incansáveis no incentivo, no estímulo e quando necessário, no auxílio da caminhada.

A amada Fernanda Mendes; atenta, disponível, paciente e extremamente compreensível. Nossa segurança nos momentos cruciais da relação com a instituição acadêmica.

A turma PPGCASA 2015 pelo olhar, pela amizade, parceria e companheirismo, essenciais na caminhada.

A escola Professora Francisca Góes dos Santos, que se permitiu pesquisar e contribuir com o entendimento ora exposto.

Aos moradores da comunidade São Francisco da Costa de Terra Nova, atores principais desta obra, sem os quais, este trabalho jamais poderia ser realizado.

Ao Dr. Carlos Augusto (TIJOLO) pelas conversas sempre produtivas e incentivadoras.

A querida Dolerice D'avilla (Dorinha), pelo sorriso, pelo carinho e pela cordialidade com que sempre nos recebeu no Centro de Ciências do Ambiente (CCA).

A cunhada, comadre (duas vezes) e principalmente amiga Msc. Ana Cristina Lima do Nascimento pelo incentivo em me inscrever na seleção do mestrado e pelo companheirismo ao longo do caminho, sem o qual, teria sido muito mais difícil de ser completado.

Ao amigo Renato Brito, parceiro diário na travessia do Grande Rio, que soube com seu labor atual, contribuir com o ex-professor dos seus tempos de escola.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida para a realização da pesquisa.

A todos, que direta ou indiretamente contribuíram no meu processo de formação acadêmica que julgo importante para o desenvolvimento desta dissertação.

Pra muita gente confesso,
Eu abri meu coração
Reparti o mel gostoso,
Das notas de uma canção,
Olho pra trás e só vejo,
Minhas pegadas no chão

Celdo Braga

RESUMO

A formação de sujeitos ambientalmente conscientes e que sejam capazes de dialogar quanto às práticas de sustentabilidade e de equilíbrio ambiental tem sido uma preocupação da sociedade e de instituições educacionais. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa foi analisar a práxis ambiental em escola ribeirinha no Amazonas. A instituição escolhida foi a escola municipal Professora Francisca Góes dos Santos, situada na comunidade São Francisco, Costa de Terra Nova, Careiro da Várzea, Amazonas. Buscou-se analisar se a mesma tem sido capaz de, com suas práticas educacionais, formar cidadãos capazes de pensar o ambiente de forma sustentável, comprometendo-se com a conservação dos recursos naturais para as gerações futuras. A escolha da área de estudo deveu-se ao fato de a escola situar-se em área de várzea, cujas terras da comunidade são inundadas anualmente pelas águas do rio Amazonas, conferindo a mesma, um caráter peculiar quanto ao estudo da relação da com o ambiente que a cerca. Foram traçados três objetivos específicos: Analisar as formas de ambiente na comunidade São Francisco; Identificar as formas de gestão da escola e da comunidade e Avaliar a sustentabilidade ambiental na escola Professora Francisca Góes dos Santos. Para atingir estes objetivos, foram utilizados diversos instrumentos metodológicos como entrevistas abertas, conversas informais, observação, formulários e o Programa Websphere Analysis. Os resultados indicam que a escola municipal Professora Francisca Góes dos Santos apesar de em seu contexto geral ter uma ideia bem definida do que seja a responsabilidade que se deva ter com o ambiente e com tudo que se refere ao tema, não consegue articular mecanismos suficientes para estabelecer uma política pedagógica concreta de formação de seus docentes, de seu corpo técnico, do seu corpo discente e muito menos da comunidade em que a mesma está inserida. Isto se deve, principalmente, pelo processo de descontinuidade nas ações desenvolvidas pela instituição, pela não preocupação com o exemplo que dá ao público que dela faz parte e de modo mais efetivo, pelo modo distante com que a instituição de ensino trata a comunidade e os que dela não fazem parte de forma direta. Portanto, os resultados indicam de forma geral, que a formação de cidadãos ambientalmente conscientes sofre forte desgaste, influenciado pelos motivos acima elencados, com especial destaque ao relacionamento da instituição com a comunidade em que está inserida; e que o fato de a escola estar localizada em uma comunidade situada em área rural, ribeirinha e varzeana, não tem sido utilizado de forma positiva pela instituição para a formação dos seus docentes, discentes e de toda a comunidade. Desafios são grandes, porém, a estrutura, a formação dos colaboradores e a pré-disponibilidade dos comunitários são pontos críticos que podem ser utilizados de forma positiva na formação de todos os envolvidos com a instituição escolar.

Palavras-chave: escola, comunidade, formação, ambiente.

ABSTRACT

The formation of environmentally conscious subjects and who are able to dialogue about sustainability practices and environmental equilibrium has been a concern of society and educational institutions. In this sense, the objective of this research was to analyze the environmental praxis in riverside school in the Amazon. The chosen institution was the municipal school Professor Francisca Góes dos Santos, located in the community of São Francisco, Costa Nova Terra, Careiro da Várzea, Amazonas. The aim was to analyze if it has been able, with its educational practices, to form citizens capable of thinking about the environment in a sustainable way, committing itself to the conservation of natural resources for future generations. The choice of the study area was due to the fact that the school is located in a floodplain area, whose community lands are flooded annually by the waters of the Amazon River, conferring the same, a peculiar character regarding the study of the relation of the Environment that surrounds it. Three specific objectives were outlined: To analyze the forms of environment in the São Francisco community; Identify the ways of school and community management and Evaluate environmental sustainability in school Professor Francisca Góes dos Santos. To achieve these objectives, several methodological tools such as open interviews, informal conversations, observation, forms and the Websphere Analysis Program were used. The results indicate that the municipal school Professor Francisca Góes dos Santos, although in its general context, has a clear idea of the responsibility that must be had with the environment and with everything that refers to the theme, it can not articulate enough mechanisms to To establish a concrete pedagogical policy of training of its teachers, its technical staff, its student body and much less of the community in which it is inserted. This is mainly due to the process of discontinuity in the actions developed by the institution, not concern with the example given to the public that is part of it, and more effectively, by the distant way in which the institution treats the community and the Which are not part of it directly. Therefore, the results indicate, in general, that the formation of environmentally conscious citizens suffers heavy wear and tear, influenced by the above mentioned reasons, with special emphasis on the relationship of the institution with the community in which it is inserted; And that the fact that the school is located in a community located in rural, riverine and varzean areas has not been used in a positive way by the institution to train its teachers, students and the entire community. Challenges are great, however, the structure, the training of employees and the pre-availability of the community are critical points that can be used in a positive way in the training of all those involved with the school institution.

Key words: school, community, training, environment.

LISTA DE SIGLAS

AGROUFAM – Feira Livre do Agricultor Familiar da Amazônia.
APMC – Associação de Pais, Mestres e Comunitários.
CCA – Centro de Ciências do Ambiente
CEUC – Centro Estadual de Unidades de Conservação
CTN – Costa de Terra Nova.
UNCHE – United Nations Conference on the Human Environment.
ECO-92 – Conferência Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
EPI – Equipamento de Proteção Individual
FCA – Faculdade de Ciências Agrárias.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Estado do Amazonas.
IFAM – Instituto Federal de Educação do Amazonas.
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização.
NUSEC – Núcleo de Socioeconomia.
PBMC – Painel Brasileiro sobre Mudanças Climáticas.
PIBIC Jr – Programa de Iniciação Científica Junior.
PMCV – Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea
PRO-CONSELHO – Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação.
SEDUC - Secretaria Estadual de Educação e Qualidade do Ensino.
SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia.
UFAM – Universidade Federal do Amazonas.
UNIASSELVI – Centro Universitário Leonardo Da Vinci

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1: Localização da comunidade São Francisco da Costa De Terra Nova.
- FIGURA 2: Leira (canteiro no solo) com plantação de chicória.
- FIGURA 3: Criança em suas primeiras relações com o rio.
- FIGURA 4: Escola Professora Francisca Góes dos Santos
- FIGURA 5a: Frascos vazios de defensivos químicos poluindo as águas.
- FIGURA 5b: Frascos vazios de defensivos químicos poluindo as águas.
- FIGURA 6: Painel na escola, sobre semana do meio ambiente.
- FIGURA 7: Peixes pescados nos igapós próximos à comunidade.
- FIGURA 8: Senhor Francisco Batista Alves, junto à placa contendo portaria do IBAMA.
- FIGURA 9: Pescadoras de camarão.
- FIGURA 10: Pesca de bagres gigantes.
- FIGURA 11: Criação de galinhas-caipira.
- FIGURA 12: Reunião da coordenação da comunidade São Francisco.
- FIGURA 13a: Almoço em homenagem ao padroeiro São Francisco.
- FIGURA 13b: Almoço em homenagem ao padroeiro São Francisco.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Quadro funcional da escola e habilitações.

QUADRO 2: Turmas e número de alunos atendidos pela escola em 2016.

QUADRO 3: Defensivos químicos mais utilizados na comunidade.

QUADRO 4: Relação com as principais plantas medicinais encontradas na localidade.

LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1: Uso de defensivos agrícolas.
- GRÁFICO 2: Procedência dos alimentos consumidos na comunidade.
- GRÁFICO 3: Atividades de cunho ambiental reconhecidas pelos estudantes.
- GRÁFICO 4: Tipos de atividades ambientais realizadas pela escola
- GRÁFICO 5: Desperdício de água, pelo olhar dos estudantes.
- GRÁFICO 6: Desperdício de energia elétrica, pelo olhar dos estudantes.
- GRÁFICO 7: Uso de iluminação natural, pelo olhar dos estudantes.
- GRÁFICO 8: Uso de ventilação natural, pelo olhar dos estudantes.
- GRÁFICO 9: Desperdício de alimentos, pelo olhar dos estudantes.
- GRÁFICO 10: Descarte correto de resíduos sólidos, pelo olhar dos estudantes.
- GRÁFICO 11: Reutilização de materiais recicláveis, pelo olhar dos estudantes
- GRÁFICO 12: Pichação no ambiente escolar, pelo olhar dos estudantes.
- GRÁFICO 14: Poluição sonora, pelo olhar dos estudantes.
- GRÁFICO 15: Poluição visual, pelo olhar dos estudantes.
- GRÁFICO 16: Horta orgânica, pelo olhar dos estudantes.
- GRÁFICO 17: Reconhecimento pelos pais de que a escola realiza atividades ambientais.
- GRÁFICO 18: Desperdício de água, pelo olhar dos pais e comunitários.
- GRÁFICO 19: Desperdício de energia elétrica, pelo olhar dos pais e comunitários.
- GRÁFICO 20: Uso de iluminação natural, pelo olhar dos pais e comunitários.
- GRÁFICO 21: Uso de ventilação natural, pelo olhar dos pais e comunitários.
- GRÁFICO 22: Desperdício de alimentos, pelo olhar dos pais e comunitários.
- GRÁFICO 23: Descarte correto de resíduos sólidos, pelo olhar dos pais e comunitários.
- GRÁFICO 24: Pichação no ambiente escolar, pelo olhar dos pais e comunitários.

GRÁFICO 25: Materiais de uso coletivo danificado, pelo olhar dos pais e comunitários.

GRÁFICO 26: Poluição sonora, pelo olhar dos pais e comunitários.

GRÁFICO 27: Poluição visual, pelo olhar dos pais e comunitários.

GRÁFICO 28: Horta Orgânica, pelo olhar dos pais e comunitários.

GRÁFICO 29: Desperdício de água, pelo olhar dos professores e servidores.

GRÁFICO 30: Desperdício de energia elétrica, pelo olhar dos professores e servidores.

GRÁFICO 31: Utilização de iluminação natural, pelo olhar dos professores e servidores.

GRÁFICO 32: Utilização de ventilação natural, pelo olhar dos professores e servidores.

GRÁFICO 33: Desperdício de alimentos, pelo olhar dos professores e servidores.

GRÁFICO 34: Descarte correto de resíduos sólidos, pelo olhar dos professores e servidores.

GRÁFICO 35: Reutilização de materiais recicláveis, pelo olhar dos professores e servidores.

GRÁFICO 36: pichação no ambiente escolar, pelo olhar dos professores e servidores.

GRÁFICO 37: Materiais de uso coletivo danificados, pelo olhar dos professores e servidores.

GRÁFICO 38: Poluição sonora, pelo olhar dos professores e servidores.

GRÁFICO 39: Poluição visual, pelo olhar dos professores e servidores.

GRÁFICO 40: Horta orgânica, pelo olhar dos professores e servidores.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1.1. PROBLEMATIZAÇÃO	19
CAPÍTULO I - ETNOGRAFIA DE UMA COMUNIDADE DAS ÁGUAS	23
INTRODUÇÃO	23
1. A COMUNIDADE E O REGIME HIDROLÓGICO	24
2. PRODUÇÃO AGRÍCOLA	27
2.1 ACESSO, LOCOMOÇÃO E TRANSPORTE	30
2.2 ALIMENTAÇÃO INFLUENCIADA PELAS ÁGUAS	31
3. A COMUNIDADE TAMBÉM SE DIVERTE	34
4. RELAÇÃO HOMEM/NATUREZA	36
5. PROFESSORA FRANCISCA GÓES DOS SANTOS: UMA ESCOLA DAS ÁGUAS 38	
6. REFERÊNCIAS	43
CAPÍTULO II – AS FORMAS DE GESTÃO E SUAS INTERFACES EM SÃO FRANCISCO DA COSTA DE TERRA NOVA	46
INTRODUÇÃO	46
1. A GESTÃO DA ESCOLA E A PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL	48
2. PRODUÇÃO E PRODUTORES: A AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO FRANCISCO.	50
3. USO DE BIODEFENSIVOS E BIOFERTILIZANTES	54
4. USO CONSCIENTE DA ÁGUA	59
5. USO DE ENERGIA ELÉTRICA	62
6. PESCA – CONSUMO E VENDA	63
7. CRIAÇÃO DE ANIMAIS	72
8. PLANTAS MEDICINAIS E ORNAMENTAIS	74
9. O PADROEIRO DA COMUNIDADE E AS QUESTÕES AMBIENTAIS	78
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
11. REFERÊNCIAS	82
CAPÍTULO III - ESCOLA PROFESSORA FRANCISCA GÓES E A RESPONSABILIDADE SOCIAL: A FORMAÇÃO DE CIDADÃOS AMBIENTALMENTE COMPROMETIDOS.	84
INTRODUÇÃO	84

1. GESTÃO ESCOLAR E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	84
2. CONSELHOS ESCOLARES	87
3. O MEIO AMBIENTE E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	88
4. UMA ESCOLA DE VÁRZEA COMO OBJETO DE ESTUDO.....	89
5. SOB O OLHAR DE PARA QUEM É FEITO (ESTUDANTES DE 4º A 9º ANO)90	
6. O OLHAR DE FORA PARA DENTRO: A ESCOLA A PARTIR DA VISÃO DOS PAIS E COMUNITÁRIOS.....	100
7. SOB O OLHAR DE QUEM FAZ (PROFESSORES, SERVIDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS)	110
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
9. REFERÊNCIAS.....	123
ANEXOS	126

INTRODUÇÃO

Muito se tem visto e muito se tem falado sobre as questões de (des) equilíbrio ecológico e como isto tem influenciado a vida das pessoas ao longo da história. O planeta tem passado por importantes mudanças nas estruturas que proporcionam ou proporcionariam o equilíbrio de forças que tornam possível a vida nesta casa de todos. (Papa Francisco, 2015)

A partir de 1972, quando ocorreu em Estocolmo, na Suécia, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – United Nations Conference on the Human Environment (UNCHE), evento este que foi o primeiro a nível mundial, promovido com o intuito de discutir assuntos sobre o meio ambiente e preservação da humanidade, o conceito de sustentabilidade passou a ganhar uma maior importância. (Relatório UNCHE, 1972)

Em âmbito nacional, a palavra sustentabilidade ganhou destaque a partir da realização da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92/ECO 92), realizada na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 1992. Foi a partir deste encontro também, que a comunidade internacional acordou a necessidade de conciliar desenvolvimento econômico e social com o uso racional dos recursos do planeta, bem como a necessidade de controlar a emissão de poluentes e o descarte de materiais na atmosfera. (Eco-92/Ministério do Meio Ambiente)

A partir de então, intensificaram-se as discussões em todas as escalas sobre as questões ambientais. Dificilmente seja possível conversar com alguém que nunca tenha ouvido falar em meio ambiente, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e diversos outros conceitos cunhados a partir deste tema. A preocupação da população, em relação a esta questão, tem crescido gradativamente de tal forma que o relatório do Painel Brasileiro Sobre Mudanças Climáticas de 2013, afirmou que 90% dos brasileiros reconhecem que o problema é grave e 85% admitem que a culpa é da atividade humana. (Relatório PBMC/2013)

São numerosas as linhas de discussão que versam sobre a questão e diversas as opiniões que tratam do tema. Divergências e incongruências científicas são bastante comuns no tocante a estas discussões na academia, bem como teorias diversas, ora apontam a ação antrópica como preponderante para a ocorrência das alterações climáticas e ambientais no planeta, (Painel Intragovernamental, 13) ora divergem, apontando as causas, como uma mudança natural, ocorridas pela ciclicidade da vida do planeta (KENITIRO, 2008, p. 32).

Entre os que acreditam na ação humana como responsável pelas alterações climáticas e ambientais ocorridas no planeta, existe uma forte corrente que aponta para a redução no consumo e por consequência disto, a redução da exploração e da produção como mecanismos essenciais para a reversão do atual quadro pelo qual passam as questões ambientais globais. Esta corrente afirma a urgência na mudança de estilo de vida dos seres humanos, passando da busca desenfreada em consumir, para um consumo moderado e pontual, onde a felicidade individual e global seja a tônica da busca da humanidade sustentável. Esta corrente orienta ainda, que apesar de sabermos que tais mudanças ocorram sempre em longo prazo, as mesmas

devem acontecer imediatamente, visto as implicações atuais estarem acentuadas. (NASCIMENTO, 2012, p. 8)

Discutir sustentabilidade portanto, é muito mais que tecer comentários e opiniões pautadas apenas nas questões ideológicas ou de gosto propriamente dito; trata-se de discutir os modos de viver e, mais que isso, os modos de a humanidade se manter habitante neste planeta que deveria ser de todos os que aqui estão, como também das futuras gerações.

Isto posto, a pesquisa em pauta pretende analisar o quanto uma escola, situada em uma comunidade ribeirinha, é sustentável e também o quanto a mesma promove sustentabilidades diferenciadas aos discentes, professores, de seu corpo técnico e unidades familiares da comunidade local.

1.1. PROBLEMATIZAÇÃO

Temos, nos últimos anos, testemunhado a ocorrência de eventos extremos em nosso planeta. São cheias imensas, fortes chuvas, nevascas recordes, secas prolongadas, plantações devastadas e muitas outras situações que apontam para um desequilíbrio no sistema ambiental global.

Para os habitantes do ‘beiradão’ Andrade (2015), o rio é mais que espaços de locomoção e divisor de limites. O rio é parte indissociável de seu *ethos*, do ser estar vivo, de sua fixação nas terras que habitam. O rio é promotor do seu sustento físico, fornecendo peixes e água; é promotor de suas relações sociais, quando serve de vias de locomoção dos habitantes das comunidades entre si e entre as outras comunidades; é promotor de lazer e diversão em suas águas e é, além disso, habitat de seres e entidades que povoam o universo mítico das populações da região. Sobre este assunto, Fraxe (2009) afirma que

Para compreender estes grupos sociais é preciso desvendar seu cotidiano, é necessário considerar o contexto contraditório no qual estão inseridas suas manifestações e práticas culturais. Entender o modo de vida dos grupos sociais que habitam a Amazônia não significa apenas conhecer e descrever a riqueza dos seus recursos naturais, mas, sobretudo, compreender seus vastos territórios. É preciso perceber que, para além da paisagem natural, harmônica e romântica, há paisagens socialmente construídas, repletas de contrastes e contradições. (FRAXE, 2009)

É impossível não relacionar estas alterações com mudanças profundas nos ecossistemas que vem sendo percebidas nas últimas décadas. Tais mudanças, que apresentam alterações tão significativas nas relações da natureza com o homem, precisam ser entendidas para, a partir daí, serem trabalhadas com o intuito de reverter seus efeitos cada vez mais nocivos.

Por este motivo se destaca a necessidade de fazer uma análise de como a sustentabilidade vem sendo tratada nos sistemas de educação. Educação, que a nosso ver, é o único caminho capaz de reverter o danoso caminho pelo qual trilham as questões ambientais.

Portanto, a pesquisa foi relevante, para obter informações e conhecimentos sobre como as instituições educacionais têm se portado no tocante à formação de sujeitos ambientalmente conscientes em todos os grupos que compõem sua atuação, e como é possível intervir para potencializar os resultados.

A identificação dos problemas em trabalhar sustentabilidade nas escolas, as limitações no uso de suas características, as potencialidades de aplicação, as alternativas, o que vem dando certo e a análise dos diversos fatores que contribuem para que a unidade escolar se torne sustentável, destacando como os mesmos são trabalhados, concedem a esta pesquisa, relevância, visto que respondem ao questionamento científico proposto.

O objetivo principal deste trabalho foi analisar a práxis ambiental em escola de ambiente ribeirinho no Amazonas. Apoiado pelos objetivos secundários de descrever os aspectos ambientais da comunidade ribeirinhas São Francisco, na Costa de Terra Nova, Careiro da Várzea; identificar as formas de gestão ambiental da escola e da comunidade e avaliar o quanto a escola Municipal Professora Francisca Góes dos Santos é capaz de influenciar atitudes corretas com o ambiente nos discentes, professores, corpo técnico e unidades familiares da comunidade local, este trabalho buscou entender como as unidades escolares influenciam a formação de cidadãos ambientalmente conscientes e comprometidos com a sociedade onde vivem e com as futuras gerações.

A importância do conhecimento e da educação para a minoração dos problemas ambientais que ora se fazem perceber com relação a ambiente e sustentabilidade é inegável. Vivemos um tempo em que as pessoas não reconhecem a importância da preservação dos sistemas ambientais por puro despreparo e desconhecimento. Para que esta situação se inverta, a formação deve ser colocada como prioritária, visto esta ser mais importante que a informação apenas. Sobre este assunto, Leff (2006) afirma que:

A crise ambiental não é crise ecológica, mas crise da razão. Os problemas ambientais são, fundamentalmente, problemas do conhecimento. Daí podem ser derivadas fortes implicações para toda e qualquer política ambiental – que deve passar por uma política do conhecimento -, e também para a educação. Aprender a complexidade ambiental não constitui um problema de aprendizagem do meio, e sim de compreensão do conhecimento sobre o meio (LEFF, 2006,).

Ainda sobre esta temática Leff (2001) defende a construção de uma racionalidade ambiental pautada entre a própria existência humana e os avanços tecnológicos para o progresso deste mesmo homem; ou seja, ele defende que um novo saber deve surgir, estimulado pela crise do planeta e da civilização atual, no qual as práticas produtivas e de política alterem a práxis educativa das relações do homem com a natureza.

Entende-se assim, a necessidade cada vez maior de revertermos o quadro de degradação que ora se apresenta. Apenas a educação é capaz de formular as bases para as transformações que nossas sociedades necessitam. Independente das questões em pauta serem de âmbito econômico, social, político ou ambiental, a educação será sempre o diferencial para que as transformações venham a acontecer.

Fraxe (2014), falando sobre sustentabilidade em seus mais diferentes aspectos, aponta para a mesma, cinco dimensões, sendo elas política, econômica, territorial, ambiental e social. Tais dimensões, amplamente atuantes nos modos de vida das sociedades, dão base às fundamentações de poder na sociedade.

Portanto, a sustentabilidade do desenvolvimento está associada a uma complexidade social, econômica e política, construída nas múltiplas formas de domínio e de poder na sociedade moderna. Este processo constitutivo influencia profundamente as condições humanas de vida, os sistemas ecológicos, as diversas formas de vida existentes na Nave Terra, assim como constitui uma das mais intrigantes questões civilizatórias do mundo. (LIRA e FRAXE, 2014)

Desta forma, podemos definir sustentabilidade como um diálogo entre as gerações, pois se de um lado, nos comprometemos com a preservação do planeta e a manutenção de condições para que as gerações futuras venham a habitá-lo com as mesmas condições de vida que temos em nossos dias, por outro lado, as gerações futuras passarão a compreender este esforço do passado, replicando-o, para o bem das gerações que ainda estarão por vir.

A referida investigação referenciou-se na Teoria da Complexidade, de Edgar Morin (1984), visto a mesma proporcionar uma visão interdisciplinar, facilitando o aprofundamento dos estudos em ciências ambientais.

As categorias de análise trabalhadas foram: **Sustentabilidade**, que articula-se em todos os níveis na questão socioambiental. **Ethos ambiental**, que é a auto-existência, a identidade, o que sou e com o que me identifico em relação ao ambiente e **Práxis**, que nos permitiu entender os modos de vida e as práticas sociais e ambientais dos moradores da localidade.

Dois subcategorias auxiliaram no entendimento e na formatação da pesquisa, foram elas: Educação Ambiental, que articulou-se com Sustentabilidade; e Percepção ambiental, que articulou-se com Ethos e com Práxis.

O presente trabalho teve cunho bibliográfico e documental e uma parte empírica com viés qualitativo e descritivo-exploratório. Assim, várias literaturas referentes ao tema proposto foram consultadas, como livros, artigos, documentos oficiais, documentos digitais, artigos publicados em revistas especializadas entre outros, com o intuito de fundamentar teoricamente a pesquisa.

O grande objetivo do levantamento bibliográfico foi poder entrar em contato com o que já havia sido escrito sobre o tema proposto, afim de empoderar-me de conhecimento e facilitar a observação com relação ao mesmo.

Como a proposta foi realizar um trabalho de cunho qualitativo, as entrevistas foram realizadas de forma criteriosa, buscando interagir da melhor maneira possível com os entrevistados. O conteúdo das entrevistas, discutido previamente, foi submetido a um pré-teste, afim de avaliar sua eficácia na busca de atingir os objetivos propostos.

Por ser uma pesquisa que estimulou o entrevistado a pensar livremente sobre o tema proposto, a mesma mostrou aspectos subjetivos e por vezes atingiu motivações não explícitas ou mesmo conscientes de maneira espontânea. Assim, pudemos desenvolver conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, como por exemplo, o conceito que os pais têm da escola e de certas atividades desenvolvidas pela mesma.

Sobre a Pesquisa Qualitativa, Neves (1996) afirma que a mesma assume diferentes significados no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas (entrevista não-estruturada, entrevista semiestruturada, observação participante, observação estruturada, grupo focal, entre outros) que visam descrever e codificar os componentes de um sistema complexos de significados.

Sobre o método exploratório-descritivo, a pesquisa exploratória contribuiu com a descoberta, o achado, e a elucidação de fenômenos ou a explicação daqueles que não eram aceitos apesar de evidentes. A ‘exploração representa, atualmente, um importante diferencial competitivo em termos de concorrência’. (Gonçalves, 2014, p. 36)

Incluímos em nosso trabalho o modelo de pesquisa participante proposto por Freire (1981, p. 38), que busca fazer com que os sujeitos da pesquisa, seja, ao mesmo tempo, agentes desta pesquisa, contribuindo de modo eficaz na formatação de soluções para seus problemas. Neste entendimento, foi que passamos a participar de reuniões da escola e da comunidade, participar de eventos e de rodas de conversas com as famílias onde pude ouvir sobre os problemas e sugestões sobre as questões ambientais na comunidade.

Deste modo, a pesquisa de campo passou por quatro etapas: Na primeira, através de um estudo exploratório, buscou-se identificar a relação da escola com o objeto pretendido para estudo (formação de cidadãos ambientalmente comprometidos), na segunda foram, realizadas conversas abertas com comunitários, servidores da escola e estudantes e aplicado um pré-teste para sanar possíveis lacunas no formulário e na quarta a aplicação dos formulários com o público-alvo. Este foi, portanto, o caminho percorrido para a construção da interpretação contida neste trabalho.

CAPÍTULO I - ETNOGRAFIA DE UMA COMUNIDADE DAS ÁGUAS

O nível das águas tudo regula; é um imperativo categórico. Manda nos governos e ninguém discute seus ditames. Os rios mandam, deixando suas ordens na passagem silenciosa de suas correntezas. Não há como escapar de suas leis.

Agnelo Bitencourt

INTRODUÇÃO

O mergulho no estudo das práticas de educação ambiental em uma escola ribeirinha da Amazônia foi-nos tão revigorante e profícuo, quanto um literal mergulho nas águas do gigantesco rio que, com suas caudalosas águas, alimenta, nutre e mantém toda esta imensa região.

Inicialmente optamos em estudar a escola Professora Francisca Góes dos Santos, que fica situada na Comunidade São Francisco, distrito de Terra Nova, no município de Careiro da Várzea, no Amazonas. Esta opção se deu, por ser esta, uma instituição já conhecida por nós e com histórico de ações voltadas para as questões ambientais. Estaria contido no estudo, as três comunidades atendidas pela escola, cito; a própria comunidade São Francisco, a comunidade São José e a Comunidade Nossa Senhora da Conceição, todas situadas no mesmo distrito de Terra Nova.

A decisão de restringir o número de comunidades foi motivada pelo fato de São Francisco ser a de maior extensão geográfica, ter a maior população e estar estrategicamente localizadas; ofertando os principais instrumentos de atendimento social da localidade, como escola, posto de saúde, campo de futebol e quadras de esportes. Por isso, esta comunidade é uma espécie de central, de onde emanam e pra onde convergem praticamente todas as ações sociais do entorno.

Este trabalho buscou compreender, a partir das ações de cunho ambiental produzidas pela escola, como se dá a ressignificação destas ações por parte dos comunitários, dos estudantes, dos docentes e da população em geral da comunidade e como isto tem contribuído para uma melhoria da relação homem-ambiente e como os impactos produzidos por esta relação têm sido trabalhados na localidade.

A intenção não foi determinar quais ações pedagógicas são mais recomendadas para que se atinja uma conscientização ambiental ou se há um trabalho específico que produza melhores resultados no tocante a este tema. O objetivo foi trazer à luz do diálogo os diversos elementos que se entrelaçam na formação da consciência ambiental e como estes, bem utilizados por instituições educacionais, podem colaborar com a formação de uma sociedade ambientalmente comprometida consigo e com as futuras gerações.

A análise que norteia este trabalho partiu de uma perspectiva teórico-metodológica que compreende a dinâmica da realidade local como elemento essencial, capaz de explicar os caminhos e rumos tomados por aquela população. Por isso, iniciamos fazendo uma observação dos comportamentos da população e da dinâmica da relação dos mesmos com o meio natural onde estão envolvidos.

Isso nos serviu de pano de fundo para uma posterior análise de como a escola situada na localidade, tem sido capaz de, através de suas práticas pedagógicas, influenciar os comportamentos sócio-ambientais em estudantes, professores, pais e comunidade como um todo.

Deste modo, observamos a vivência dos habitantes da comunidade de São Francisco da Terra Nova, buscando mostrar suas relações interpessoais e suas vivências, significadas e ressignificadas pelo regime das águas. Também buscamos compreender a percepção destas pessoas e sua intensa relação com a floresta, e o papel que os mesmos desempenham na preservação dos biomas em que estão inseridos.

1. A COMUNIDADE E O REGIME HIDROLÓGICO

Não há registro oficiais que descrevam o início do povoamento da área onde hoje está localizada a comunidade São Francisco da Costa de Terra Nova. Durante as entrevistas da pesquisa de campo, foi-nos relatado que parte significativa da população local descende de imigrantes nordestinos que chegaram a localidade no início do século XX; entretanto, os entrevistados não souberam precisar data para este acontecimento.

Quanto a auto definição de comunitários, ou seja, a noção de que são pertencentes a uma comunidade, as entrevistas esclareceram que foram iniciadas a partir do ano de 1984, quando padres e religiosos da ordem Oblatos de Maria Virgem passaram a visitar a localidade e trabalhar a formação de leigos, com a metodologia das Comunidades Eclesiais de Base da

Igreja Católica. A partir de então ocorreu uma organização significativa nas ações locais e a mobilização por direitos sociais como educação, saúde e lazer passaram a ocorrer de forma sistemática.

As lutas e organização proporcionaram a conquista de escola, posto de saúde, eletrificação, distribuição de água, melhoria no escoamento da produção e outras melhorias na estrutura da localidade, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida dos moradores. Atualmente há 136 famílias distribuídas ao longo da margem do rio Amazonas, sendo 453 o número total de pessoas que habitam a comunidade.

Falar da influência do regime hidrológico na vida das comunidades ribeirinhas do grande Vale Amazônico é repensar os modos de vida destas populações ao longo de milênios da presença humana, nesta região. Há uma inter-relação entre homem e natureza, entre o ser humano e o ser não-humano ora conflituosa, ora harmoniosa, tecedora dos laços históricos, sociais e culturais dos homens das águas.

Para os habitantes do 'beiradão', o rio é mais que espaços de locomoção e divisor de limites. O rio é parte indissociável de seu *ethos*, do ser estar vivo, de sua fixação nas terras que habitam. O rio é promotor do seu sustento físico, fornecendo peixes e água; é promotor de suas relações sociais, quando serve de vias de locomoção dos habitantes das comunidades entre si e entre as outras comunidades; é promotor de lazer e diversão em suas águas e é, além disso, habitat de seres e entidades que povoam o universo mítico das populações da região.

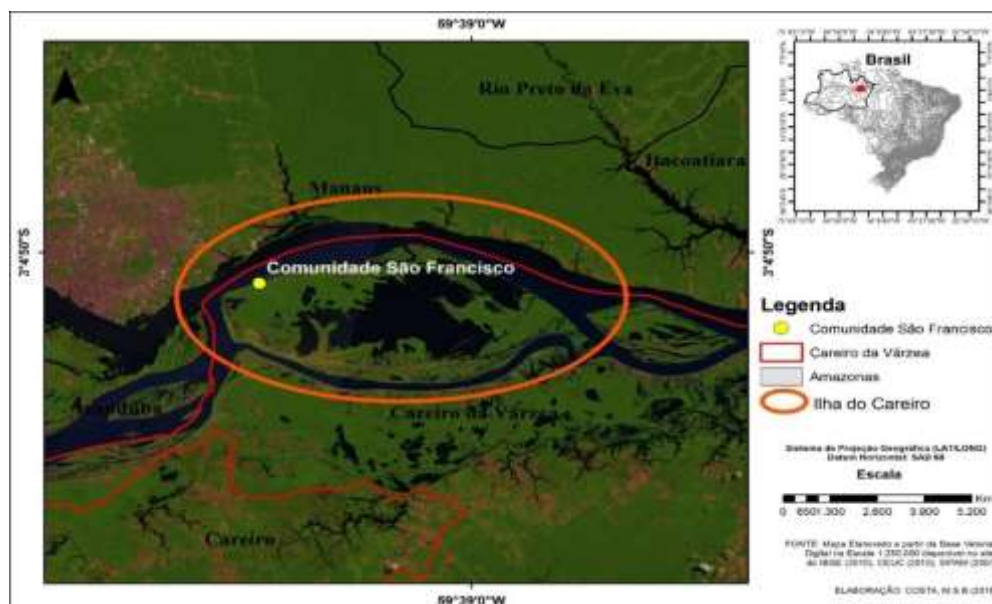
Muitos o veem como a própria habitação, visto suas casas flutuarem mansamente sob suas águas. Estas casas são conhecidas pelos locais como 'flutuantes' e podem, ao sabor da vontade de seus proprietários, serem transportados de um lugar para outro a qualquer época do ano.

O ciclo das águas na comunidade tem seu ápice nos meses de maio e junho, sendo raras as vezes que a enchente se prolongue até o início do mês de julho. Após atingir sua cota mais elevada em cada ano, o rio retoma seu processo de vazante, tendo como ponto máximo de seca, os meses de novembro ou dezembro, quando retoma o período de enchente e o ciclo se reinicia.

Para entender esta perspectiva das relações com o espaço e como o mesmo pode significar para os moradores desta localidade liberdade e ao mesmo tempo segurança, é necessário que se perceba uma série de pontos capazes de interligarem-se, formando um todo.

Neste sentido, é fundamental compreender a conceituação de coisas fixas, que nos permitem entender o processo imediato do trabalho e as forças produtivas em geral, e os fluxos, que são os movimentos, a circulação. Deste modo, categorias como produção, consumo, relações interpessoais, de poder entre outras podem ser estudadas através destes dois elementos fixos e fluxo. (FRAXE, 2004, P. 194)

A comunidade São Francisco, situada à margem direita do rio Amazonas, na localidade de Costa da Terra Nova, ilha do Careiro, município de Careiro da Várzea, Amazonas é, na essência, uma típica comunidade ribeirinha, com suas casas, em um total de 112, situadas ao longo da margem do rio; com seus caminhos de terra (principal meio de locomoção interna nos períodos de seca e vazante); e sua gente, na maioria aparentada por laços genéticos ou de compadrio. Por sua localização a nove quilômetro da capital do estado, bastando para acessá-la, atravessar o rio Amazonas, a comunidade sofre impactos culturais e sociais positivos e negativos. Ao mesmo tempo em que usufrui de um bom sistema de comunicação via telefonia celular e internet, sofre com a violência e assaltos no rio próximo das residências. A figura 1, mostra a localização da comunidade São Francisco da Costa da Terra Nova, onde está implantada a escola Municipal Professora Francisca Góes dos Santos.



Fonte: Mapa elaborado a partir da Base Vetorial Digital na escala 1:250.000 disponível no site do IBGE (2010), CEUC (2010) SIPAM (2007). ELABORAÇÃO: COSTA M.S.B. (2016).

Entretanto, esta comunidade apresenta uma característica importante: Suas terras são periodicamente inundadas pelas águas do rio Amazonas, permanecendo por até três meses nestas condições. Durante este período, as dinâmicas sociais são inteiramente afetadas,

modificadas e ressignificadas; e há importantes alterações nas relações homem/homem e homem/natureza.

Esta alteração é imposta diretamente no modo de vida das pessoas. É nítido observar as diferenças comportamentais na comunidade São Francisco da Costa da Terra Nova, impostas pela variante cheia/vazante do rio Amazonas. Objetivamos com isso, perceber as influências ambientais no comportamento cultural, social e ambiental na comunidade local.

Com foco neste objetivos, buscamos entender como ocorre na vivência e na cabeça dos habitantes do lugar a oposição entre as categorias seca/cheia, e como os mesmos são influenciados por ela. Fraxe (2004) afirma que:

Os ribeirinhos, ao que parece, reagem a contraposição entre alto e baixo, em outras palavras, entre baixo ou inferior, ou dito por eles, entre a ilharga de baixo e a ilharga de cima. Mas entre estas categorias não está presente a mais universal entre os ribeirinhos da Costa de Terra Nova, a oposição entre seca/cheia. (FRAXE, 2004, P. 63)

2. PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O sistema agrícola praticado em São Francisco é o tradicionalmente praticado na Amazônia. Para analisá-lo, é necessário entender a dinâmica histórica, socioeconômica e cultural que a agricultura assume na região. Tratando desta questão, Amorozo (2002) afirma que:

Quando se fala em “sistemas agrícolas tradicionais”, normalmente se está aludindo a sistemas de produção voltados principalmente para a subsistência do grupo de produtores, com utilização de insumos locais e tecnologia simples. São grupos de indivíduos ligados por laços de parentesco, tanto biológico como ritual, com um alto grau de conhecimento do ambiente onde vivem. As plantas cultivadas por comunidades deste gênero são elementos essenciais à sua continuidade, no modo como cumprem o papel primordial de fornecer a base da alimentação do grupo. (Amorozo, 2002, p. 124).

É exatamente nesta perspectiva que se percebe as relações de produção agrícola na comunidade da Costa de Terra Nova. Vivendo um constante período de transformações, adaptações e readaptações, visto que por suas características varzeanas, as terras são periodicamente inundadas, ora por um volume maior – sendo com isso mais demorada – ora

por um volume menor de águas do rio Amazonas; os ribeirinhos estão em constante resignificação das suas relações de produção. As mesmas pessoas que em dado momento tiram seu sustento e o de suas famílias da intensa produção de hortaliças e legumes, transformam-se em determinado período do ano, em pescadores. Os que por questões de preferência ou habilidade insistem em permanecer produzindo verduras, mesmo durante a cheia e a enchente, também precisam modificar suas estruturas produtivas, visto que para realizar esta atividade em um período tão improvável, é necessário que a mesma ocorra em condições muito especiais. Estas condições vão desde a construção de jiraus com madeira, armazenamento de terra nos mesmos e construção de coberturas e pontes entre os canteiros.

As relações de produção na comunidade ocorrem basicamente no setor de hortaliças, frutas e verduras. Poucas são as famílias que dirigem sua produção para outros itens, como o queijo coalho, por exemplo. A maioria produz couve (*Brassica oleracea*), chicória (*Cichorium intybus*), cebolinha (*Allium schoenoprasum*), quiabo (*Abelmoschus esculentus*), coentro (*Coriandrum sativum*), entre outros. A colheita de frutos, feita de forma sazonal, ocorre também em toda a comunidade e são colhidos mangas (*Mangifera indica*), jambos (*Syzygium jambos*), goiabas (*Psidium guajava*), ingás (*Ingá edulis Mart*), jenipapos (*Genipa americana*), cocos (*Cocos nucifera*), melancias (*Citullus lanatus*), entre outras. Esta produção, seja de frutas ou de hortaliças, sofre influência direta do regime de cheia e vazante do rio Amazonas.

Para a produção de hortaliças em período de seca, os canteiros são construídos diretamente no solo – os ribeirinhos da comunidade chamam este tipo de canteiros, de lêras (forma habitual como se expressam os ribeirinhos) - que é fertilizado anualmente pelos nutrientes trazidos e depositados pelas últimas cheias. Estes solos quase sempre são extremamente férteis, necessitando de pouca complementação.

A figura 2, mostra uma leira (canteiro) de chicória, observa-se que a cobertura para proteção é feita com folhas de coqueiro.



Acervo pessoal do autor. (Pesquisa de campo, novembro, 2016)

A produção ocorre em escala mais acentuada, passando a área plantada de 8 m² para 60 m² em média e a produção saltando de 80 maços para 600 maços semanais. Nestes momentos o ritmo da produção é mais intenso, requerendo mais atenção e disponibilidade de tempo do agricultor ribeirinho familiar.

Todos da casa se envolvem nos afazeres do ‘roçado’, e inclusive as crianças, quando não estão em horário escolar, contribuem de alguma forma. A principal tarefa atribuída aos pequenos é a retirada de ervas daninhas das lêras e limpar os vãos entre as mesmas.

No período de cheia esta ação se transforma radicalmente. As áreas de produção que ocorriam em espaços mais extensos, reduzem-se a pequenos canteiros suspensos em jiraus, sustentados por troncos de árvores retirados da floresta. A quantidade de produção reduz-se e também a variedade de hortaliças produzidas se torna menor (geralmente neste período planta-se chicória, cheiro verde e cebolinha). Com a produção reduzida, sobra mais tempo para os caboclos ribeirinhos praticarem outras atividades e a contribuição das crianças é totalmente dispensada.

Esta redução na produção não significa, entretanto, uma piora no nível de renda destas populações por dois motivos: Com a redução da oferta, os preços destes produtos cultivados na comunidade tornam-se mais elevados, agindo como elemento compensatório; e em segundo lugar que a maior disponibilidade de tempo faz com que os ribeirinhos voltem suas atenções para outras atividades como a pesca, conseguindo assim uma renda extra. Neste sentido, Witkoski, Fraxe e Cavalcante (Orgs. 2014) afirmam que:

No período de cheia é necessário que estes plantios sejam efetivados em jiraus. Estes jiraus são construídos pelos caboclos ribeirinhos. Nestes períodos, a colheita e os tratos culturais são realizados pelos homens e pelas mulheres. As crianças não podem trabalhar nos jiraus por não os alcançarem. (WITKOSKI, FRAXE e CAVALCANTE, 2002, p.116)

Com relação a importância econômica e até cultural, para a comunidade São Francisco, a produção de hortaliças se destaca em relação aos outras atividades, como a pesca, o extrativismo e o artesanato. Noventa e três por cento das famílias da comunidade fazem desta atividade sua principal fonte de renda e labor diário.

2.1 ACESSO, LOCOMOÇÃO E TRANSPORTE

A chegada à comunidade se faz, dependendo do período do ano, exclusivamente por via fluvial. Entretanto, este acesso é facilitado ou dificultado de acordo com o nível em que as águas se encontrem. Há períodos, durante os meses outubro, novembro, dezembro e janeiro, quando as águas encontram-se no ápice do período de vazante, o chegar à localidade é torna-se difícil, por fatores como longas praias e terrenos constituídos por lamaçais. Este problema contribui para agravar o processo de isolamento de aproximadamente cinco quilômetros da comunidade, em seu setor leste. Em outro momento, nos meses de maio, junho e julho, meses estes que coincidem com o ponto mais elevado do período de cheias, as pessoas que chegam da capital ou de outras localidades são deixados nas escadas das casas, por pequenas embarcações com motores de popa.

Nos caminhos de terra, trafegam motos, bicicletas e pedestres a todo momento, num intenso fluxo entre as residências, a escola, os campos de futebol, as igrejas e os pequenos comércios da comunidade. Este fluxo é diminuído com a chegada do período de chuvas e interrompido com a subida das águas do rio, substituído então, por canoas movidas a remo ou pequenos motores-rabeta.

Todas as casas da comunidade possuem pelo menos uma canoa de madeira, construídas de modo rústico e compradas sob encomendas. Em sua maioria, estas pequenas embarcações são feitas com madeiras resistentes e pelo cuidado de seus proprietários chegam a durar por décadas. São o principal meio de locomoção no período de cheia e enchente, bem como garantem o acesso aos canteiros suspensos e aos igapós e lagos da região, para a pesca. Quando na seca e vazante, as canoas são depositadas sob os assoalhos das palafitas que servem de residência aos ribeirinhos os quais as cobrem com folhas de palmeiras ou lonas, voltando para água apenas no ano seguinte. Deste modo, as canoas são muito mais do que simples meios de transporte, transformando-se, para os caboclos ribeirinhos, em um item essencial para a manutenção de seu modo de vida, que Fraxe (2000), qualificou de ‘homens anfíbios’.

Nos últimos anos, a utilização de motocicletas tem sido bastante acentuada na comunidade. Assim como as canoas de madeira, praticamente todas as residências possuem uma. Este veículo automotor passou a ser tratado pelos jovens locais como elemento identificador de status, sendo que muitos o utilizam visivelmente, para buscar posição de destaque entre seus pares. Tratando de mobilidade simbólica entre jovens, Fraxe (2004) afirma que:

Esta situação de mobilidade material e simbólica seria responsável também por novas tensões e conflitos entre os diferentes níveis de realidade (...), estes jovens estariam vivenciando uma situação complexa, resultante da combinação singular de complexos simbólicos particulares e universos culturais distintos, onde novas identidades estariam sendo elaboradas com interferência na formulação de projetos e trajetórias individuais. (FRAXE, 2004 p. 349)

Deste modo, a adaptação dos ribeirinhos se faz também no tocante aos meios de transporte utilizados para locomoção interna e para outras localidades. Em cada período diferenciado vivido pela comunidade, uma nova realidade se mostra e se faz necessária no cotidiano local.

2.2 ALIMENTAÇÃO INFLUENCIADA PELAS ÁGUAS

Os hábitos alimentares dos habitantes das comunidades da Costa de Terra Nova testemunham a herança deixada pelas culturas e civilizações indígenas que habitaram e que ainda habitam o Amazonas e que foram transmitidas ao longo dos séculos. Por mais que os

gostos tenham se misturado e variado com a globalização, são notórios os traços vivos da ancestralidade aborígine na localidade.

O peixe, principal proteína animal consumida na comunidade, tem, durante os meses de maio, junho e julho - que coincidem com o ápice da cheia – o consumo acentuado, passando a ser servido todos os dias. Isto se dá, pelo fato de tornar-se mais facilitada a captura destes animais. Este consumo reduz-se durante o período de vazante e volta a acentuar-se nos meses de outubro, novembro e dezembro – meses onde ocorre o período de seca, quando ocorre o fenômeno da piracema, onde os peixes sobem os rios para a desova.

Difícilmente se toma o café da manhã na localidade sem pelo menos um bejú de massa, – espécie de broa, fabricada com massa de mandioca – uma farinha de tapioca, - espécie de farinha feita com a fécula da mandioca - ou um pé-de-moleque – bolo de massa de mandioca colocada de molho por vários dias afim de “pubar”. Tubérculos como macaxeira e batata-doce cozidas também são indispensáveis. Durante o período de cheia e vazante, os ribeirinhos produzem milho, jerimum, melancia, entre outros produtos que são amplamente consumidos.

O consumo de leite e seus derivados é bastante acentuado na localidade. A fabricação artesanal e o consumo de queijo de coalho é prática de quase todos os comunitários criadores de gado bovino, que quando não fabricam em suas próprias casas, compram de seus vizinhos. Este consumo, entretanto, também possui um período definido pelo regime das águas, visto que no início do período das cheias, o rebanho é noventa e cinco por cento removido para áreas de terras firmes, em campos alugados pelos proprietários dos animais. Do gado que fica, alojado em marombas – palafitas construídas para abrigar o gado durante a cheia – não é retirado leite durante toda a enchente.

Bolachas, biscoitos e pães industrializados são consumidos com maior intensidade no período que a produção agrícola local é diminuída, ou seja, durante a cheia do rio. Há, entretanto, os que mesmo tendo acesso a estes produtos, preferam seus lanches e cafés tendo a farinha de mandioca como produto principal.

A farinha de mandioca, principalmente a variedade “farinha d’água”, é o principal produto que compõe a base alimentar dos ribeirinhos que habitam a comunidade São Francisco da Costa de Terra Nova. Referindo-se ao consumo de farinha pelos caboclos e pelos não-caboclos, Fraxe (2004) afirma que:

A farinha acompanha tudo o que o caboclo come. Tudo tem farinha, tudo comporta o pão da terra, como se referiram os primeiros colonos diante do alimento então novo e desconhecido. De exclusividade indígena, a farinha ganha os caldos de carne e de peixe na cozinha portuguesa. Integra decisivamente o cardápio do africano no Brasil, chegando ao popular pirão. (FRAXE, 2004, p. 191)

No ponto alto da vazante, ou seja, nos meses de outubro, novembro e dezembro, ocorre na localidade o fenômeno da ‘piracema’, onde gigantescos cardumes das mais variadas espécies de peixe, sobem o rio, no intuito de desovar. O consumo de proteína animal extraído do pescado, que já é extremamente elevada na localidade, torna-se maior ainda e não incomum é chegar um convite do vizinho para: “comer um assado” na casa do mesmo.

O peixe, na forma de assado, é, aliás, o modo em que esta proteína animal é mais consumida na comunidade. Praticamente todas as residências tem suas próprias churrasqueiras ou fogões de barro, onde são preparados os almoços e jantares. Em muitos casos, estes fogões já são construídos sobre jiraus ou palafitas, para que também sejam utilizados durante o período de enchente.

É justamente no período em que todas as terras da comunidade estão submersas pelas águas do rio Amazonas, que um evento típico da localidade ocorre: várias famílias se juntam em diversas canoas e seguem, rumo aos igapós localizados ao norte da comunidade. Ao lá chegarem, põem-se à pesca; quando uma quantidade considerável de pescado é obtida, as canoas juntam-se novamente para a preparação do chamado “assado no gapó”, momento em que os comunitários conversam, contam piadas, riem, significam e ressignificam suas relações sociais, pessoais e interpessoais. Neste sentido, Araújo (2003) afirma que:

Temos a impressão que toda essa vida social tem a participação mais positiva das manifestações coletivas das gentes da Amazônia. Além dos “ajuris”, dos “putiruns”, da “meação”, há pontos psicológicos que devemos assinalar, como na pesca, na solidariedade à perseguição dos cardumes, do faixear, da facilidade com que se divide ou se empresta tudo que se tem: canoas, remos, armas, animais para reprodução, galinhas para deitar ovos, etc. (ARAÚJO, 2003, p. 159)

E é da mandioca que se resgata uma das maiores tradições da comunidade. Na Quinta Feira da Paixão, - quando as águas encontram-se nos barrancos da comunidade - as famílias se juntam nas diversas casas de farinha para preparar o ‘pé-de-moleque’; doce feito com

massa de mandioca que foi deixada de molho por vários dias na água, até amolecer e que é temperado com mel de cana, açúcar derretido, e vários outros condimentos. Após temperado é assado no forno de torrar farinha, envolto em folha de bananeira. Esta ação, além de promover a interação entre os comunitários, remonta à prática dos ancestrais e a ligação dos mesmos com a terra e com os elementos naturais ali presentes. Isso contribui sobretudo para o fortalecimento dos laços que unem a herança social e cultural da localidade. Sobre isto, Araújo (2003) afirma que:

Neste ponto, além da unidade geográfica, a Amazônia é uma unidade cultural. Um estudo mais demorado de sua herança demonstra isso. O estudo das ideias, das tradições, dos conhecimentos, das danças, das superstições, da habitação, da alimentação, tudo demonstra esta admirável unidade social. (ARAÚJO, 2003, p. 143)

Os hábitos alimentares observados em São Francisco de Terra Nova, são reflexo das tradições do lugar e da relação que os habitantes possuem com o mundo que os cerca, significados e ressignificados nas relações sociais ocorridas no local.

3. A COMUNIDADE TAMBÉM SE DIVERTE

Independente do período do ano, os ribeirinhos da comunidade São Francisco da Costa de Terra Nova também se divertem. Porém, a forma que esta diversão acontece também é condicionada ao ritmo imposto pelas águas.

Quando as terras encontram-se emersas, entre os meses de agosto a abril, ocorrem variados festejos e comemorações na comunidade. Nestes momentos, as áreas externas das casas – conhecidas como terreiros – são os espaços principais dos eventos. Neles ocorrem danças, conversas, brincadeiras entre outras relações sociais.

No período de cheia, que coincide com os meses de maio, junho e julho, os eventos, festividades e programações continuam a ocorrer, porém, passam a ter interior das residências, escola e igrejas como local de realização. Encontros para pular na água e tomar banho de rio também são comuns neste período do ano.

Sobre as comemorações e festividades em comunidades rurais, Charles Wagley (1998) afirma que: ‘Estas festas rurais, quando organizadas sob o pretexto de comemorações religiosas em homenagem a um santo, constituem alegres reuniões sociais para toda a família’. (WAGLEY, 1998 p. 102)

Em São Francisco não é diferente. Muitos são os motivos e muitas são as festividades que unem os caboclos ribeirinhos: casamentos, aniversários, batizados, comemorações de santos, finais de campeonatos, formaturas, comemorações de feriados; enfim, em tudo se faz festa. Estas festas, contudo, têm sua formatação alterada, dependendo do volume das águas do rio Amazonas.

A festa mais tradicional da comunidade é a do padroeiro São Francisco. Esta ocorre entre os dias vinte e seis de setembro e quatro de outubro; portanto, em período de plena vazante do rio. Nela, as pessoas chegam nos mais variados meios de transporte, sendo a motocicleta, o principal deles, e podem circular livremente por todas as áreas onde a festividade ocorre. Os caminhos e terreiros são limpos e os comunitários e visitantes têm livre acesso a qualquer lugar e em qualquer hora.

Percebe-se um forte sincretismo religioso com relação à estrutura da festa, visto a predominância dos atos serem de origem portuguesa, outros elementos como o mastro por exemplo, nos remetem a outras práticas. Para Câmara Cascudo (2004), sempre que o mastro estiver com oferendas, frutos, flores, fitas – como ocorre na festa da comunidade São Francisco - revive um vestígio do culto da vegetação, ou seja, na maioria das vezes, os cultos agrários aparecem como origem dos mastros, mesmo que seus participantes não percebam. (CÂMARA CASCUDO, Apud. FRAXE, 2004, p. 94).

Esta festa funciona como importante elemento na estrutura da sociedade local visto que mesmo sendo uma ritualística comum dos praticantes do catolicismo, não raro é que no dia da grande festa do padroeiro, pessoas que professam outra fé cristã que não a católica, sejam encontradas no “terreiro” da igreja, que nestes dias, transforma-se no local onde se realiza o ‘arraial’. Neste momento, a palavra ‘arraial’ é entendida como o evento realizado pela comunidade e até por quem não pertence à mesma, para homenagear o santo de devoção de todos, e não com o contexto geográfico trabalhado por Cunha (1984) que comumente se aplica a mesma.

É importante ressaltar, que mesmo pessoas afastadas da localidade há anos e que construíram suas vivências na capital do estado ou em outras localidades; nos dias de festa, retornam à comunidade para participar dos festejos. Muitas promessas são pagas durante as procissões, os cultos e missa e grande parte destes pagadores de promessas é composta por pessoas que já não residem mais na localidade. Esta peculiaridade evidencia o que TUAN

(1980) chamou de ‘topofilia’, que é o sentimento de ligação que se tem com o lugar de origem.

Os jogos de futebol em campos nem sempre adequados ou em pequenas quadras de barro são mais uma das formas que os ribeirinhos utilizam para seu divertimento. Torneios de pênaltis - Chute direto, em direção ao gol, de uma distância de onze metros da meta defendida por um goleiro – onde são disputados ferrenhamente novilhos, porcos, frangos e até dinheiro, são eventos bastante concorridos na localidade.

Na festa do dia das mães (segundo domingo do mês de maio), a situação é outra. Com os terreiros e caminhos inundados, as pessoas chegam aos eventos em canoas ou botes e são limitados a um ambiente mais restrito do que o do período da vazante. Na cheia, enquanto uns dançam e se divertem na casa onde está sendo realizado o evento, outros pulam na água, sem se afastar muito das mesmas, devido os perigos que a água lhes oferece.

Pular na água e passear de canoa nos igapós, aliás, passa a ser uma das principais formas de diversão dos ribeirinhos de São Francisco de Terra Nova, em contraponto aos jogos de futebol e outros eventos que ocorrem no período de vazante. Percebe-se aí uma ressignificação dos elementos sociais e culturais que unem os comunitários, sem que estes elementos percam sua importância e sua característica unificadora.

4. RELAÇÃO HOMEM/NATUREZA

A comunidade está inserida em um ambiente de flora exuberante. A área ao sul, salvo raras exceções, é composta por mata de várzea, entrecortada por igarapés e matas de igapós. A retirada de madeira por parte dos ribeirinhos ocorre apenas quando há necessidade de construir casas para moradia.

Com relação a fauna, os ribeirinhos de São Francisco da Costa de Terra Nova, não se diferem dos demais habitantes da Amazônia, tendo uma relação de proximidade com muitos dos animais da região. É comum vermos animais silvestres como papagaios, periquitos e macacos, convivendo nas casas da comunidade, como animais de estimação. A caça é pouco praticada na comunidade.

Como afirma Araújo (2003):

Os povos da Amazônia são povos mediterrâneos. E hereditariamente, são portadores de certa sentimentalidade. Amam os horizontes imensos. Têm a consciência telúrica da majestosa grandeza do mundo onde vivem e, cujas culturas são, historicamente, etnograficamente,

etnologicamente e pré-historicamente, a glória dos que por aqui passaram tribal e sociologicamente, deixando em cacos os múltiplos tipos de cerâmicas, que honram o caboclo e honrariam qualquer dos maiores povos do mundo. (ARAÚJO, 2003, p. 589)

Percebemos que esta ‘consciência telúrica da majestosa grandeza do mundo onde vivem’ se aflora ainda mais fortemente o ribeirão da comunidade São Francisco durante o período de cheia do rio. Ora, se como já foi dito, devido a diminuição da força e da jornada de trabalho, sobra mais tempo para o ribeirão realizar outras atividades, como a contemplação da natureza que os cerca.

É muito comum vermos durante as ‘alagações’, grupos de pessoas sentados nas pontes que são construídas entre as casas conversando e apreciando o correr das águas, o boiar dos peixes, o passar das canaranas e dos aguapés. Esta atitude contemplativa leva a uma reflexão sobre o papel dos mesmos na natureza e sobre as suas relações com os biomas em que estão inseridos.

Esta atitude faz com que a maioria dos ribeirinhos encarem as questões sobre preservação do meio ambiente, não como impositivo, mas como algo necessário para sua própria sobrevivência.

Assim, quando Leandro Tocantins (2000) afirma que ‘o rio comanda a vida’ é a expressão clara da relação do rio – e no nosso caso, o Amazonas – com a vida na região. Com isso, percebemos nitidamente o conceito de ‘TOPOFILIA’, aplicado pela primeira vez por Yi-Fu Tuan, no livro intitulado “Topofilia”, de 1974. Este conceito é definido como sendo o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico onde vive.

Os habitantes de São Francisco da Terra Nova convivem com estas mudanças impostas pelo regime hidrológico na região ao longo de suas vidas, por isso, tais mudanças são encaradas com muita naturalidade e após significadas e ressignificadas, transformam-se no estilo próprio da comunidade. Vemos assim:

Uma cultura de profundas relações com a natureza, que perdura, consolida e fecunda o imaginário deste conjunto social, isto é, no âmbito de uma cultura híbrida, com relação aos cânones urbanos, o caboclo busca desvendar os segredos do seu mundo, (...) onde o mesmo viveu e ainda vive. (FRAXE, 2004 p. 20)

A figura 3, mostra uma criança da localidade construindo sua relação com o rio, em contato direto com as águas.



Foto: Acervo do autor. (Pesquisa de campo, junho 2016)

Mais do que o interesse contido no ‘olhar de fora para dentro’, que percebe os ribeirinhos como pessoas carentes de todos os bens que a sociedade moderna pode oferecer, o presente trabalho buscou um ‘olhar de dentro para dentro’, lançando olhar sobre os modos de vida partindo dos seus próprios olhares.

A partir deste viés, poderemos entender como os ribeirinhos se percebem nos diferentes momentos que o regime de cheia e vazante lhes impõe e como os mesmos se adaptam a estas diferenças como verdadeiros “homens anfíbios”.

Entendemos aí, que os ribeirinhos, de modo geral, se percebem como elementos integrantes ao meio ambiente em que vivem, tendo suas vidas influenciadas e influenciando, os elementos da natureza ali presentes.

5. PROFESSORA FRANCISCA GÓES DOS SANTOS: UMA ESCOLA DAS ÁGUAS

Localizada na comunidade São Francisco, Costa de Terra Nova, no município de Careiro da Várzea, no Amazonas; distando cerca de treze quilômetros em linha reta da cidade de Manaus, capital do estado, a escola Municipal Professora Francisca Góes dos Santos tem seu ato de criação firmado pela Lei Municipal nº 022/ 90 de 21 de agosto de 1990. Entretanto, documentos oficiais como dados de matrícula e atas de resultados finais de algumas turmas, dão conta de que já no ano de 1983 a escola estava em funcionamento, atendendo turmas

multisseriadas e programas de alfabetização de adultos promovidos em convênio da prefeitura com o governo federal como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e o Projeto Conquista.

A figura 4 mostra a escola Professora Francisca Góes dos Santos em período de cheia do rio Amazonas.



Fonte: acervo pessoal do autor. Pesquisa de campo, Junho de 2015

Neste período, a escola funcionava em um prédio de madeira, com quatro salas de aula, parte administrativa, cantina e área de depósito. Apenas no ano de 1996, após vários movimentos reivindicatórios por parte dos comunitários, o antigo prédio foi demolido e erguido no local, o atual prédio em alvenaria. No ano de 2012, houve uma reforma na estrutura do prédio, dando-lhe nova configuração, mas permanecendo a mesma estrutura física.

Atendeu durante as décadas de 1980 e 1990, turmas multi e unisseriadas dos anos iniciais do ensino fundamental (Pré-escolar, 1ª a 4ª séries). No ano de 1992 recebeu autorização para o funcionamento de uma turma de 5ª a oitava séries, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), em um convênio com a Secretaria de estado da Educação do Amazonas (SEDUC), através da Educação de Jovens e Adultos. Este período

durou dois anos e dos estudantes oriundos do mesmo, muitos continuaram seus estudos e se tornaram posteriormente professores da instituição.

Ao término da primeira turma e passados alguns anos, a escola recebeu um outro programa ainda na modalidade EJA. Duas turmas foram formadas e muitos adolescentes foram atendidos e puderam concluir o Ensino Fundamental nesta escola.

No ano de 1999, a escola recebeu a primeira turma da antiga 5ª série, possibilitando aos estudantes da Costa de Terra Nova concluírem seus ciclos educacionais do ensino fundamental na própria escola da localidade; pleito este reivindicado pela comunidade local, desde o final da década de 1970.

Em 2004, a escola, através de novo convênio com a SEDUC, passou a ceder suas instalações para abrigar o funcionamento de um anexo da Escola Estadual Coronel Fiúza, que fica situada na cidade sede do município. Este anexo funciona no turno noturno e atende os alunos oriundos da própria instituição, ofertando ensino médio na modalidade presencial. Desde então os filhos dos ribeirinhos não necessitaram mais deslocarem-se para a cidade de Manaus afim de concluírem seus estudos escolares.

No ano de 2007, a instituição passou a ceder uma sala de aula para que o Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI), instituição de ensino superior sediada na cidade de Indaial em Santa Catarina, objetivando oferecer um curso de Licenciatura em Pedagogia. Muitos comunitários iniciaram o curso e após concluído, vários deles já atuam como professores nas redes de Careiro da Várzea e Manaus.

Em 2008 a escola recebeu através do Núcleo de Socioeconomia (NUSEC) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) um projeto voltado para a produção agrícola familiar. Este projeto, que a princípio havia sido pensado para a comunidade, foi direcionado para a instituição escolar. Nos dois primeiros anos, o projeto funcionou de forma pouco intensa, ganhando forma e força no final de 2009, onde, a partir de então, vários cursos foram desenvolvidos na mesma e a instituição passou a trabalhar em seu currículo, atividades como criação de abelhas sem ferrão (meliponicultura), cultivo de plantas medicinais e aromáticas, criação de aves (galinhas) e o carro chefe do projeto que foi a horta orgânica, onde a produção se fazia com a colaboração de servidores, professores e estudantes.

Havia transversalidade na aplicação dos conteúdos e o conhecimento científico introduzido pelos técnicos da Universidade, jamais se sobrepunha aos conhecimentos empíricos dos moradores da localidade. Havia uma verdadeira troca de saberes e experiências.

Os professores trabalhavam matemática enquanto iam ao galinheiro, junto com as crianças, fazer a coleta diária de ovos, trabalhavam geometria, enquanto organizavam, os canteiros suspensos, trabalhavam ciências, enquanto cuidavam da horta, trabalhavam História e Geografia, enquanto falavam sobre as origens das plantas e das técnicas de cultivo e manuseio.

Alguns estudantes, participaram nos anos de 2011 e 2012, do Programa de Iniciação Científica Junior (PIBIC Jr) da UFAM e puderam assim, com suas pesquisas introduzir melhoria às técnicas de produção na localidade. O final do ano de 2011 marca o término do projeto e no ano de 2013 a escola abandona estas práticas educacionais em seu currículo, voltando-se novamente para a forma de educação tradicional.

O transporte escolar é, desde 1992, fornecido pela prefeitura municipal de Careiro da Várzea e atende a todos os turnos trabalhados pela instituição. Atualmente, com o advento das motocicletas na localidade, muitos estudantes dispensam o transporte escolar e dirigem-se à escola em seu próprio meio de transporte.

Os servidores lotados na Escola Professora Francisca Góes dos Santos estão, segundo relatos da gestora, professora Lucycleia Gonçalves da Silva, em constantes reciclagens e capacitações, estando, segundo a mesma, preparados para dar uma educação de qualidade às crianças atendidas pela instituição.

O quadro 1, mostra o quadro funcional da escola e suas respectivas habilitações:

Quadro funcional da escola e suas respectivas habilitações		
Profissional	Função	Escolaridade
Ana Cristina Lima do Nascimento	Professora	Mestranda em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia
Edneire Freitas da Silva	Professora	Normal Superior
Ednei de Souza Ferreira	Professor	Graduado em Matemática
Cintia Maria Guedes	Professora	Esp. Em Metodologia

		do Ensino Superior
Francisco Antônio Miranda	Professor	Graduado em História
Lucycleia Gonçalves da Silva	Gestora	Esp. Em Matemática
Milza Maria da Silva	Professora	Graduada em História e Matemática
Nancy Socorro de Miranda Cunha	Professora	Graduada em História
Francinara Silva de Souza	Secretária	Ensino Médio
Marivania Oliveira de Souza Moreira	Aux. Administrativo	Esp. Em Língua Portuguesa
Maria Graciete Meireles de Lima	Merendeira	Ensino Médio
Elyvan de Souza Miranda	Merendeira	Ensino Médio
Adailza Martins de Vasconcelos	Serv. Gerais	Ensino Médio
Raimundo Luís Correia	Guarda Municipal	Ensino Médio
Neide Mara Ricardo	Serv. Gerais	Ensino Médio
Elielton Nogueira da Silva	Serv. Gerais	Ensino Médio
Aurivan de Albuquerque Cunha	Serv. Gerais	Pedagogo

Quadro 2: Quadro de servidores. (Pesquisa de campo, outubro, 2016)

Observa-se que todos os professores possuem nível superior. Quanto aos servidores da parte administrativa, todos possuem nível médio e alguns possuem graduação.

Quanto ao corpo discente, a escola Professora Francisca Góes dos Santos atendeu, no ano de 2016, cento e vinte e um estudantes da Educação Infantil ao nono ano.

O quadro 2, mostra as turmas e o número de estudantes atendidos em cada uma delas.

Turmas e número de estudantes										
Turma	Educ. Inf	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
Nº de Alunos	19	11	12	6	14	10	14	9	15	11

Quadro 2: Turmas e número de estudantes. (Pesquisa de campo, outubro, 2016)

Entrevistas com servidores e estudantes, contribuíram sobremodo para nossa análise do papel da escola na formação de cidadãos ambientalmente conscientes e se o currículo trabalhado pela instituição escolar tem contribuído para atingir este objetivo. Do mesmo

modo, entrevistas com servidores e professores foram fundamentais para a formação deste entendimento.

Em nossa pesquisa foram entrevistados dezoito servidores e prestadores de serviços da instituição escolar, trinta estudantes de quarto a nono anos do ensino fundamental, sendo cinco de cada turma e foram entrevistados também, doze comunitários, que não estavam inclusos nos dois primeiros grupos citados.

Este público contribuiu-nos com o entendimento da visão de quem realiza as atividades da escola (professores, servidores e prestadores de serviços), para quem as atividades são realizadas (estudantes) e quem acompanha o andamento destas atividades sem uma ação direta a ela (comunitários).

6. REFERÊNCIAS

AMOROZO, M. C. M. (a) Agricultura Tradicional, Espaços de Resistência e o Prazer de Plantar. In: Albuquerque, U. P. et al. (orgs.) **Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia**. Recife: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2002. p.123-131.

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. **A composição da vida no beiradão do rio Amazonas: memória e identidade ribeirinha**. Manaus: EDUA, 2015.

ARAÚJO, André Vidal de. **Introdução à Sociologia da Amazônia**. 2ª ed. Manaus, Valer, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **EDUCACENSO 2015**. Extraído do site: http://www.portal.inep.gov.br/senso_escolar. Acesso em: 19 nov. 2016.

BRASIL: Ministério do Meio Ambiente. **Relatório da Conferência Rio-92**. extraído do site <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>. Acessado em 14/02/2016 as 10:31.

CAREIRO DA VÁRZEA. Lei nº 022/90 de 21 de agosto de 1990.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Três, 1984.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura Caboclo-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. São Paulo, Annablume, 2004.

_____. **Homens Anfíbios: etnografia de um campesinato das águas**. São Paulo Annablume; Fortaleza: Secretaria do Desporto do Estado do Ceará, 2000.

_____. et al. (org). **A pesca na Amazônia central: ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo**. Manaus: EDUA, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2º Ed. São Paulo: AVERCAMP. 2014.

KENITIRO, Suguio. **Mudanças ambientais da Terra**. São Paulo: Instituto Geológico, 2008.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIRA, Sandro Haoxovell; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **O percurso da sustentabilidade do desenvolvimento: aspectos históricos, políticos e sociais**. REMOA/UFSM. V. 14, N. 2. 2014.

MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. Lisboa: Europa-América, 1984.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Trajatória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico**. Estudos Avançados. São Paulo, v. 26, n. 74, 2012.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa – característica, uso e possibilidades**. Caderno de pesquisa em administração, São Paulo. V. 1, nº 3, 2º sem. 1996.

PAPA FRANCISCO. **Carta encíclica LAUDATO SI – Sobre o cuidado com a casa comum**. Extraído do site http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. acessado em 14/02/2016 as 14:30.

Relatório da **United Nations Conference on the Human Environment (UNCHE)** extraído do site <http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=97>. Acessado em 14/02/2016 as 10:26.

Relatório do **Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas**, extraído do site <http://www.pbmc.coppe.ufrj.br/> Acessado em 14/02/2016 as 10:41.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida – Uma interpretação da Amazônia**. – 9ª ed. – Manaus: Valer / Governo do Estado do Amazonas

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudos do homem nos trópicos** – 3ª ed. – Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

WITKOSKI, A. C., FRAXE, Therezinha de J. P. e CAVALCANTE, Kátia Viana (orgs.)
Território e territorialidades na Amazônia: formas de sociabilidade e participação política. Manaus: Valer. 2014.

CAPÍTULO II – AS FORMAS DE GESTÃO E SUAS INTERFACES EM SÃO FRANCISCO DA COSTA DE TERRA NOVA

Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.

Michel Foucault

INTRODUÇÃO

A intrincada articulação político-social da comunidade São Francisco da Costa da Terra Nova, apresentada no capítulo I, é reflexo dos comportamentos de seus habitantes; ora estimulada por tradições, ora construída a partir de aspectos típicos de uma modernidade absorvida e insistentemente colocada como elemento produtor de desenvolvimento e evolução. Seja como for, moderno e tradicional terminam por proporcionar impactos na estrutura organizacional local.

Buscamos, neste capítulo, descrever as formas de gestão presentes na comunidade. Gestão esta que perpassa o tocante às instituições formais de poder, como escola, associações ou instituições religiosas e se fazem também em outras relações de poder, como a pesca, a agricultura, as curas, as crenças, o lazer, entre outras.

Apesar de MORIN (2001) comentar que os costumes estão se modificando de forma muito acelerada nas últimas décadas, as construções familiares e suas formações em São Francisco pouco têm se alterado. As famílias nucleares e a estrutura padrão com pai, mãe e filhos vivendo em uma mesma casa, se mantém em todas as casas que entrevistamos. Casos isolados onde somente o pai ou somente a mãe habitam a residência com os filhos se dão por conta do falecimento de um dos cônjuges.

O princípio de autoridade dos pais em relação aos filhos e de respeito dos filhos em relação aos pais é outra característica da vida social da comunidade que nos chamou bastante atenção. Ainda é possível perceber certa submissão dos filhos em relação aos seus pais e a

outros parentes mais velhos; isto proporcionou ver que os laços familiares ainda não sofreram por inteiro as influências da modernidade líquida citada por Bauman (2001).

Aliás, percebe-se um certo lamento dos comunitários em relação às transformações ocorridas por conta da modernidade quando se fala sobre lazer e diversão. É comum ouvir que “os jovens de hoje não sabem se divertir”, ou que “no meu tempo, as brincadeiras eram diferentes”. Mas apesar disso, é nítida a percepção dos moradores de que ainda se preservam muito mais valores tradicionais na comunidade do que nos grandes centros:

Esses meninos nascem tudo aqui, crescem correndo no meio da gente. Depois vão embora pra Manaus e quando voltam, não conhecem mais ninguém. Passam pela gente e finge que nem conhece. Parece que ficou rico só porque foi morar pra lá. (Iracema de Moraes Moreira, pesquisa de campo, 2016)

Neste ponto percebemos um outro fator importante na análise social da comunidade São Francisco da Costa de Terra Nova: a proximidade com Manaus e o quanto os hábitos importados da metrópole regional influenciam os comportamentos dos ribeirinhos desta localidade.

A fala desta comunitária nos leva a perceber também, como a organização familiar exerce influência sobre as outras organizações sociais na comunidade, sejam elas a escola, as instituições religiosas - visto que a comunidade possui igrejas de diferentes denominações - e até da associação de produtores locais.

Desta forma, o objetivo deste capítulo foi identificar as formas de gestão da escola e comunidade. Na busca de atingir este objetivo, foram aplicados formulários em quarenta e seis famílias, o que representa, quarenta por cento das famílias que habitam a comunidade. Estas famílias foram selecionadas de acordo com critérios estabelecidos no plano de trabalho, ou seja, famílias de servidores, de estudantes e comunitários sem ligação direta com a escola. Além de entrevistas, foram realizadas conversas dirigidas e observação direta através da participação em eventos na localidade. Os dados obtidos foram sistematizados no programa Excel para elaboração de gráficos. Foram ainda realizados levantamentos em documentos oficiais disponibilizados pela secretaria da escola e em atas disponibilizadas pela coordenação religiosa da comunidade São Francisco da Costa da Terra Nova e da Associação de Produtores Rurais da Costa da Terra Nova.

Percebemos que a gestão da escola e da comunidade sofrem importante influência do que, segundo os termos de Foucault (2013), seria a rede de poderes da comunidade, formada pelos indivíduos e pelas famílias com seus hábitos particulares que influenciam nos coletivos, e pelos grupos religiosos, esportivos, profissionais, de amizade, entre outros, com seus hábitos coletivos que influenciam nos individuais.

1. A GESTÃO DA ESCOLA E A PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL

Ao longo de sua história, a escola Professora Francisca Góes dos Santos sempre se preocupou com as questões ambientais, buscando transmitir uma educação formadora de consciência ambiental. Exemplo disto são os eventos citados pelos entrevistados, tais como: passeatas de conscientização, palestras, panfletagens, cursos de capacitação, elaboração e execução de projetos e muitas outras ações visando a formação de estudantes e comunidade no tocante a preocupação com o meio ambiente.

A forma de conduzir o processo pedagógico e educacional na instituição escolar, partindo das peculiaridades do cotidiano para a formação do conhecimento intelectual dos estudantes é o que Souza (2015) conceituou de “currículo das águas”. Uma formação que envolve as relações sociais, desafios da descoberta, interação com o meio e relação com os meios de produção (Souza, 2015, p. 173).

Esta preocupação ganhou força, após a parceria firmada com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), através do Núcleo de Socioeconomia (NUSEC), que proporcionou a implantação de diversas estratégias voltadas a formação de cidadão ambientalmente conscientes e capazes de contribuir com a formação de outras pessoas.

Neste ponto, passamos para a busca do entendimento que norteia este trabalho, isto é, a verificação e discussão do papel que a escola desempenha, ou pode desempenhar, na formação de cidadãos comprometidos com a sociedade, com o social e neste sentido mais restrito, com o ambiente onde vive.

É necessário que a escola fomente a discussão sobre a realidade que a cerca, e os desafios de se viver em uma comunidade rural/ribeirinha, com as suas peculiaridades, o que, em sua grande maioria, continua sendo esquecida das políticas educacionais. Dessa forma, as ações que delas precisam ser emanadas, não acontecem. [...] neste sentido, defendemos uma formação no chão da escola; formação esta que

permita enxergar e analisar as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar. (FRAXE, WITKOSKI, CASTRO. Orgs. 2012, p. 227)

Segundo Gadotti (1985), educar em uma sociedade de conflito é uma tarefa de partido, isto é, é necessário que haja um comprometimento, uma inquietação de quem educa, para que o processo de educar se faça. E qual seria a inquietação que se apresenta de forma mais contundente nos dias atuais? Qual seria a grande preocupação que uma instituição educacional situada na floresta Amazônica, às margens do maior rio do mundo em volume de água, poderia sentir e se voltar que não as tocantes ao ambiente em que está inserida?

Estes problemas, não são, por si, questões de cunho particular daquela instituição educacional. Apesar da mesma estar situada na região amazônica, quando o assunto é preservação ambiental, a mesma busca trazer seu alunado para participar de uma discussão a nível global. Morin (2007) afirma que um dos maiores problemas da educação na atualidade é que não há uma promoção do conhecimento capaz de apreender problemas globais. Ou seja, o preservacionismo, pelo preservacionismo não teria sentido algum para as gerações jovens, se ele não for tratado como um problema global, que infere em si, questões da História, da Matemática, da Geografia e de todas as outras áreas do conhecimento.

Por tanto, este modelo de educação defendida por Morin, deve buscar promover a formação total e geral dos estudantes; desenvolvimento este que deve ocorrer em todos os campos da vivência do indivíduo, seja ele no emocional, social, afetivo, econômico, entre outros.

Os relatos coletados durante as entrevistas na pesquisa de campo, fizeram-nos perceber uma aproximação importante entre o modelo proposto e o que se chegou a ser praticado na escola Professora Francisca Góes dos Santos. Uma proposta pedagógica voltada para o trabalho em grupo com o intuito da formação de todos. Trabalhos do cotidiano das crianças, sendo realizado na escola com viés educacional global. Estruturas pedagógicas sendo modificadas e trabalhadas na interface da transdisciplinalidade (Coelho, 2000).

Todavia, também foram registrados retrocessos na ação e na formação por parte da instituição educacional da comunidade, com relação ao comprometimento social e ambiental. Dos pais entrevistados, 72,2% lamentou que, nos últimos anos, a escola tenha reduzido suas ações e movimentos voltados para este fim.

Lamentos como: “Não sei porque pararam de trabalhar com a horta na escola” ou “Era tão bom quando vinha os cursos para a escola; a gente aprendia tanto”, foram recorrentes nas rodas de conversa, nas conversas informais ou até nas entrevistas que foram realizadas

durante a pesquisa de campo. Este fato levou-nos a pensar que o caminho definido e percorrido pela escola em anos anteriores, vinha de certo modo, surtindo efeitos satisfatórios para a comunidade local e que a opção pela tomada de novo direcionamento nas práticas pedagógicas da instituição voltadas para as questões ambientais, são causadoras de insatisfação entre os comunitários.

2. PRODUÇÃO E PRODUTORES: A AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO FRANCISCO.

A comunidade São Francisco da Costa de Terra Nova é grande produtora de hortaliças que abastecem o mercado consumidor de Manaus. A média da colheita semanal, no período de maior produção, nos meses de setembro, outubro novembro, dezembro e janeiro chega a cinquenta toneladas. É considerável a variedade desta produção – couve, chicória, cheiro verde, pimentão, alface, cebolinha, entre outros - sendo que a totalidade dela vem da agricultura familiar.

De acordo com Noda *et. al.*, (2001), o agricultor de várzea utiliza o solo para a agricultura, pecuária e extrativismo numa racionalidade de ocupação do espaço em acordo com o ecossistema. Com o fenômeno das enchentes dos rios, as atividades produtivas obedecem a uma lógica temporal, aliada a racionalidade espacial apontada, no que diz respeito os efeitos de suporte à fertilização dos solos e aos ciclos produtivos dos vegetais. (Noda, 2001, p. 192)

Relatos dão conta de que houve uma significativa transformação na produção local; transformação esta atribuída pelos moradores, às severas cheias do rio Amazonas que acometeram a região nos últimos anos. O relato a seguir, do senhor Nestor Pinheiro de Miranda, um dos moradores mais antigos da localidade, nos fornece uma ideia sobre isso:

“Antes das alagação grande, todo mundo plantava mandioca, macaxera, milho, melancia, jerimum. Tinha até gente que plantava arroz e dava bem. Agora, as pessoa só planta aquilo que pode vender pra ver se guarda um dinheirinho com medo da cheia. Por isso que farinha ficou tão caro: ninguém planta mais mandioca e nem faz mais sua farinha” (Pesquisa de campo, agosto, 2016)

Atualmente a olericultura predomina na produção da comunidade, sendo os produtos mais cultivados a chicória, a cebolinha a couve, alface e o coentro. Há também comunitários que produzem em menor quantidade, berinjela, tomate e quiabo, sendo este último, o de maior importância produtiva e comercial, chegando a produção semanal de oito toneladas. Outros produtos como pimentas, maxixe, pimentão e batata doce também são cultivados, mas em escala bem mais reduzida.

Dos agricultores entrevistados na comunidade, um total de dezoito pessoas, todos afirmaram que cultivam pelo menos um canteiro – que na comunidade identificam como ‘leira’ - de chicória, sendo esta, o carro-chefe da produção local. Somadas, a produção apenas dos agricultores que participaram desta pesquisa, o valor é superior a dez mil maços mensais.

O segundo produto mais cultivado é a couve, que chama a atenção tanto pela quantidade de área produzida, - esta olerícola tem uma média de área plantada de 110m² por agricultor - como pela qualidade do produto final. São grandes áreas cobertas com a plantação, que ocupam tanto os espaços tradicionais de plantio da comunidade (atrás das residências), como o entorno das mesmas. Neste aspecto, ressalte-se que a couve é a única olerícola que ocupa tanto as áreas laterais, quanto as posteriores às residências.

Há também, na localidade, uma importante produção de plantas medicinais. Esta produção é, geralmente, cultivada em menor escala, nas mesmas áreas de produção das “verduras para venda”, e aparece, além de importante forma de tratamento de muitos males que afetam os moradores da localidade, como uma espécie de complemento à renda dos ribeirinhos locais.

As plantas medicinais mais cultivadas são: jambu (utilizado na culinária regional como elemento indispensável à preparação do tacacá), o hortelanzinho, o capim-santo, a cidreira, a salva-de-marajó, o boldo, o marupazinho, o mastruz, entre outros.

“Sempre tem uma planta no quintal de casa pra gente fazer um chá e curar a enfermidade de quem tá doente”, nos diz Zilda Soares de Miranda, moradora local e que possui uma horta com plantas medicinais no quintal de sua casa. (Pesquisa de campo, outubro, 2016)

O uso de agrotóxicos se tornou uma prática corriqueira entre os agricultores da CTN (Costa de Terra Nova) e em especial, os habitantes da comunidade São Francisco. Muitas são

as marcas dos produtos utilizados no intuito de combater as pragas que afetam as plantações e interferem na produtividade local.

O quadro 3, mostra os agrotóxicos mais utilizados pelos agricultores familiares da localidade.

Agrotóxicos mais utilizados na comunidade					
Nome comercial	Nome	Princípio ativo	Culturas	Classe toxicológica	Perigos
Cefanol	ACEFATO	Organofosforado	Couve, repolho batata e pepino	III	Neurotóxico
Vertimec 18 ce	ABAMECTINA		Pimentão tomate pepino	III	Toxicidade reprodutiva
Glifosato	DIPIL 480 HERBICIDA	N - (phosphono methyl) glycine	Combate a ervas daninhas	II	Neurotóxico

Quadro 3. Principais agrotóxicos usados na comunidade. (Pesquisa de campo, outubro, 2016)

A compra destes materiais foi, segundo relatos dos moradores, por muitos anos feita de forma indiscriminada, não havendo nem um tipo de restrição para que os agrotóxicos mais tóxicos fossem adquiridos. Assim nos fala o senhor Luís Eduardo Oliveira, agricultor e feirante na Feira Manaus Moderna:

“Rapaz, a gente sempre comprou qualquer tipo de ‘veneno’ sem ter problema nenhum. Bastava um colega nosso dizer que era bom pra matar certo tipo de bicho a gente ia lá (nas lojas de produtos agrícolas situadas próximas à feira Manaus Moderna) e a gente comprava. Agora que tá essa frescura de não poder comprar mais.” (Pesquisa de campo, setembro, 2016)

Como podemos observar, na fala do agricultor, houve, após a edição da receituário agrônômico, uma maior dificuldade na aquisição destes produtos, causando uma notória insatisfação por parte dos usuários. Esta medida, apesar de parecer antipática aos agricultores,

visa um maior controle do uso destas substâncias nos vegetais que serão cultivados e farão parte da alimentação de muitas pessoas.

Os usuários destes produtos sabem que os mesmos, a partir deste marco legal, poderão ser adquiridos apenas com a apresentação do receituário próprio, expedido por um agrônomo, após prévia visita à plantação e verificação do agente causador do dano às plantas cultivadas. Assim, como a visita de um representante dos órgãos governamentais, mais especificamente do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário (IDAM) não acontece e os agricultores não possuem disponibilidade financeira para pagar um profissional da área, a aquisição de tais produtos tornou-se praticamente impossível.

Um dos principais problemas quanto ao uso de agrotóxicos na agricultura familiar em São Francisco é o fato dos mesmos serem aplicados sem nem um equipamento de proteção que impeça o contato do produto, com quem o está manuseando. Presenciamos em nossas visitas de campo, agricultores saindo de suas hortas, totalmente molhados pelos produtos que estavam aplicando em suas plantações, sem máscara, ou qualquer outro equipamento mínimo de proteção individual.

Outro fator de relevância quanto a este tema é o fato de que o período de repouso entre a aplicação da maioria dos produtos e a retirada dos mesmos para a comercialização não é respeitado, sendo, em alguns casos, segundo relatos de moradores, de menos de vinte e quatro horas. Falando sobre a plantação de seu vizinho, a senhora Daniela Maria do Perpétuo Socorro Sales nos afirmou que:

“Eu não tenho coragem de comer desse couve que o seu Eduardo planta. É muito ‘veneno’ que ele coloca. ‘fedé’ muito aqui pra casa. Além disso, ele coloca veneno num dia pra ‘tirar’ no outro, não deixa nem passar mais a força.” (Pesquisa de campo, outubro, 2016)

Em outro trecho da entrevista, dona Daniela Sales afirma:

“Eu achava bom quando a escola tinha a horta e lá mesmo plantava as verduras que eram colocadas na merenda das crianças. A gente confiava que tudo era saldável e ia fazer bem para nossos filhos. Hoje a escola manda bilhetes pedindo verduras para a merenda. Eu não gosto. No dia que chega bilhete, eu digo pro meu filho não merendar

na escola. Eu não sei se a verdura que vão mandar, tem veneno ou não”. Pesquisa de campo, outubro, 2016)

Desta forma, somos capazes de identificar em membros da comunidade, uma elevada preocupação no tocante ao manuseio e aplicação dos agrotóxicos nas hortas locais, bem como do consumo de produtos cuja origem é conhecida pelos mesmos e que podem causar problemas com o a saúde da população.

3. USO DE BIODEFENSIVOS E BIOFERTILIZANTES

O uso de fertilizantes naturais na agricultura familiar da comunidade São Francisco data do início do povoamento do lugar. Segundo relatos, o uso de esterco de animais, que na comunidade é chamado de “estrumo”, principalmente de gado bovino e de galinhas, sempre foi ao principal fonte de reposição de nutrientes para as plantações dos comunitários.

Outra fonte natural de fertilizantes para as plantações dos agricultores familiares locais é a obtida da decomposição de árvores, folhas e galhos na própria floresta. Este húmus, é chamado pelos moradores de “paú” sendo utilizado em larga escala quando da confecção dos canteiros no solo e dos canteiros suspensos em época de cheias do rio Amazonas.

O uso de biodefensivos e biofertilizantes na comunidade, inicia através de formações promovidas pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), através do projeto “Segurança Alimentar”, desenvolvido pelo Núcleo de Socioeconomia (NUSEC), encabeçado pela professora Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, a partir do ano de dois mil e oito. Este projeto, proporcionou a formação e capacitação de comunitários, bem como de professores, servidores e alunos da escola municipal Professora Francisca Góes dos Santos.

Um grupo significativo de pessoas passou a incorporar técnicas adquiridas nas formações e palestras em seus modos de produção, diminuindo com isso a utilização de fertilizantes e agrotóxicos aplicados em suas hortas. Isto proporcionou uma melhor qualidade dos produtos e qualidade de vida aos produtores e consumidores finais.

Sente-se na fala dos comunitários que utilizam técnicas naturais de adubação e defesa de suas hortas contra ataques de insetos, uma satisfação e uma alegria por terem optado pelas técnicas naturais de produção. O jovem Erimar Santos, produtor de plantas medicinais que são

comercializadas na AGROUFAM, feira da agricultura familiar promovida pela Universidade Federal do Amazonas, falando sobre suas técnicas de produção, afirma que:

Nas minhas plantas não entra nem um tipo de “veneno”; tudo é natural. Até os vasos onde são plantadas, são reciclados. Ou uso garrafas pet, ou latas de leite vazias. Como adubo uso “estrumo de boi” e “paú”. Nada comprado em Manaus. Quando algum “bicho” começa a atacar, uso ‘calda de tabaco’ com álcool, cravo da índia e muitas outras coisas. Minhas plantas crescem bonitas e eu sei que não vai fazer mal pra ninguém que usar elas em nem um remédio. (Pesquisa de campo, setembro, 2016)

Percebemos assim, um importante contraponto no que se refere aos dois meios de produção agrícola na comunidade, o que utiliza fertilizantes e agrotóxicos e o que utiliza fertilizantes e defensivos naturais. Enquanto o primeiro está preocupado apenas com a produtividade e por consequência disto o aumento dos lucros obtidos com ela, o segundo está preocupado com a qualidade do que irá oferecer como produto final, levando em consideração o bem estar dos consumidores, muito mais do que o lucro financeiro.

No tocante à eficácia dos produtos naturais para o combate às pragas que afetam as plantações na comunidade São Francisco, os que as utilizam, demonstram satisfação com as mesmas; assim, a afirmativa de que só defensivos potentes são capazes de combater as pragas que afetam a produção local, passa a ser contestada pela prática dos comunitários. A senhora Sebastiana Lima do Nascimento, falando sobre sua horta, afirma que:

Eu não uso veneno nas minhas plantas. Já usei sim, não vou mentir, mas hoje não uso mais. O caso é a gente saber que tipo de remédio usar quando tá dando algum tipo de bicho nas planta. A gente faz o remédio, coloca e num demora os bicho vão deixando de atacar. O caso é ter paciência e fé em Deus. Com fé a gente consegue tudo! (Pesquisa de campo, outubro, 2016)

Enquanto a agricultora, em um momento, trata os agrotóxicos como “veneno”, remetendo às questões de morte, destruição e caos; em outro trata os bio defensivos como remédio, como elemento de cura, como algo que pode de forma concreta, contribuir com a cura e com a manutenção da vida.

A fala de dona Sebastiana é bastante esclarecedora em dois importantes aspectos: Primeiro, que é necessário a utilização do biodefensivos correto para cada tipo de problema apresentado na horta, visto cada inseto ou microrganismo responder de uma forma diferente às soluções e infusões propostas. A outra diz respeito ao tempo. Sem a paciência citada pela moradora e tão necessária para que os biodefensivos exerçam sua ação, não se percebe facilmente os resultado que tanto se espera.

É esta, ao nosso ver, a maior razão para que o uso de defensivos agrícolas químicos tenha-se difundido de forma avassaladora em nossos dias. Os agricultores querem resultados imediatos quando da aplicação do produto. Para os mesmos, o ideal é que imediatamente após a aplicação dos produtos, seja detectada a morte dos insetos que estão causando o problema nas plantações. Quando um produto não exerce esta função imediatista, ele não é considerado bom.

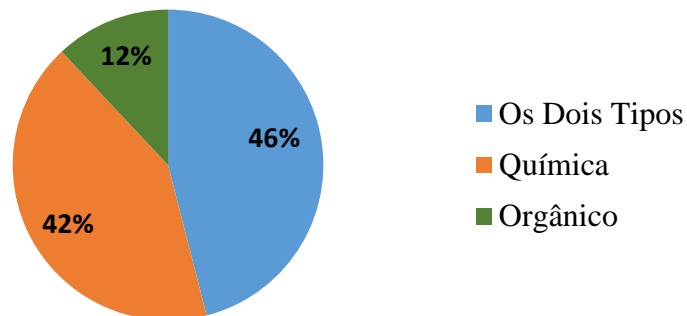
Por isso a busca é maior por produtos e combinações de produtos, cada vez mais fortes e mais devastadores. A certeza de que “esse veneno é bom” se dá, pela velocidade em combater os inimigos das plantações.

O que não é levado em consideração nesta equação de tempo, é de que ao mesmo instante em que estes produtos combatem as pragas, destroem também os inimigos naturais das mesmas, responsáveis pelo equilíbrio e controle natural desta pragas. Assim, surgem insetos cada vez mais resistentes aos defensivos aplicados e com menos inimigos naturais para auxiliar o combate dos mesmos.

Os agricultores familiares da localidade que utilizam apenas biodefensivos em suas plantações ainda é bastante reduzido, apenas 12%, visto ser uma prática ainda recente. Entretanto, vem aumentando o número de pessoas que passam a utilizar os dois tipos de defensivos, como uma forma de complementação do já utilizado. Isso parece apontar para um aumento, em um futuro próximo, de agricultores familiares que utilizarão apenas biodefensivos e biofertilizantes em suas plantações. O gráfico abaixo, indica como os agricultores da localidade têm se comportado com relação ao uso de defensivos biológicos ou químicos na localidade.

O gráfico 1, mostra os percentuais de agricultores que usam cada tipo de defensivo.

Uso de defensivos agrícolas



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

Os agricultores (42%) que usam exclusivamente agrotóxicos em suas plantações, 46% que afirmam utilizar tanto os compostos químicos quanto os biológicos. Entretanto, cremos que o percentual de doze por cento dos que afirmam utilizar exclusivamente defensivos orgânicos deva crescer, afim de que se melhore a qualidade de vida dos moradores, como também dos que consumirão seus produtos.

Outro problema grave enfrentado na localidade com relação ao uso de defensivos e fertilizantes químicos é com relação ao descarte dos vasilhames após o uso. Por ser a região área de várzea e, portanto, inundada periodicamente pelas águas do rio Amazonas, estes cascos vazios acabam sendo descartados de forma incorreta e arrastados pelas enchentes, passando a contaminar as águas com os resíduos de seus conteúdos e a poluir as matas e igapós da comunidade.

As figuras 5a e 5b mostram frascos de defensivos poluindo as águas em período de cheia do rio Amazonas.



Foto: Acervo pessoal do autor. Pesquisa de campo. Junho/2016

Os modos de aplicação dos defensivos biológicos, feitos com extratos de plantas como citronela (*Cymbopogon*), tabaco (*Nicotiana tabacum*), flores do piretro (*Chrysanthemum cinerariaefolium*), azeite de andiroba (*Carapa guianensis*), alho (*Allium sativum*), pimenta do reino (*Piper nigrum*), losna (*Artemisia absinthium*), própolis (*Apis mellífera* L), coentro (*Coriandrum sativum*), entre outros, dispensam equipamentos mais sofisticados, sendo mais simples e seguro seu manuseio. Inclusive as crianças da comunidade contribuem e manuseiam os produtos preparados para proteger as hortas dos pais. Na maioria, é necessário apenas um balde com aspersor e os equipamentos tradicionais do agricultor, como botas, calça comprida, camisa e chapéu. Dispensa assim o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) como capas, máscaras e outros.

Para os entrevistados, que fazem uso de biodefensivos e biofertilizantes, é lamentável que órgãos como o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (IDAM), não incentivem com maior intensidade a adoção destas práticas na agricultura familiar da região, dando maior destaque ao uso de defensivos e fertilizantes químicos.

Os moradores fazem suas hortas, quase sempre em seus próprios terrenos. Raras são as situações em que há sessão de espaços, por parte de um vizinho ou amigo, para que outro faça ali sua plantação. Esta prática facilita o manuseio e o cuidado dos mesmos com seu “roçado”, visto estar próximo de casa, fazendo com que pequenos cuidados, como regar, limpar, cobrir contra a radiação e descobrir além de proteger de ataques de animais como camaleões e ratos se faça de maneira mais eficaz.

4. USO CONSCIENTE DA ÁGUA

O abastecimento de água na comunidade se fez desde sempre de forma direta do rio Amazonas. Toda a água que se usava, fosse para o consumo, para as plantações, para a higiene pessoal, da casa ou das roupas; ou até mesmo para as unidades escolares da região, tudo provinha diretamente do rio.

Segundo os entrevistados, cada casa, por exemplo, possuía o seu próprio “porto”, que tinha a utilidade não apenas de embarque e desembarque, mas, e principalmente, para as mulheres lavarem as roupas de toda a família, enquanto os filhos divertiam-se com brincadeiras na água, aguardando a mãe terminar seus afazeres.

Esta situação se transformou a partir do ano de 2012, quando a Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea (PMCV) construiu um poço artesiano no terreno pertencente à Escola Professora Francisca Góes dos Santos. Além da perfuração do poço, a prefeitura, com o auxílio dos comunitários (prefeitura entrou com materiais e equipamentos e a comunidade com a mão-de-obra), fez encanamento para distribuição da água em toda a comunidade São Francisco e parte da comunidade São José.

Problemas relativos a intensidade da corrente elétrica e distância entre o ponto inicial de captação e as últimas casa a serem beneficiadas com o fornecimento de água, fizeram com que, após inúmeras tentativa para solucionar o problema, fosse reduzido o espaço de atendimento deste primeiro poço artesiano e fossem construídos em 2014, mais dois poço, um na comunidade São José, ao qual foi desmembrado o atendimento, e outro na comunidade São Francisco, que recebeu parte das casas até então atendidas pelo primeiro. Desta forma, foi solucionado o problema de abastecimento de água potável em boa parte da Costa de Terra Nova e atendidas 100% das residências desta comunidade.

No início, um funcionário da prefeitura fazia pequenos consertos na rede e era responsável por ligar e desligar a bomba diariamente. Entretanto, a partir de 2014, a responsabilidade pela manutenção deste serviço, passou às mãos da comunidade. A partir de então, passou-se a ser cobrada uma taxa no valor de R\$ 15,00 por casa atendida, afim de manter o servidor e os serviços necessários.

O combate ao desperdício e uso incorreto da água tem sido feito através de conversas e esclarecimentos com os comunitários, palestras com os estudantes da escola Professora Francisca Góes e acompanhamento por parte do servidor responsável pelo serviço.

Foi acordado em reunião, que a água fornecida pelos poços artesianos, serviriam apenas para o consumo doméstico (alimentação e higiene), sendo totalmente vetado o uso para outros fins, inclusive a manutenção das hortas. Para este fim, os comunitários continuaram a usar água coletada do rio ou de outras fontes como lagos e igarapés.

Com a mudança de gestão no governo municipal, ao final do ano de 2016, houve uma tentativa por parte de assessores da prefeitura de trocar o responsável pelos serviços de fornecimento de água e tornar a pessoa que iria assumir tal atividade, servidor da prefeitura, com a proposta de assim, eliminara taxa de contribuição, paga pelos comunitários. Em reunião de assembleia geral, convocada para este fim, a maioria dos comunitários decidiu por continuar pagando os serviços, mesmo que a prefeitura contratasse ou não o servidor. Esta decisão teve como argumento a probabilidade de a prefeitura suspender o contrato do servidor e a comunidade ter o serviço interrompido.

Este abastecimento periódico de água potável na comunidade é, para muitos, uma grande conquista, visto a localidade sofrer anualmente no período da vazante, com uma grande praia que dificulta o acesso ao rio, e, por consequente, a obtenção deste recurso hídrico. Dona Francisca Torres Lúcio, moradora da comunidade há mais de 40 anos, fala da importância destes serviço na localidade:

Ah, mano, não sei o que ia ser de mim se não tivesse essa água em casa. Tenho artrose nos meus dois joelho e me locomovo com muita dificuldade. Imagina como eu ia fazer se tivesse que ir todo dia de manhã e de tarde nessa ‘montra’ praia, com balde na mão ou bacia de roupa na cabeça para poder fazer minha coisas. Eu não ia aguentar. Graças a Deus, tem água em nosso banheiro pra gente não passar sufoco. (Pesquisa de campo, outubro de 2016)

O relato desta comunitária nos mostra o quão importante o serviço de abastecimento de água se faz para os moradores das margens do rio Amazonas. Apesar da abundância de água no mais volumoso rio do planeta, o acesso ao mesmo dificulta a vida dos caboclos que vivem às suas margens.

A escola Professora Francisca Góes dos Santos vem, ao longo dos anos, desenvolvendo atividades voltadas ao cuidado com a água, conscientização dos estudantes e comunitários, através de estratégias pontuais, no calendário anual de atividades. O mais importante destes

eventos promovidos pela escola e que causa o maior impacto entre os estudantes e moradores da comunidade é, durante o mês de junho, por ocasião da “semana do meio ambiente”, cujo foco principal todos os anos é o tocante a água e os cuidados que se deve ter com a mesma.

A figura 6 mostra o painel preparado pela escola, em alusão a semana do meio ambiente no ano de 2016.



Foto: Acervo do autor. Fonte: Pesquisa de campo.

As principais estratégias que a instituição lança mão para desenvolver estas atividades são palestras, atividades em sala de aula e o que causava mais impacto entre a população do local e que perdeu espaço a partir do anos 2014; uma passeata por boa parte da comunidade, onde os estudantes empunhavam faixas e cartazes, gritavam palavras de ordem em defesa do consumo consciente e da preservação da água e faziam panfletagem entre os moradores, com textos e gravuras elaborados pelos mesmos e que alertavam para o cuidado com a água. O abandono desta atividade pedagógica se deveu a mentalidade gestão da instituição, que prioriza outras práticas pedagógicas que considera mais importantes e mais eficientes.

A comunitária Raimunda Nascimento Salles, que possui netos estudando na escola, ao falar sobre estas atividades, nos diz que:

Eu gostava muito de ajudar a escola a preparar as atividades. Era meu prazer ajudar as crianças a organizar peças de teatro, a preparar cartazes... era muito bom. Quando tinha as passeatas, então; era uma alegria sair junto com eles pela comunidade falando do meio ambiente, da água, da natureza. Era muito bom. É uma pena que estas coisas tenha parado de acontecer na escola. As crianças aprendiam

muito com isso, se interessavam mais, chegavam em casa falando pra gente o que tinham feito. Era muito bom mesmo. (Pesquisa de campo, outubro, 2016)

A fala desta comunitária reflete o pensamento de considerável parte das pessoas que aceitaram participar das entrevistas e deram corpo a este trabalho. Muitas lamentaram os caminhos tomados pela instituição que os filhos estudam, bem como o abandono de atividades como horta escolar e projetos de preservação ambiental que, segundo eles, eram muito importantes no processo de aprendizagem de seus filhos.

Assim, se a aprendizagem ocorre em condições de total interação entre o aprendiz e o formador, podemos sugerir também que só ocorra de forma totalizadora quando tem significado, ou seja, quando o objeto de aprendizagem é conhecido e entendido pelo formando, o que ocorre quando ele, de alguma forma, vivencia e interage com o objeto. (Telles e Braga, 2004, p. 70)

As mudanças citadas, ocorridas a partir do ano 2014, refletem uma mudança de postura da gestão da instituição, que optou em trabalhar suas ações com uma metodologia voltada para a sala de aula, afastando-se das ações práticas, realizadas anteriormente.

5. USO DE ENERGIA ELÉTRICA

São Francisco da Costa da Terra Nova possui fornecimento de energia elétrica feita pela empresa Eletrobrás/Distribuição Amazonas, desde o ano de 2002. A usina da concessionária encontra-se instalada na cidade-sede do município e a distribuição é feita por rede monofásica, atingindo toda a ilha de Careiro da Várzea.

A implantação desta rede resultou de uma parceria entre a prefeitura e as comunidades, antes da implantação do programa “Luz Para Todos”, do governo federal. Nesta parceria, a prefeitura entrou com o material necessário e o técnico em eletrificação e as comunidades do beiradão entraram com a mão de obra para a realização dos trabalhos.

A energia elétrica é de qualidade duvidosa e não raro ocorrem cortes no fornecimento. As distâncias, equipamentos obsoletos, falta de manutenção preventiva e constantes quedas de árvores na rede de distribuição colaboram para que esta situação se agrave. Outro problema é

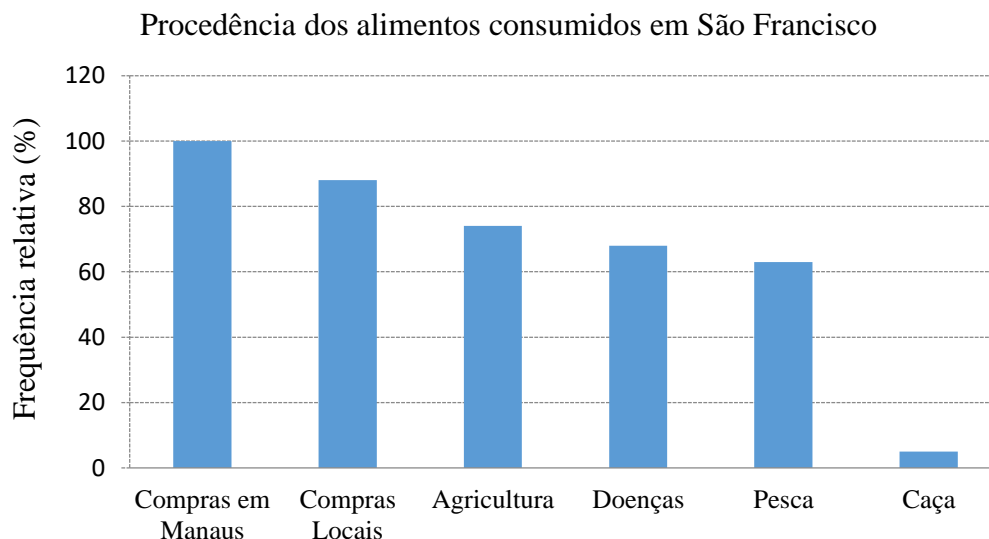
o furto de energia, “gatos”, que tem causado sobrecarga no sistema de distribuição e a interrupção no fornecimento.

A principal dificuldade para as equipes que cuidam da manutenção do sistema ocorre durante os períodos de cheia do rio Amazonas. O trato com energia elétrica em um ambiente totalmente tomado pelas águas, torna o trabalho dos profissionais mais perigoso do que o de costume.

6. PESCA – CONSUMO E VENDA

Na comunidade, e isto se reflete na escola, não identificamos o *habitus* (Bourdieu,1990) de consumo de todas as verduras e legumes que são produzidos. Dentre todos os produtos cultivados na localidade, chicória, cebolinha, coentro e pimenta de cheiro são os mais consumidos, denunciando assim o prato principal que irão saborear: o peixe. Mesmo em residências cuja atividade laboral não está relacionada com a agricultura (na comunidade há funcionários públicos e aposentados), há sempre um pequeno canteiro contendo estes quatro condimentos, indispensáveis no preparo do peixe de cada dia.

O gráfico 2, revela a procedência dos alimentos consumidos nas mesas dos comunitários.



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

O gráfico nos revela que 37% dos comunitários não pesca. Entre estes, estão os funcionários públicos ou aposentados que não possuem tempo ou condições físicas adequadas

para esta prática. Outro dado interessante é apenas 5% da população tem na caça, sua opção de alimento.

Todas as famílias entrevistadas, informaram que uma parte dos alimentos que consomem são provenientes do comércio da capital do estado. Indagados sobre os motivos para esta preferência, houve unanimidade em afirmar que a proximidade com a “cidade”, a variedade dos produtos e os preços mais baratos, tornam o comércio de Manaus mais atraente.

O peixe é a principal fonte de proteína animal consumida pelos moradores de São Francisco. Apesar de não ser uma comunidade de pescadores, em épocas de fartura de peixes no rio Amazonas ou nos lagos próximos, sempre há alguém da família pescando para prover o alimento na mesa e, talvez, uma quantia mínima em dinheiro, vendendo o excedente aos vizinho que não puderam ir pescar.

A figura 7 mostra peixes pescados nos igapós próximos à comunidade.



Foto: Acervo pessoal do autor. Fonte: Pesquisa de campo.

A iniciação às artes de pescar se faz desde cedo entre os habitantes da comunidade. É comum, segundo os entrevistados, as crianças serem levadas pelos pais para as pescarias nas matas inundadas durante os períodos de cheia do rio Amazonas. Os “assados no gapó” (assados de peixe, feitos em troncos de árvores boiadas no meio da floresta inundada), são a principal atividade de lazer na época em que as quadras de barro e os quintais estão submersos.

Eu gosto muito quando tá cheio. Acordo de madrugada, pego sal, farinha e uma caixa de fósforo e vamos embora pro gapó. É muito

bom! A gente só volta de tarde. É muito bom a gente pescar, assar e comer no gapó. Não tem comida melhor do que um assado no gapó. (Raimunda Nascimento Sales, Pesquisa de campo, 2016)

Estas práticas nos fazem perceber que o aprendizado dos procedimentos de pesca na comunidade vêm das ações do cotidiano; da observação por parte das crianças, de como é o comportamento dos mais velhos na hora de escolher a melhor isca, a malha adequada para cada tipo de peixe, como iscar a seringa no anzol do ‘espinhel’ ou como preparar um bom caniço. O poeta Thiago de Mello, assim nos fala do aprendizado da pesca artesanal no Amazonas: “De menino, o caboclo se inicia nos segredos da pesca, que tem muito de ciência, mas também, muito de intuição. É sobretudo instinto, as vezes parece magia”. (MELLO, 2002, p. 59)

Na prática, a pesca realizada em São Francisco da Costa de Terra Nova se faz em períodos que os moradores denominam ‘épocas’, de acordo com o nível das águas do rio Amazonas. Assim, há, por exemplo, a época do bodó (quando o rio começa a invadir as matas e igapós que encontram-se nos fundos da comunidade), a época do pacu (quando a cheia atinge seu ponto máximo e o acesso às matas inundadas mais distantes é facilitado), a época da sardinha (quando o período de vazante está em pleno andamento e as primeiras praias começam a surgir), entre outros períodos.

Wagley (1988), falando sobre a pesca, enquanto descrevia hábitos de uma comunidade situada no vale amazônico, afirma que o instrumentos mais comum para a realização desta atividade é o anzol. Entretanto outros “utensílios” de pesca são comumente usados pelos moradores de São Francisco; entre eles estão a tarrafa e a malhadeira (espécie de rede, colocada em locais estratégicos, no aguardo da passagem dos cardumes)

Também de acordo com o nível das águas do rio Amazonas é que se define os locais de pesca. Com as águas atingindo seu ápice no período da cheia, qualquer local pode ser paragem para pescaria. Desde as janelas das casas até locais onde o acesso fica dificultado em períodos mais secos, podem ser transformados em locais de pesca. Na seca, o rio Amazonas se torna o principal local onde os moradores passam a buscar seu alimento; entretanto, lagos situados nas matas próximas, como o Joanico e o Mandú, também são acessados em busca do peixe que para autoconsumo. Peixe do lago, aliás, é mais apreciado pelos moradores da localidade do que o pescado no rio. “ah, eu gosto de peixe do lago. É muito mais gostoso do que o peixe do rio” (Iracema de Moraes Moreira, pesquisa de campo, outubro de 2016)

Neste contexto, o lago do Joanico, por estar localizado a Oeste da ilha de Careiro da Várzea, onde também se localiza a comunidade São Francisco e suas margens estarem muito próximas às margens do rio Amazonas, é o que sofre maior investida por parte dos moradores locais e também de moradores de bairros de Manaus como Mauzinho, Colônia Antônio Aleixo e Puraquequara. Desta forma, o que em período de seca poderia vir a ser uma reserva natural para atender às necessidades dos habitantes das comunidades locais, torna-se um ambiente depredado e restando poucas opções para os que habitam a localidade.

Tentativas de regulamentar a pesca neste lago, que fica parte na comunidade São José e parte na comunidade São Francisco foram feitas por parte de moradores das duas comunidades. Em parcerias com órgãos de defesa ambiental como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), instrumentos legais foram buscados e a Portaria nº 001/95 de 01/08 a 01/04, que ‘proibia a pesca no lago do Joanico com malhadeiras, arrastões, redes e tarrafas com efeito formiga’ foi publicada. Entretanto, o efeito prático desta Portaria jamais foi sentido pelos moradores, por falta de fiscalização do órgão ambiental.

O desrespeito às normas de preservação contidas no instrumento legal, levaram os comunitários credenciados pelo IBAMA como fiscais voluntários, senhores Valdemir da Silva Moreira (morador de São Francisco) e Francisco Batista Alves (morador de São José), a abrirem mão da tentativa de fiscalizar a pesca predatória no lago; isto estimulou ainda mais a prática de ilícitos ambientais.

O Joanico era uma dispensa pra nós. A gente não tinha o que comer, meu irmão ia lá e de repente voltava com o saco cheio de peixe. Hoje não tem mais nada. Meu marido batalhou muito pra preservar este lago. Ia pra reunião em Manaus, pagava transporte, alimentação, tudo com dinheiro dele. Ele e esse Chico (Francisco Batista Alves) lutaram muito pra tentar mudar a cabeça do povo. No final o que eles ganharam? Arranjaram inimigos e foram até ameaçados de morte. Eu dizia pra ele: ‘homem, larga isso, não vale à pena’. Eles não tiveram apoio e desistiram. Hoje tá ai, o lago acabado. (Iracema de Moraes Moreira, pesquisa de campo, outubro de 2016)

A figura 8 mostra o senhor Francisco Batista Alves, junto à placa contendo o número da portaria do IBAMA, que proibia a pesca predatória no lago Joanico.



Foto: Gentilmente cedida do arquivo pessoal do senhor Francisco Batista Alves.

No período onde a limitação da pesca se faz mais intensa na comunidade, principalmente entre os meses de outubro e dezembro; quando surgem as praias na frente da comunidade no período de vazante dificultam sobretudo o acesso dos moradores ao rio e que a quantidade de peixes se reduz, surge na comunidade um personagem endêmico ao mesmo; o vendedor de peixes.

Segundo relato, impensável há alguns anos atrás, o vendedor de peixes geralmente é um adolescente, filho de pescadores que em época de dificuldade de pesca na localidade, vão para outros locais em busca de pescado e, quando encontram, trazem para vender na comunidade e em Manaus. Geralmente esta pesca se faz em lagos do Janauacá, no município de Manaquiri e no Lago do Rei, localizado no extremo Leste da Ilha de Careiro da Várzea.

Os peixes mais vendidos são o bodó, o jaraqui, o tucunaré, o surubim e em quantidades menores, sardinha, pacu, branquinha e tambaqui. Tambaqui, aliás, que quando advindo de criadouros de barragens e lagos artificiais, não são muito apreciados na comunidade.

Durante o período de vazante do rio, pescadores da comunidade, transformam-se em hábeis caçadores de um dos quelônios mais apreciados na culinária amazônica: a tartaruga da Amazônia. Apesar de proibida, é comum ver, entre os meses de setembro a dezembro, grupos de canoas em perseguição ao animal nas águas que margeiam a comunidade.

Munidos de arco, flecha, paciência e disposição, muitos ribeirinhos, uma média de oito por dia, passam até dez horas inteiras sentados, observando as águas que lentamente passam, na tentativa de verem os quelônios que emergem à superfície para respirar. Quando isto ocorre, a caça inicia, com número variado de pequenas canoas. Muitas vezes o quelônio consegue fugir, deixando seus perseguidores sem saber para onde foi. Em outras, no entanto, ocorre a captura do animal.

Outro período importante da pesca na comunidade é o que ocorre também no período da vazante. A pesca artesanal do camarão de água doce, movimenta dezenas de pessoas e contribui com um incremento de renda à população local.

Realizada predominantemente por mulheres e crianças, a pesca do camarão aquece a economia local, fazendo com que no ápice da produção, os comunitários fiquem da manhã à noite verificando suas armadilhas, que a cada “despesca”, vêm abarrotadas do crustáceo. “Num dia bom de pescaria, a gente chega a pegar mais de oitenta litros de camarão”, nos revela a senhora Francisca Neide da Silva Oliveira, uma das mais experientes pescadoras de camarão. (Pesquisa de campo, outubro, 2016).

A figura 9, mostra mulheres ribeirinhas na prática da pesca de camarão.



Foto: Acervo pessoal do autor. Fonte: Pesquisa de campo, outubro, 2016.

A questão de gênero na pesca da localidade é um fator que merece destaque. Muitas são as mulheres que acompanham seus maridos nas pescas diárias. A importância delas no auxílio de seus parceiros é fundamental no desenvolvimento das atividades.

A participação da mulher em atividades de pesca é um fato etnográfico que precisa ser observado e interpretado, tomando o universo do trabalho na pesca como um todo. Portanto, é preciso observar os diferentes fenômenos que estão presentes no contexto da análise, mas que muitas vezes não são incorporados. [...] estas atividades, assim como as que desenvolve no espaço de casa, suportam aquelas realizadas pelos homens, que podem assim, se dedicar totalmente às atividades de captura. (FURTADO, LEITÃO, MELLO. Orgs. 1993, p. 67)

Uma parte da produção é consumida na própria comunidade em forma de risotos, farofas e outras. A maior parte, entretanto, depois de limpa e cozida com sal, é vendida para compradores de Manaus, que chegam a deixar reservas com mais de uma semana de antecedência.

O valor médio do quilo do camarão comercializado na comunidade no ano 2016 foi de R\$ 7,00. Foram pescados aproximadamente uma tonelada e meia de camarão em todo o período de pesca neste ano, dos quais 70% foram comercializados para a capital do estado.

Como exemplo de pesca voltada exclusivamente para a comercialização e que é responsável por 45% da renda dos pescadores da comunidade, temos a pesca de bagres gigantes, ou como são conhecidas na localidade “feras”.

Com a denominação genérica de “feras”, são conhecidos peixes como a piraíba, pirarara, dourado e piramutaba. Entre estes, o mais procurado é a piraíba. Por ser o de maior volume e proporcionar assim maior quantidade de quilos na venda, o peixe é o preferido entre os pescadores.

A pesca destes bagres ocorre em todos os meses do ano, sendo que em período de vazante e seca, a incidência dos mesmos é maior. Ela ocorre por meio de espinhel (conjunto de anzóis dispostos lado a lado em uma grande linda de pesca). Este instrumento é iscado, amarrada uma das pontas em árvore às margens e a outra lançada ao rio, com um peso amarrado à outra ponta (poita). Outra forma de pescar estes bagres gigantes é com linha de pesca. Nesta técnica, os pescadores sobem o rio até determinado ponto e depois, voltam, a grande distância da margem (aproximadamente um quilômetro) com suas linhas de pesca lançadas, aguardando que os peixes as encontrem.

É um modelo arriscado de pesca, visto muitas vezes, os peixes pescados serem maiores que as canoas dos pescadores. Quando isto ocorre é necessário que outras pessoas da comunidade partam em socorro do pescador afortunado. Não raro são as histórias de

pescadores que passaram por serias dificuldades neste tipo de pescaria. Não é tradição dos pescadores artesanais da comunidade utilizarem redes e arrastões para realizar a pesca de bagres gigantes, como ocorre em outras localidades da região.

A figura 10 mostra um pescador de bagre gigante, com o resultado do dia de trabalho.



Foto: Acervo pessoal do autor. Fonte: Pesquisa de campo, outubro, 2016)

Todos os pescadores ribeirinhos da comunidade São Francisco, são associados a colônia ou aos sindicatos de pescadores que atuam na região. 67% são associados a Colônia de pescadores Z-12 e 33% associados à Associação Z-53. Deste modo, são assegurados e participam de programas sociais do governo como o “Salário Defeso”, (Lei 10.779, de 25 de novembro de 2003) espécie de seguro, pago aos pescadores, para que os mesmos não pesquem, em período de reprodução de certas espécies contidas em uma lista previamente divulgada. Todavia, pudemos constatar que há muito mais associados nestes órgãos de classe do que os que efetivamente vivem da pesca na localidade, o que evidencia a intenção de usufruírem também do direito em receber o benefício do governo federal.

Muitos destes associados que não sobrevivem exclusivamente da pesca e sim têm a agricultura como sua principal fonte de renda durante a maior parte do ano, nos meses em que as terras de cultivo encontram-se submersas com a subida do rio Amazonas, exercem de forma sazonal a pesca. Assim, tentam justificar-se como pescadores, atuando menos de três meses por ano na pesca.

É durante o período de vazante que acontece o fenômeno migratório da “piracema”, onde os peixes sobem o rio a procura do melhor local para desova. Neste período, gigantescos cardumes dos mais variados peixe migram, proporcionando cenas fantásticas. Em dados momentos, verdadeiras chuvas de peixes se lançam das águas, caindo nas canoas e barcos e por vezes atingindo pessoas.

Este período é tão significativo para as comunidades locais, que a comunidade São José organiza, com a participação de todas as outras comunidades da Costa de Terra Nova, uma festividade intitulada “Festa do pacu”. Neste evento, os pescadores e todas as comunidades comemoram, aos moldes das tradicionais festas do beiradão, a produtividade e a fartura do principal peixe deste período.

Durante a piracema, além dos pescadores locais, a comunidade recebe muitos outros de várias partes, principalmente de bairros de Manaus. Pessoas vindas dos bairros de Mauzinho, Colônia Antônio Aleixo, Onze de Maio e Puraquequara invadem as águas que banham a comunidade, havendo até conflitos e competição por um espaço para lançarem suas redes que baixam o rio.

É neste período também, que ocorre na comunidade o maior número de furtos e roubos, causando grande prejuízo financeiro e emocional aos ribeirinhos. Grande número de botes de alumínio, motores de popa, canoas, bombas d’água, fios e muitos outros bens já foram furtados na localidade. Todos estes delitos são atribuídos pelos moradores aos visitantes que usam a pesca como justificativa para suas presenças.

Autoridades já foram acionadas numerosas vezes pelos comunitários, na tentativa de diminuir a insegurança sentida pelos mesmos; todavia, os delitos continuam ocorrendo e boa parte da população evita comprar determinados bens, com medo de serem roubados e ficarem no prejuízo.

Já roubaram muita coisa das pessoas daqui. Só do meu filho Delé, já levaram dois botes (canoas de alumínio) e dois motores de popa. Já teve assalto aqui de virem muitos bandidos juntos pra roubar. Enquanto tão ‘robando’ na beira do rio, tá é bom. A gente tem medo e de um dia eles (os bandidos), começarem a atacar as casas. Já tivemos reunião com secretário de segurança do estado, chefe de polícia, todo esse pessoal. Não adiantou nada. A coisa tá do mesmo jeito. Já teve até morte ai nesse rio. O povo tá reagindo do seu jeito (Nestor Pinheiro de Miranda, pesquisa de campo, setembro, 2016).

O depoimento do “seu Nestor”, como é conhecido na comunidade, demonstra uma das maiores preocupações manifestadas pelos comunitários: segurança pública. Este talvez, seja a

grande ausência do poder público na comunidade e uma temática que precisa ser trabalhada pela escola, no tocante a direitos sociais e cidadania.

7. CRIAÇÃO DE ANIMAIS

Dentre os animais criados pelos comunitários para consumo ou comercialização, merece destaque a criação de aves e de gado bovino; sendo a primeira, a de maior número de exemplares.

Potencializada em 2016, com o incentivo de exemplares fornecidos pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), através do Núcleo de Socioeconomia (NUSEC), a criação de galinhas na comunidade conta hoje com 580 bicos de galinha. Do total de 48 casas que participaram de nossa entrevista, 87,5% delas possuem galinhas em seus quintais, com uma média de 13,8 bicos por família.

A criação destes animais, além de contribuir na perspectiva nutricional e econômica dos habitantes da localidade, serve também como uma espécie de terapia ocupacional para muitos moradores. Assim nos fala a senhora Zilda Soares de Miranda:

Ah, minhas galinhas são minha diversão. Quando amanhece o dia, a primeira coisa que faço e ir ao galinheiro, coloco comida, água, vejo como estão as galinhas. Eu cuido do cercado, junto os ovos...
Cuidar delas me ajuda a passar o tempo, já que a saúde não deixa mais eu ter meu roçado (Pesquisa de campo, novembro de 2016).

Segundo os entrevistados, a maior dificuldade para a criação destes animais ocorre no período das cheias, devido as galinhas terem que ficar confinadas em ambiente extremamente restrito e úmido. “Além de tudo, ainda tem que ter cuidado com cobra e jacaré”, nos diz dona Zilda, demonstrando séria preocupação (Pesquisa de campo, novembro, 2016).

Os ovos e a carne das galinhas chamadas “caipira” são muito valorizadas. Um frango, é comercializado ao preço de trinta reais (R\$ 30,00) a unidade, valor bem acima do que é cobrado no comércio local em se tratando de frango congelado. Ovos produzidos na localidade também têm valor diferenciado em comparação com os chamados ‘de granja’; a unidade chega a ser comercializada com valor 50% superior aos tradicionais do mercado.

Foram citados pelos pais, que a escola Professora Francisca Góes dos Santos, entre os anos de 2010 a 2012, contou com um plantel de galinhas que produziam ovos, os quais eram

utilizados na complementação da alimentação escolar. Nenhum dos que participaram das entrevistas, souberam explicar os motivos da escola ter encerrado esta criação.

A figura 11 mostra criação de galinhas na casa de um dos entrevistados.



Foto: Acervo pessoal do autor. Fonte: Pesquisa de campo.

Outro animal também criado pelos moradores locais e que contribui financeiramente com os mesmos é o gado bovino. A raça tradicionalmente criada na localidade é o Nelore, que conseguiu boa adaptação às condições locais. Esta criação, entretanto, é menor em relação às galinhas, principalmente devido às maiores dificuldades em mantê-los, como formação de pastagens, cuidados mais intensos e, principalmente, dificuldade de manter o rebanho, quando ocorrem a inundação das pastagens por conta da subida das águas do rio Amazonas.

Quando isto ocorre, os pequenos criadores são obrigados a encontrar pastagens de aluguel em áreas de terra firme para manutenção dos animais. O deslocamento é oneroso e o arrendamento do local é pago pelo número de cabeças de gado que são levados. Desta forma, os pequenos pecuaristas têm dificuldade em manter seu plantel. As perdas no rebanho durante o período em que o mesmo está aguardando a baixada das águas não são raras, potencializando sobremodo os prejuízos do proprietário.

No retorno, também há dificuldades, visto os campos ainda estarem em recuperação devido o avanço das águas. É neste período que o produtor passa a buscar alimento para seu rebanho nas reservas de capim canarana, gramínea que cresce de forma abundante nas margens dos rios e igarapés da região, e que por vezes, se desprende das margens, formando

ilhas flutuantes, que baixam os rios. Este alimento é bem aceito pelos rebanhos tornando-se uma alternativa adaptativa dos que insistem com este tipo de criação na região.

Criar aqui não é fácil. Depois que nosso pai morreu, o João (João Rodrigues da Silva, irmão da entrevistada), ainda insistiu por quase dois anos com aqueles bois, mas só era prejuízo. Tinha noite de ligarem e ele sair daqui meia noite, uma hora da manhã pra ver os bois que tinha furado a cerca. Quando alagava, tudo que a gente ganhava era pra manter os bois na estrada. O aluguel é muito caro. Tinha vez que era preciso vender dois ou três pra poder manter os outros. Lucro que era bom, nada. Um dia reunimos os irmão e decidimos vender. Ele (João) ainda ficou com raiva, mas concordou. Foi a melhor coisa que fizemos. (Cristiane Rodrigues da Silva, pesquisa de campo, outubro de 2016)

Outra criação típica da região amazônica são os patos, porém, na comunidade, apenas uma família entrevistada possui patos em seu quintal e os utiliza como fonte de alimentação e renda. Ao analisar o currículo atual proposto pela escola professora Francisca Góes, não identificamos atividades que promovam a relação e o manejo com os tipos de animais criados na comunidade, nem com qualquer tipo de plantação realizada na mesma, o que enfraquece a relação dos estudantes com o conteúdo estudado e o meio em que vivem.

8. PLANTAS MEDICINAIS E ORNAMENTAIS

A modificação rápida dos costumes é citada por Morin (2001), como uma prática acelerada nas últimas décadas. Desta forma, muito do que se tinha como ações comuns para determinados meios sociais, são substituídos por elementos da modernidade.

Em São Francisco, práticas anteriormente comuns como os ritos tradicionais de cura, têm sido gradativamente substituídos pelo uso de medicamentos e técnicas da medicina moderna. Ritos como uso de rezas para cura de males como engasgo com espinha de peixe, erisipela, entre outros, têm perdido espaço. Ao que percebemos, a tradição das rezas e ‘das mulheres que benzem’, não sofreram processos de continuidade pelas novas gerações.

Todavia, percebemos o uso de chá e banhos, utilizando para isso plantas medicinais. Observamos os ritos tradicionais de cura, (uso de chás, rezas, benzimentos, beberanças), comuns em localidades situadas às margens dos grandes rios da Amazônia, devido à forte

tradição indígena contida nas sociedades locais, ainda vivas entre os habitantes de São Francisco.

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, ao falar sobre o uso de plantas medicinais por populações da Amazônia, afirma que:

As plantas têm a capacidade de alterar o estado do corpo (*ka*), modificando sua resistência ao ataque de espíritos e doenças; ou de ajudar a reencapsular o espírito que estiver vagando. As plantas podem também repelir entidades espirituais indesejáveis. Assim a flora medicinal e os preparados feitos com base nela contribuem para reestabelecer a harmonia da natureza, eliminando o desequilíbrio entre os espíritos humano e de animais. (FRAXE, 2004, p. 235)

Apesar das visitas dos profissionais da saúde serem periódicas na localidade (há uma unidade básica de saúde, mantida pela prefeitura de Careiro da Várzea), da presença constante dos ‘Agentes Comunitários de Saúde’ (ACS), profissionais mantidos pela prefeitura através de convênio com o Governo Federal e da proximidade que a comunidade tem da capital do estado, a busca da cura de males físicos através de chás, rezas e massagens ainda ocorre.

Todas as casas dos entrevistados possuem pelo menos uma planta a qual atribuem poderes curativos. Os mais variados males são tratados com estes chás e infusões. Desde simples dores de cabeça até doenças do trato circulatório como a pressão arterial são tratadas com as plantas cultivadas nos quintais.

O quadro 4, mostra uma relação com as principais plantas medicinais encontradas na localidade e a atribuição curativa dada pelos moradores locais.

Principais plantas medicinais encontradas na comunidade		
Nome tradicional	Nome científico	Modo de ação
Cidreira	<i>Melissa officinalis</i>	Calmante
Mastruz	<i>Dysphania ambrosioides</i>	Vermífugo e expectorante
Boldo	<i>Peumus boldus</i>	Dor de estômago
Jucá	<i>Caesalpinia ferrea</i>	Cicatrizante e expectorante

Oriza	<i>Pogostemon heyneanus</i>	Coração
Salva de Marajó	<i>Lippia grandis</i>	Dores de estômago
Capim santo	<i>Cymbopogon spp</i>	Calmante
Hortelã	<i>Mentha spp.</i>	Dor de barriga
Malvarisco	<i>Plectranthus amboinicus</i>	Gripe, dor de ouvido, dor de estômago, fígado
Marupazinho	<i>Eleutherine plicata</i>	Hemorroidas
Cabacinha	<i>Luffa operculata</i>	Problemas respiratórios
Amor crescido	<i>Porpulaca pilosa</i>	Cicatrizante, tratamento de cabelo.
Arruda	<i>Ruta graveolens</i>	Banho de criança, dor de cabeça
Corama	<i>Bryophyllumcalycimum salisb</i>	Coceira
Catinga-de-mulata	<i>Leucas martinicensis</i>	Febre
Crajirú	<i>Arrabidaea chica</i>	Inflamação e problemas no fígado.
Cuia mansa	<i>Polyscias sp.</i>	Banho para crianças
Mangarataia	<i>Zingiber officinale</i>	Expectorante, inchaço
Mucuracaá	<i>Petiveria alliacea</i>	Dor de cabeça, vermífugo.
Pião	<i>Jatropha curcas</i>	Cicatrizante
Pobre velho	<i>Coscos spicatus</i>	Dor nos rins
Quebra pedra	<i>Phyllanthus sp.</i>	Dor nos rins

Fonte: Pesquisa de campo.

(Andrade, 2015, p. 212)

Além do uso para cura de doenças dos ribeirinhos locais, muitas destas plantas são cultivadas para a comercialização. É comum encontrar próximo às hortas, pequenos canteiros contendo plantas medicinais destinadas a comercialização em feiras da capital, como Manaus Moderna, Panais e AGROUFAM.

Além das plantas que são utilizadas em chás e beberanças, tendo suas folhas como principal parte, há também várias frutas com ação medicinal. Entre elas estão o jenipapo (utilizado para combater a anemia), o quiabo (utilizado no combate a diabetes), o cubiu (utilizado no controle a diabetes e a pressão arterial), a berinjela (utilizada no combate a doenças renais e para estimular o emagrecimento), entre outras.

Outra característica importante da comunidade envolvendo plantas refere-se a manutenção de pequenos jardins. As plantas ornamentais utilizadas nestes espaços são comuns a praticamente todas as casas. Esta prática além de promover beleza às casas, também servem como terapia ocupacional dos moradores.

Na época de cheia do rio Amazonas, há um cuidado especial em assegurar mudas para a renovação dos jardins assim que as águas baixarem. A comunitária Mercedes Dias de Lima, falando sobre suas plantas ornamentais e o período de cheia, afirma que:

Assim que a água começa a alagar as terras eu peço logo pro meu marido fazer um canteiro pra trepar minhas plantas. É um sacrifício, mas vale a pena. Quando a terra sai, ela volta pro chão. (Pesquisa de campo, setembro, 2016)

A escola da comunidade, entre os anos 2009 e 2012, trabalhou com um projeto onde eram cultivadas plantas medicinais e plantas ornamentais. Neste projeto, os estudantes, orientados pelos professores, cuidavam do cultivo, desde a sementeira, até a colheita ou doação para quem pretendesse cultivá-las. Relataram também, o fato de a escola, de forma abrupta, parar de desenvolver esta atividade. Indagados sobre os motivos pelos quais a escola tirou este projeto de sua proposta pedagógica, nenhum dos entrevistados soube responder.

9. O PADROEIRO DA COMUNIDADE E AS QUESTÕES AMBIENTAIS

A comunidade tem como padroeiro, São Francisco de Assis e iniciou esta devoção, em 1912. O senhor Aldemir Procópio da Silva, falando sobre o início desta tradição da comunidade, nos esclarece que:

Tudo começou quando o meu bisavô, após se recuperar de uma grave doença e atribuir esta recuperação a uma promessa que ele fez com São Francisco, foi a Canindé, no estado do Ceará, adquiriu uma imagem do santo e iniciou os novenários aqui em Terra Nova. Estes novenários foram passando de pai para filhos até como são feitos hoje em dia. Sempre foi uma festa muito bonita. Minha mãe até hoje conta das festas na “casa grande”, dos almoços e do biscoito com chocolate que sempre foram tradição (Pesquisa de campo, novembro, 2016).

Este relato, folclórico ou não, contribui sobretudo para entendermos como a tradição em homenagear São Francisco de Assis iniciou na localidade. Entretanto, após este início com responsabilidade exclusiva da família “Procópio”, no ano de 1984, com o auxílio e incentivo da congregação católica Oblatos de Maria Virgem, houve uma organização da comunidade e a mesma assumiu os festejos do padroeiro. A partir de então, uma comissão formada por comunitários de diversas famílias locais passaram a ser os responsáveis pela organização das noites de arraial que ocorrem sempre entre os dias 26 de setembro e 4 de outubro.

Nas 9 noites ocorre arraial noturno com vendas, brincadeiras, jogos música, apresentações, bingos, sorteios e novena. Muitas pessoas contribuem doando fogos de artifício, materiais para a preparação de alimentos que serão vendidos nas noitadas, materiais para ornamentação e muitas outras coisas.

Ocorre uma reunião de preparação das festividades, entre um e dois meses antes do início do evento. Nesta reunião, os devotos comunicam diante de todos os outros comunitários, o que pretendem doar para que a festa ocorra. É justamente nesta reunião que se define todos os detalhes das nove noites de evento, inclusive os bingos, as rifas, as vendas, o bingão da última noite, questões como venda de bebidas e até o cardápio que será oferecido no almoço comunitário do dia do padroeiro. A figura 12 mostra uma reunião da coordenação da comunidade para a preparação dos festejos do padroeiro.



Foto: Acervo pessoal do autor. Pesquisa de campo, setembro, 2016)

Ofertas em dinheiro também são apresentadas neste dia; principalmente para a aquisição do boi e da tartaruga que serão servidos no almoço. Aliás, chamou-nos bastante atenção o fato de apesar de ser uma comunidade franciscana e apresentarem certo respeito ambiental, os comunitários não veem o fato de compartilharem uma tartaruga no almoço como agressão ambiental e sim como manutenção de suas características de habitantes das margens do rio Amazonas, visto que “tartaruga a gente come só uma vez por ano”. As figuras 13a e 13b mostram o almoço comunitário durante os festejos do santo padroeiro.



Foto: Acervo pessoal do autor. Pesquisa de campo, outubro, 2016)

Por ter suas origens ligadas à promessas familiares, os festejos do padroeiro na comunidade São Francisco da Costa da Terra Nova passaram por uma divisão no ano de dois mil e dez. Descendentes do patriarca que deu origem à festa na localidade decidiram reassumir as festividades que haviam passado para responsabilidade da comunidade no ano de 1984. A comunidade se manifestou contrária, e a partir de então, duas festas, na mesma data e

em locais muito próximos passaram a ser realizadas em honra a São Francisco. Sobre a dimensão religiosa em contraposição a dimensão social na comunidade, Fraxe (2004) nos diz que:

A realidade religiosa: é proibido conhecer os segredos de Deus, como a predestinação, o dogma da Trindade e assim por diante. A realidade política: é proibido conhecer os segredos do poder, isto é, os segredos da política. São aspectos diferentes da realidade, cada um deles com uma hierarquia bem definida; diferentes, mas ligados entre si – ou mais precisamente, reforçados reciprocamente por meio de analogias. (Fraxe, 2004, p. 64)

Esta manifestação cultural em homenagem a Francisco de Assis, também pode contribuir com as ações pedagógicas de cunho ambiental na comunidade, visto serem voltadas a uma figura historicamente ligada ao meio ambiente. Macedo, Freitas e Venturin (2011), falando sobre isto, afirmam que:

As manifestações culturais podem ser uma nova alternativa para desenvolver um processo de sensibilização da sociedade com relação às questões ambientais. Algumas destas expressões que culminam com a realização de festas populares, religiosas ou profanas, revestidas de miscigenação cultural que integram historicamente as matrizes das populações autóctones e que integram os calendários turísticos, apresentam duas características fundamentais: O fato de atraírem multidões e o fato de permitirem a incorporação da temática ambiental em seus desdobramentos (MACEDO, FREITAS e VENTURIN. 2011, p. 135).

Sobre o currículo proposto pela escola, não identificamos nada que relacione atividades propostas, aos ritos, crenças e devoções expressos pela comunidade. Novamente, o descolamento das atividades desenvolvidas pela escola com o cotidiano vivido pelos estudantes apontam uma lacuna a ser trabalhada pela instituição educacional.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentes formas de governabilidade fazem com que os micro universos contidos na formação social da comunidade São Francisco da Costa da Terra Nova se interliguem e se completem na ação organizacional do lugar. Cada um destes pequenos mundos, exerce sua

força e têm sua importância fundamental para a estabilidade do processo social percebido na comunidade.

Entender as formas de organização social e perceber onde cada sociedade estabelece seus alicerces organizacionais, significa penetrar o cerne da rede de articulações políticas desta sociedade. Este mergulho traz à tona, e nos permite analisar todos os elementos que a compõem, oportunizando entendê-la por diferentes matizes.

A formação de uma rede política se dá através da interação entre os mais diversos grupos sociais. As diferentes redes de poder que se estabelecem no intercurso de influências distintas. Estas relações de poder são inerentes à vida em sociedade e abordam grupos como família, time de futebol, grupos de trabalho, igreja, entre outros. Para Foucault (2013), as relações de poder são o que verdadeiramente definem as relações sociais. Para ele, o poder, por si somente, não existe.

[...] as relações entre indivíduos são, eu não diria antes de tudo, mas são em todo caso, também relações de poder. E eu creio que, se há algo de polêmico dentro disso que pude dizer ou escrever, é simplesmente isto. É que, tanto de um lado como do outro, eu creio, foi demasiadamente conduzido a não se ter em conta a existência destas relações de poder (FOUCAULT, 2013, p. 166)

Partindo da citação, podemos entender então que o poder não é algo que parte do centro para as extremidades, e sim, obedece um sentido contrário, partindo das extremidades para o centro, onde cada ação realizada por um dos grupos que formam a cadeia de poderes daquela sociedade, contribui para a governabilidade daquele grupo social.

Desta forma conseguimos entender como a governança é estabelecida na comunidade São Francisco da Costa de Terra Nova e na Escola Municipal Professora Francisca Góes dos Santos. Uma ação contínua e participativa, estabelecida a partir do mosaico social montado por seus atores. Governança esta, que se estabelece a partir das relações de poder que se formam simbolicamente a partir das relações humanas.

Mesmo a comunidade tendo sua coordenação religiosa que atende também questões sociais e administrativas da localidade, mesmo a escola tendo sua gestão que apesar de ser escolhida pela administração municipal, responde pelas ações que a instituição realiza; foi notório a percepção de que as organizações diversas da sociedade local exercem um papel preponderante na governabilidade do local.

Esta forma democrática de gerir os problemas locais está, segundo a senhora Ana Cristina Lima do Nascimento, fortalecendo a ideia da formação de um “conselho de cidadãos”; espécie de conselho gestor, composto pelos mais variados segmentos da sociedade local, como instituições religiosas e sociais, afim de discutir e propor soluções para os problemas locais. (Pesquisa de campo, novembro, 2016). [...] A cultura participativa acrescentaria uma percepção do processo decisório em si e uma visão do indivíduo como membro ativo do sistema. (WITKOSKI, 2014, p. 207)

11. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. **A composição da vida no beiradão do rio Amazonas: memória e identidade ribeirinha**. Manaus: EDUA, 2015.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRASIL. **Seguro-Defeso. LEI nº 10.779, de 25 de novembro de 2003**. Presidência da República. Acesso em: 19 nov. 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Renato Machado. 26 ed. São Paulo: Graal, 2013.

FRAXE, T.J. P. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. São Paulo: Annablume, 2004.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto, WITKOSKI, Antônio Carlos e CASTRO, Albejameire Pereira de. Orgs. **Amazônia: cultura material e imaterial**. VOL. 2 São Paulo: Annablume, Manaus: UFA, 2012.

FURTADO, Lourdes; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiuza de. **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

GADOTTI, M. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. 6. ed. – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

MACEDO, Renato Luiz Grisi, FREITAS, Mirlaine Rotoly de, VENTURIN, Nelson. **Educação ambiental: Referenciais teóricos e práticos para a formação de educadores ambientais**. Lavras: UFLA, 2011.

MELLO, Thiago de. **Amazonas, pátria da água**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgar de Assis Carvalho. – 12.ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF, 2007.

_____. **A religião dos saberes: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

NODA et al. Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzeas. In: DIEGUES, A.C.; MOREIRA, A.C.C. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/LASTROP. p. 181-204. 2001.

SOUZA, Marinez França de. **Currículo das águas: vida, escola e formação ribeirinha no município de Nova Olinda do Norte/AM**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação/Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM, 2015.

TELLES, Tenório, BRAGA, Celdo. **Meio ambiente: Educação e qualidade de vida**. Manaus: Edições Kintaw. 2004.

WAGLEY. Charles. **Uma comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

WITKOSKI, Antônio Carlos. FRAXE, Therezinha de J. P., CAVALCANTE, Kátia Viana. (org). **Território e territorialidades na Amazônia: formas de sociabilidade e participação política**. Manaus: Editora Valer, 2014.

CAPÍTULO III - ESCOLA PROFESSORA FRANCISCA GÓES E A RESPONSABILIDADE SOCIAL: A FORMAÇÃO DE CIDADÃOS AMBIENTALMENTE COMPROMETIDOS.

**“Anda, quero te dizer nenhum segredo, falo deste chão, da nossa casa,
Vem que tá na hora de arrumar tempo, quero viver mais duzentos
anos.**

**Quero não ferir meu semelhante, nem por isso quero me ferir,
Vamos precisar de todo mundo, pra banir do mundo a opressão.
Para construir a vida nova, vamos precisar de muito amor.**

A felicidade mora ao lado e quem não é tolo pode ver.

**A paz na Terra, amor, o pé na terra a paz na Terra, amor, o sal da...
Terra, és o mais bonito dos planetas. Tão te maltratando por dinheiro,
Tu que és a nave nossa irmã. [...]”**

Sal da Terra – Beto Guedes

INTRODUÇÃO

1. GESTÃO ESCOLAR E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Toda a comunidade escolar deve ser envolvida em ações que produzam conhecimento e possibilitem a interação com questões que promovam a qualidade do ambiente escolar e do seu entorno. Esta educação envolvendo a comunidade educativa, atende ao disposto na Lei 9394/96 que trata da Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que em seu artigo 14, preconiza que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II – Participação das comunidades escolares locais em conselhos escolares ou equivalentes. (Brasil, 1996)

Desta forma, com ações que partam do ambiente e do convívio escolar, as instituições educacionais devem buscar envolver os estudantes, os pais e toda a comunidade escolar em projetos que, partindo do local, possam atingir o global. Sobre isto, Reigota (2001) afirma que:

O fato da educação ambiental escolar priorizar o ambiente em que vive o aluno não significa, de forma alguma, que as questões (aparentemente) distantes do seu cotidiano não devam ser abordadas, pois não devemos esquecer que estamos procurando desenvolver não só a sua consciência e participação como cidadão brasileiro, mas também como cidadão planetário. (REIGOTA 2001, p 27)

O Ministério da Educação, e uma de suas ações para criar ambientes favoráveis às práticas sustentáveis nas escolas, lançou através da Resolução CD/FNDE n o 18, de 21 de maio de 2013, o programa Escolas Sustentáveis, que tem como objetivo:

Oferecer, nos moldes operacionais estabelecidos pelo FNDE, repasse financeiro, por meio de transferência de recursos de custeio e de capital, para promover ações voltadas à melhoria da qualidade de ensino e apoiar as escolas públicas das redes distrital, municipais e estaduais na adoção de critérios de sustentabilidade socioambiental, considerando o currículo, a gestão e o espaço físico, de forma a torná-las espaços educadores sustentáveis. (BRASIL, 2013, p 3)

Sabemos que, como seres que vivem em ambientes sociais, a vivencia humana em grupos societário não é uma ação harmoniosa e livre de conflitos. Os conflitos existem nos ambientes culturais, onde se travam as disputas pelos interesses dos atores envolvidos. A educação escolar não difere em nada desta afirmação, sendo a interação no ambiente onde a mesma se desenvolve, as vezes conflituoso e outras nem tanto. Entendemos que harmonia seja um conceito dinâmico, posto que toda mudança gera um desequilíbrio que será resolvido com um novo estado de equilíbrio. Sobre este assunto, Quintas (2002) afirma que:

O desafio que se coloca para a Educação Ambiental, enquanto prática dialógica, é o de criar condições para a participação dos diferentes segmentos sociais, tanto na formulação de políticas para o ambiente, quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do ambiente natural e cultural. Nesse sentido, para que os diferentes segmentos sociais tenham condições efetivas de intervirem no processo de gestão ambiental, é essencial que a prática educativa se fundamente na premissa de que a sociedade não é o lugar da harmonia, mas sobretudo, o lugar dos conflitos e dos confrontos que ocorrem em suas diferentes esferas. (QUINTAS, 2002, p.41).

Neste aspecto torna-se importante uma elaboração articulada dos projetos pedagógicos de cada instituição, visto que emanam dos mesmos, as diretrizes e ações que nortearão a ação da instituição, seja em frações mensais, bimestrais, semestrais ou anuais de tempo. Todavia, um plano pedagógico só se fará bem sucedido, se todos os que atuam na instituição e mesmo os que dela não fazem parte diretamente, puderem colaborar com sua articulação e implementação. Seja no tocante a educação ambiental

ou em qualquer outro componente do currículo escolar, o objetivo só é alcançado com o envolvimento e participação de todos.

Se não houver oportunidade para que todos os grupos que de alguma forma fazem parte da vida da escola se manifestem, isto fará com que sejam limitados interesses historicamente limitantes e obstruam o desenvolvimento comunal da instituição. A participação obriga a conhecimentos e atitudes novas. Sem este envolvimento e tomada de decisões coletivas, qualquer tentativa de tornar públicas as ações da escola não passariam de mera informação, sem o caráter transformador que se espera da mesma. De acordo Lück (2006):

[...] a participação em sentido pleno é caracterizada pela mobilização efetiva dos esforços individuais para a superação de atitudes de acomodação, de alienação, de marginalidade, e reversão desses aspectos pela eliminação de comportamentos individualistas, pela construção de espírito de equipe, visando a efetivação de objetivos sociais e institucionais que são adequadamente entendidos e assumidos por todos. (LÜCK, 2006, p. 31-32).

Entretanto, para que isto ocorra, é necessário que uma verdadeira transformação ideológica se faça sentir no seio das administrações escolares, possibilitando que as práticas atuais de gestão sejam reelaboradas e redimensionadas. Ao contrário do que preconiza o Ministério da Educação, quando propõe uma gestão participativa nos estabelecimentos de educação (GRACINDO, 2005, P 40), muitos gestores relutam em contar com participação externa no planejamento e execução das ações da escola, insistindo em atuar de forma centralizadora. Esta forma centralizadora de administrar remete às teorias clássicas de administração, voltadas a uma visão empresarialista da educação. Sobre isto, Lourenço Filho afirma que:

Em termos esquemáticos, pode-se dizer que as teorias clássicas centralizavam sua atenção nos processos administrativos formais; nas teorias novas, essa atenção se estende ao comportamento administrativo. Mas as novas técnicas não invalidam nem substituem as teorias clássicas, no que apresenta de fundamental. Apenas as enriquecem, como novos elementos que podem levar a metodologia da Organização e Administração a maior desenvolvimento (LOURENÇO FILHO, 2007, p. 57).

Se a mudança acontecer, passaremos de um modelo centralizado da produção do conhecimento nas unidades escolares, para um modelo que dará ênfase ao trabalho coletivo, focado na participação, na autonomia e na descentralização. De acordo com Lima (2002):

Autonomia é um instrumento fundamental de construção de um espírito e de uma cultura da organização; a descentralização é congruente com a “ordem espontânea” do mercado; respeitadora da liberdade individual e garante a eficiência; a participação é

essencialmente uma técnica de gestão, um fator 19 de coesão e consenso”. Assim, nesta perspectiva, conceitos como “autonomia”, “comunidade educativa”, “projeto educativo”, continuarão a ser convocados, e até com maior frequência, como instrumentos essenciais de uma política de modernização e racionalização. (LIMA, 2002, p. 18).

2. CONSELHOS ESCOLARES

As tentativas de democratização do ensino e de revisão dos processos administrativos escolares ganham força a partir das lutas contra a ditadura militar (1964 – 1985). Isto se dá, principalmente por causa do engajamento político e social e das discussões travadas com o intuito de redemocratizar o país (SANDER, 1995), da consolidação do campo de estudos em nível de pós-graduação no país e a influência da literatura sociológica com base marxista.

As primeiras elaborações que se destacam a partir deste enfoque, segundo Souza (2006), são os escritos de Arroyo (1979), Félix (1984) e Paro (2000). A partir de então, a crítica ao enfoque tecnocrático de administração escolar, pautado nas teorias da administração geral, tem sido contínua e defendida por diversos autores, não sendo possível referendá-los todos aqui.

A Constituição Federal de 1988, trata em seu artigo 206, inciso VI, que dentre os princípios norteadores da educação nacional está a “gestão democrática do ensino público, na forma da Lei”. A regulamentação deste princípio constitucional veio a ocorrer apenas em 1996, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96, (LDB) em seu artigo 14, preconiza que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme princípios, entre os quais: II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Por opção dos sistemas locais de educação, desde a promulgação e implementação desta Lei, as instituições de ensino, em sua grande maioria, adotaram a organização de Associações de Pais, Mestres e Comunitários - APMCs. Entretanto, estas instituições formadas, apresentavam cunho apenas burocrático, servindo para as unidades escolares como unidades executoras dos recursos oriundos de programas federais como Programa dinheiro Direto na Escola, Programa de Adequação de Prédios Escolares, Programa Mais Educação, entre outros.

Somente com o surgimento do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (PRÓ-CONSELHO), que foi criado pela Portaria Ministerial nº 3.272 de seis de novembro de 2003, com o objetivo de incentivar e qualificar a participação da sociedade na tarefa de avaliar, definir e fiscalizar as políticas

educacionais e, assim, garantir a universalização dos direitos básicos capazes de promover o exercício da cidadania (BRASIL, 2002, p.12), foi que o interesse pela formação de Conselhos Escolares nas unidades educacionais se fez sentir com maior ênfase.

A diferença entre os dois colegiados (APMCs e Conselhos Escolares) é grande. Enquanto o primeiro tem uma visão voltada para a gestão dos recursos a serem administrados pela escola, preocupando-se apenas com compras, manutenção e prestações de contas, o segundo exerce um acompanhamento global da vida da escola, auxiliando a administração escolar na solução de problemas como evasão, violência, repetência, distorção idade/série, entre outros. Além disso, por seu colegiado ser formado de forma paritária, tendo seus membros tanto da escola como de fora dela, a visão dos problemas e das soluções se dá de uma forma global, utilizando-se também, do olhar de fora para dentro. Deste modo, o auxílio dos conselhos escolares na elaboração, execução e acompanhamento das propostas educacionais dos estabelecimentos de ensino se faz importante, visto que traçar os caminhos que a instituição escolar seguirá, não pode ser restrita a gestores, coordenadores e corpo docente; afinal, os rumos da educação são de interesse de toda a sociedade.

É neste cenário de envolvimento social e comunitário que se traça os rumos pelos quais a escola passará. Rumos estes que devem estar colocados de forma clara e objetiva nos Planos Políticos Pedagógicos das instituições, que as metas de respeito ambiental surgirão.

Assim, a estrutura administrativa atual da escola municipal Professora Francisca Góes dos Santos está distanciada do que preconizam os princípios de uma gestão participativa e integrada com a comunidade local. Não há conselho escolar na instituição e a Associação de Pais, Mestres e Comunitários exerce apenas função burocrática, no tocante a execução de recursos recebidos em forma de programas advindos do governo federal. Não há nenhuma ação voltada ao controle social ou a colaboração na gestão dos processos educacionais.

3. O MEIO AMBIENTE E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A educação ambiental deve ser tratada nas escolas como algo capaz de influenciar o modo de vida das gerações futuras; para que as mesmas possam viver com as mesmas condições que temos hoje e que sejam capazes de usufruir dos recursos da natureza como os conhecemos. Por isso Reigota (1995) afirma que:

A educação ambiental é uma proposta que altera profundamente a educação como a conhecemos, não sendo necessariamente uma prática pedagógica voltada para a obtenção de conhecimentos sobre ecologia. Trata-se de uma educação que visa não só a utilização racional dos recursos naturais (...) mas basicamente a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental. (REIGOTA 1995, p 10).

Portanto, o grande objetivo da educação ambiental deve ser o de buscar melhor compreender o mundo e assim, contribuir com sua manutenção. Antes de tratar apenas de assuntos relacionados a ecologia, deve se preocupar no cuidado com a vida em todos os seus aspectos; desde a preocupação com as matas, as águas e os animais, até as questões sociais, políticas e econômicas influenciadas por eles.

Assim, educação ambiental não pode ser uma ação isolada, restrita a projetos de hortas escolares, feiras de ciências ou passeios a parques e unidades de conservação ambiental. Ela deve ser algo vivo e encarnada na vida e na prática das instituições de ensino. Ela precisa fazer parte do processo ensino-aprendizagem em todos os seus momentos. É necessário um trabalho multidisciplinar, permeando toda a prática educacional, vinculado aos princípios da dignidade do ser humano, da participação, da corresponsabilidade, da solidariedade e da equidade.

A Educação Ambiental deve ser desenvolvida com os objetivos de auxiliar os alunos a construírem uma consciência global das questões relativas ao meio, para que possam assumir posições afinadas com os valores referentes à vida. Para que os alunos possam compreender a complexidade ambiental, é fundamental oferecer-lhes uma visão abrangente que englobe diversas realidades, e ao mesmo tempo, uma visão contextualizada da realidade ambiental, o que inclui, além do meio biofísico, as condições sociais (BRASIL, 1996, p. 9).

4. UMA ESCOLA DE VÁRZEA COMO OBJETO DE ESTUDO

Mereceu destaque, para a elaboração deste estudo, a contribuição que o sistema educacional pode oferecer para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com as questões socioambientais e de uma forma mais acentuada com a sustentabilidade. Isto nos levou a voltar o olhar, para uma das unidades da rede municipal de educação do município de Careiro da Várzea, buscando compreender de forma geral, como ocorrem as estratégias de formação socioambiental através da práxis ambiental em escolas ribeirinhas e como a mesma tem influenciado a vida e os comportamentos dos discentes, dos servidores e da comunidade que delas fazem parte.

Falar sobre educação ambiental em uma escola situada em área de várzea é buscar entender como pessoas intimamente ligadas à natureza e a tudo que dela emana, são capazes de elaborar e ressignificar conceitos de educação formal, baseados na sua própria vivência.

Desta forma, nossa investigação na busca de entender a ação formadora da escola em relação aos estudantes, bem como em relação a toda a comunidade escolar, se desdobrou dividindo o público investigatório de 60 pessoas, em três grupos: o formado por estudantes do quarto ao nono ano (buscando o olhar das pessoas para as quais as atividades de cunho ambiental são realizadas), o formado por servidores públicos atuando na escola, como professores, auxiliares de serviços gerais e merendeiras (pessoas envolvidas diretamente na realização das atividades, seja na organização ou na efetiva realização das atividades), e o

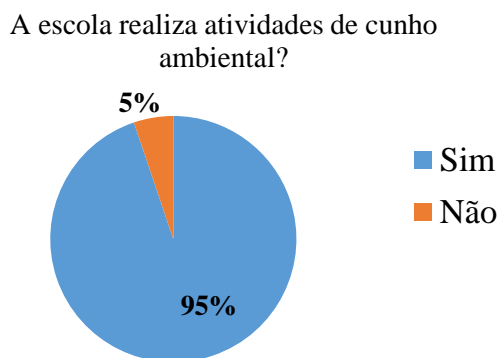
formado por pessoas da comunidade ao entorno da escola (neste grupo, estavam comunitários que possuem filhos estudando na escola e comunitários que não tem filhos na instituição escolar.)

5. SOB O OLHAR DE PARA QUEM É FEITO (ESTUDANTES DE 4º A 9º ANO)

Questionados sobre se a instituição escolar realiza ações voltadas para a temática ambiental, 86,6% dos entrevistados respondeu que sim; a escola realiza atividades sobre meio ambiente e sobre a relação das pessoas com a natureza. O desdobramento desta pergunta foi na busca de quais atividades eram realizadas pela escola. Assim, palestras sobre lixo, (citada por doze entrevistados), atividades sobre lixo e atividades em sala de aula ficaram entre as mais lembradas pelos estudantes.

Percebemos durante as entrevistas e conversas informais, que as crianças demonstravam segurança ao falar sobre meio ambiente e os cuidados que se deve ter, principalmente com a água e com o lixo, demonstrando assim que o contato das mesmas com esta temática tem sido ativo e frequente. Poucos foram os que demonstraram algum desconforto ao falar do tema ou responder as perguntas propostas.

O gráfico 3, mostra o percentual de entrevistados em relação a questão sobre a realização de atividades de cunho ambiental pela escola.

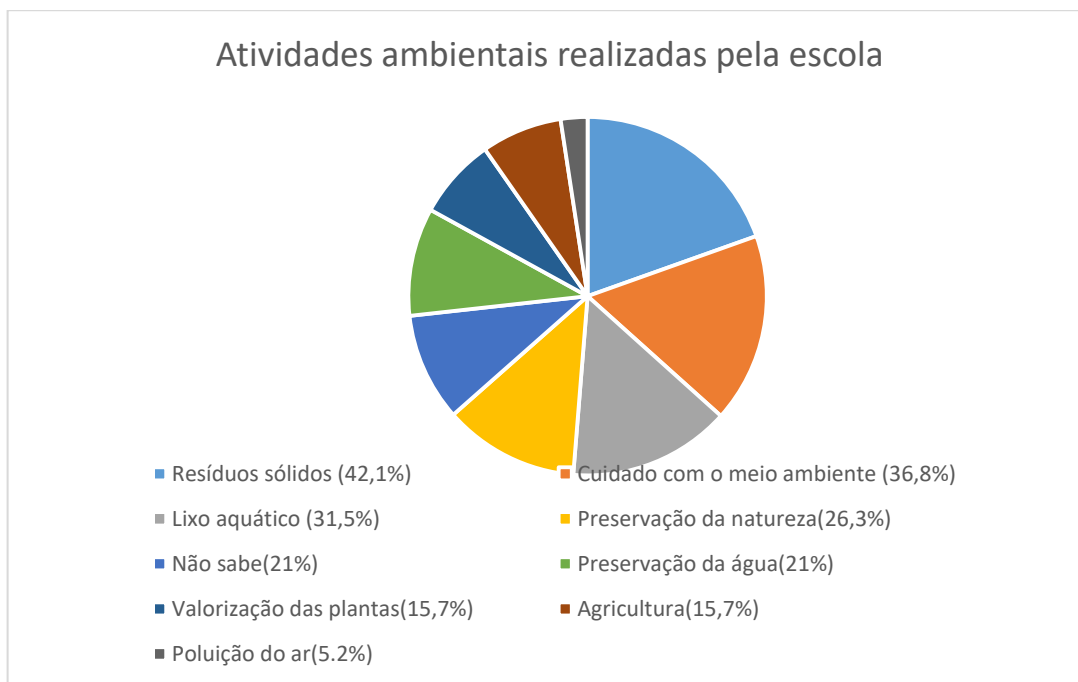


Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

Quanto ao interesse pelas atividades ambientais promovidas pela escola, os estudantes demonstraram gosto pelo que é proposto e 93,3% denominou de “legais”, as ações realizadas. Dos entrevistados, 96,6% aprecia participar e se disseram felizes com o que se faz sobre meio ambiente na escola.

Perguntados o porquê de considerarem “legal” o que é feito na escola em relação às questões ambientais, a 80% respondeu que elas fazem com que os estudantes “aprendam mais”. Dos entrevistados 40% respondeu que as atividades, motivam à preservação ambiental e a respeitar plantas e animais.

O número de estudantes entrevistados que dizem aprender sobre meio ambiente e preservação ambiental na escola é de 96%. Este número se torna ainda mais significativo quando a pergunta é sobre o que eles aprendem. O gráfico 4, nos mostra os percentuais com as atividades realizadas pela escola e que segundo os estudantes, mais contribuem para a aprendizagem dos mesmos.



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro, 2016.

Entretanto, um fato nos chamou bastante a atenção. Quando perguntados se lembravam da última atividade de cunho ambiental promovida pela escola e que eles participaram, um número significativo de estudantes (73,6%), respondeu negativamente. Ou seja, mesmo relatando que consideram importante o que é feito, as ações em si não parecem produzir as marcas e significados necessários que os acompanharão ao longo da vida. Sobre isto, Dias (1992) nos diz que:

Considerando toda essa importância da temática ambiental e a visão integrada do mundo, no tempo e no espaço, sobressaem-se as escolas, como espaços privilegiados na implementação de atividades que propiciem essa reflexão, pois isso necessita de atividades de sala de aula e atividades de campo, com ações orientadas em projetos e em processos de participação que levem à autoconfiança, a atitudes positivas e ao comprometimento pessoal com a proteção ambiental implementados de modo interdisciplinar (DIAS, 1992, p. 32).

Entre os 26,4 % dos entrevistados que afirmaram lembrar-se sobre o que falava a última atividade voltada para questões ambientais realizada pela escola, o assunto mais citado foi relativo ao lidar com plantas como: semear, cuidar e regar, testemunhando a vocação agr sentida e vivida pelos discentes e que tanto significado possuem quando tratadas no ambiente escolar. O segundo assunto citado foi sobre lixo e o terceiro foi palestra sobre meio ambiente. Isto nos leva a entender que os assuntos ligados ao cotidiano e à vivência dos estudantes, apresentam-se de melhor compreensão e assimilação, facilitando com a introjeção dos mesmo em seus hábitos.

Os saberes e as experiências dos educandos devem ser respeitadas e valorizadas, afim de que o mesmo possa construir sua cadeia de conhecimentos a partir de suas próprias vivências. De acordo com Hoffman (2007):

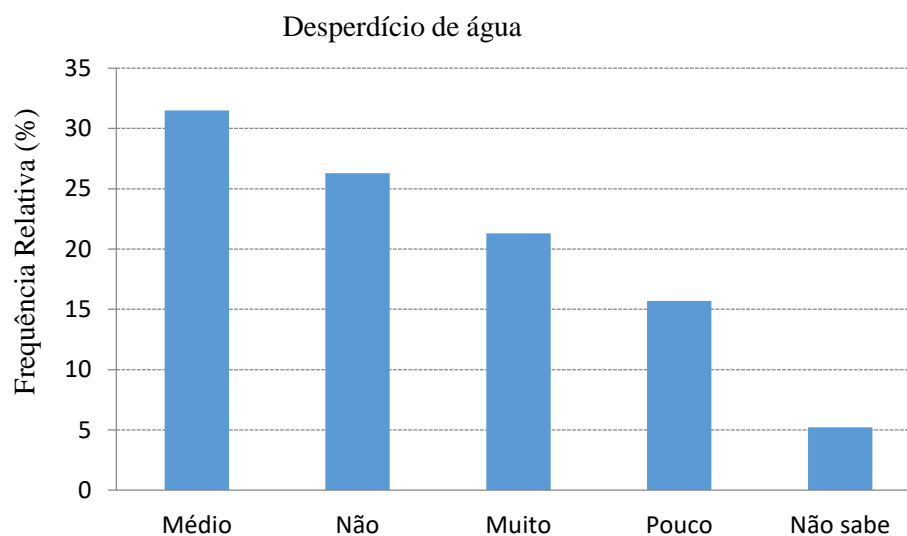
A construção do conhecimento pelo educando se dá de forma dinâmica e progressiva, não havendo início, meio ou fim nesse processo. Cada hipótese construída pelo aluno está constantemente sendo refutada por ele, ampliada, complementada a partir de suas experiências de vida, do seu desenvolvimento geral, das provocações intelectuais sofridas dentro e fora da escola. (HOFFMAN, 2007, p. 38)

Paulo Freire (2009), ao falar sobre o papel do professor na valorização da autonomia dos educandos, afirma que:

O professor que desrespeita a curiosidade do educando, seu gosto estético, a sua inquietude, a sua curiosidade, a sua linguagem, mais precisamente, a sua sintaxe e a sua prosódia: o professor que ironiza o aluno, que o minimiza, que manda que “ele se ponha em seu lugar”, ao mais tênue sinal de sua rebeldia legítima, tanto quanto o professor que se exime do cumprimento do seu dever e propor limites à liberdade do aluno, que se furta ao dever de ensinar, de estar respeitosamente presente à experiência formadora do educando, transgride os princípios fundamentalmente éticos da nossa existência. (FREIRE, 2009, p. 59-60)

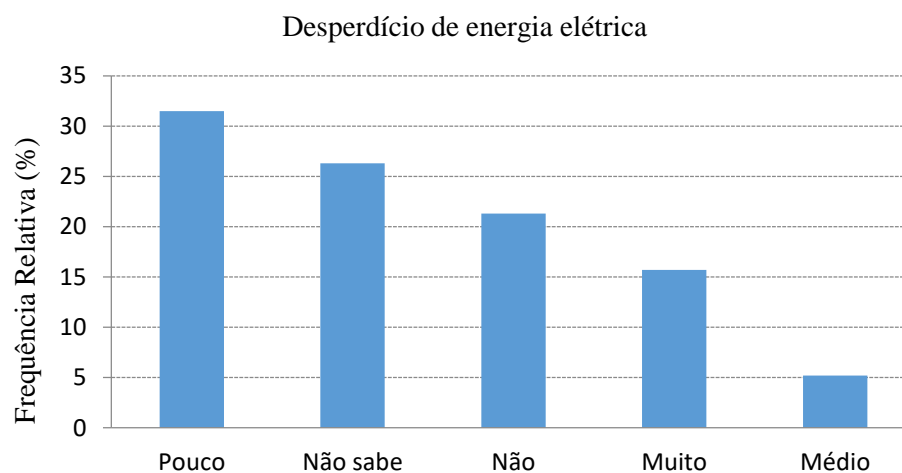
O item três do questionário focal utilizado na pesquisa de campo, foi voltado para as questões da sustentabilidade no ambiente escolar e buscava identificar através do olhar dos entrevistados, os pontos nevrálgicos da relação sustentabilidade/ambiente escolar. Os gráficos à seguir mostram o ambiente escolar e a sustentabilidade pelo olhar dos estudantes.

Gráfico 5: Há desperdício de água na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

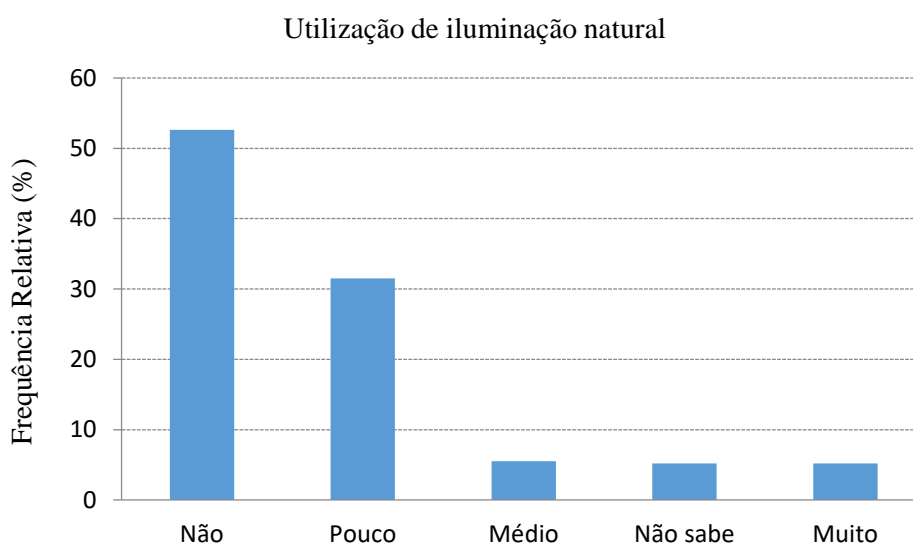
Gráfico 6: Há desperdício de energia elétrica na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

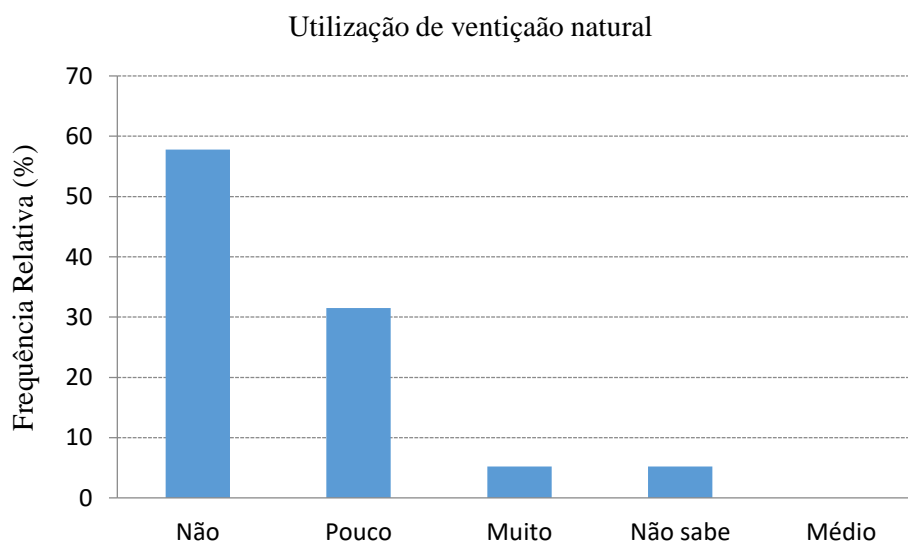
Com relação aos desperdícios de água e energia elétrica no ambientes escolar, 31,5% dos entrevistados identificam que há médio desperdício de água e 21% falam em auto desperdício. Identificando clara preocupação de 51,5% dos alunos com a preservação e uso correto de água na escola. Quanto ao desperdício de energia elétrica, os estudantes demonstraram que não ocorre, com 15,7% dos entrevistados respondendo positivamente a esta questão.

Gráfico 7: Há utilização de iluminação natural na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

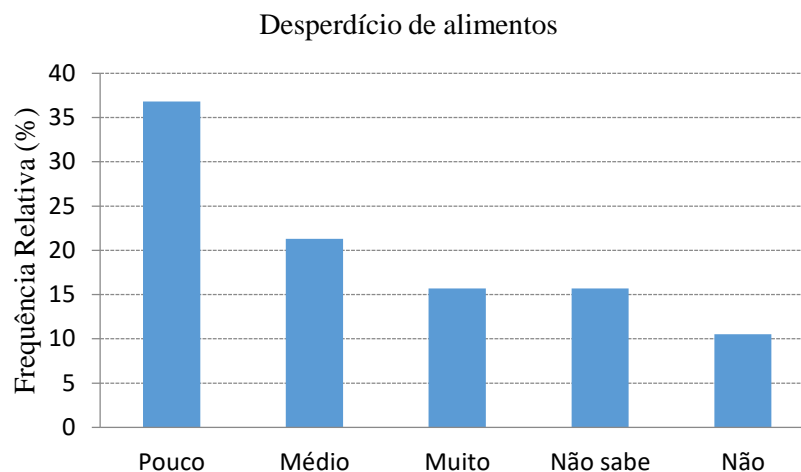
Gráfico 8: Há utilização de ventilação natural na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

Iluminação e ventilação naturais utilizadas pela escola foram itens do questionário focal. Em suas respostas, os estudantes revelaram que a instituição não se preocupa com estes usos: 56,6% disseram que não há utilização de iluminação natural na escola e 57,8% disseram que a utilização de ventilação natural também não ocorre. Quando perguntados se as salas de aula são abertas durante as aulas, 100% dos entrevistados disseram que isto só ocorre quando há falta de energia elétrica.

Gráfico 9: Há desperdício de alimentos na escola?

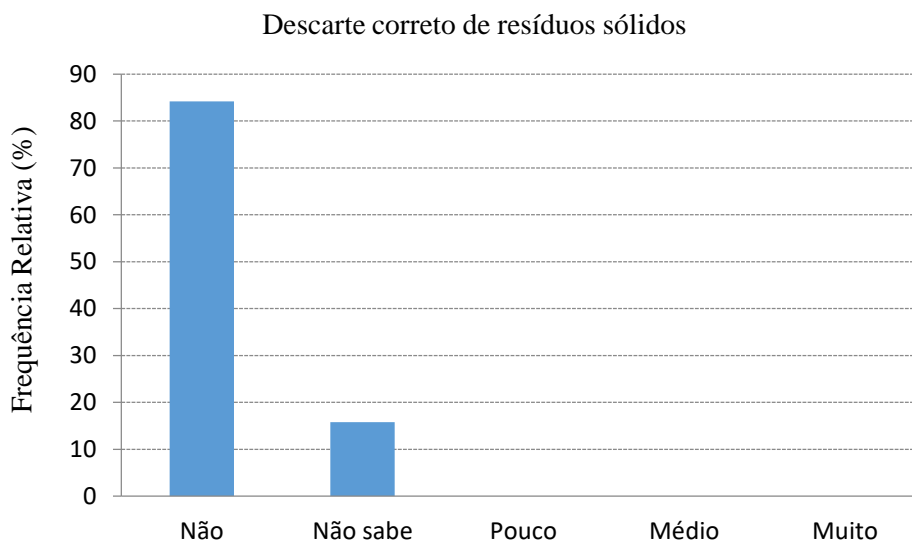


Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

A questão dos alimentos consumidos no refeitório da escola como foco das entrevistas com os estudantes, nos revelou que 36,8% dos entrevistados consideram que o desperdício dos mesmos ocorre de forma reduzida na instituição, enquanto que 21% afirma que este desperdício é médio e 15,7% afirma que ocorre de forma acentuada.

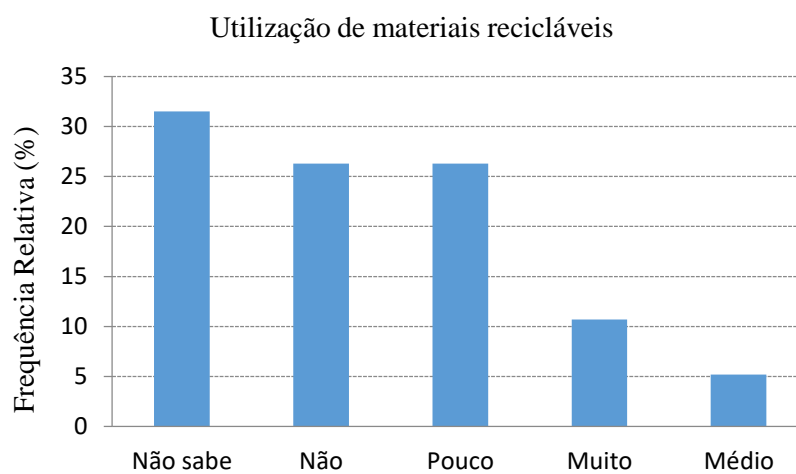
O descarte de resíduos sólidos e reutilização de materiais recicláveis em atividades realizadas pela escola também foram fonte de indagações aos estudantes. Do universo amostral de 30 estudantes, 83,3% respondeu que a escola não descarta corretamente os resíduos sólidos produzidos pela mesma. O destino do lixo, revelado pelos estudantes, é uma área localizada nos fundos da instituição, onde o mesmo é queimado. Quanto a reutilização de materiais recicláveis, 52,6% dos entrevistados disseram que não ou ocorre pouco na instituição.

Gráfico 10: Há descarte correto de resíduos sólidos na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

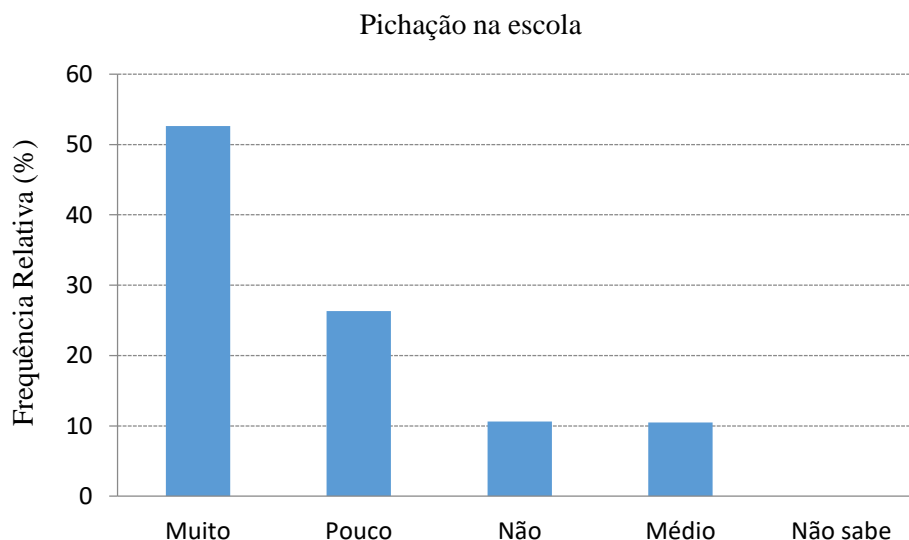
Gráfico 11: Há reutilização de materiais recicláveis na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

Pichação no ambiente escolar foi um item que apresentou preocupação elevada dos estudantes. 56,6% dos entrevistados revelaram que esta prática ocorre de forma acentuada na instituição educacional.

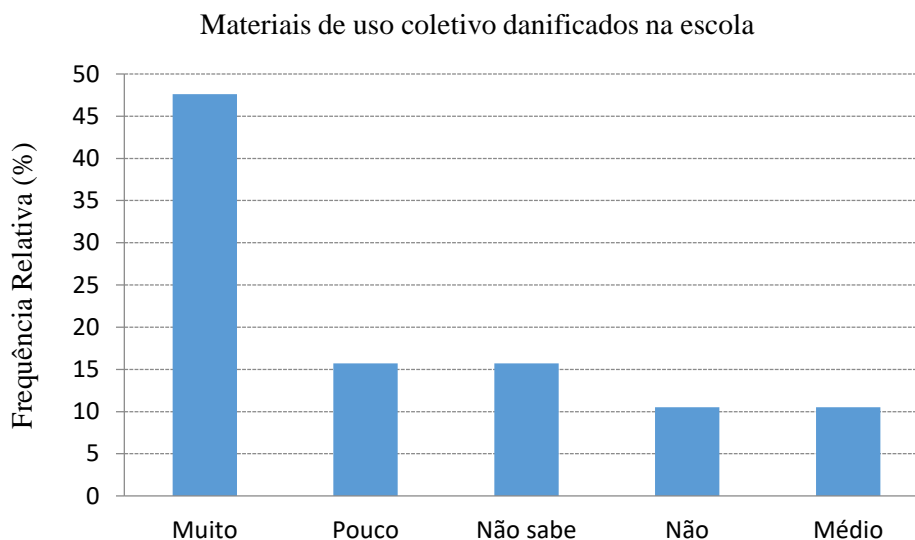
Gráfico 12: Há pichação na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

Quanto a conservação dos materiais de uso coletivo, como cadeiras, banheiros, talheres, livros, materiais de mídia como Datashow, caixas amplificadas entre outros, 47,3% dos estudantes respondeu que são muito danificados devido ao mal-uso e a falta de cuidados por parte dos próprios estudante.

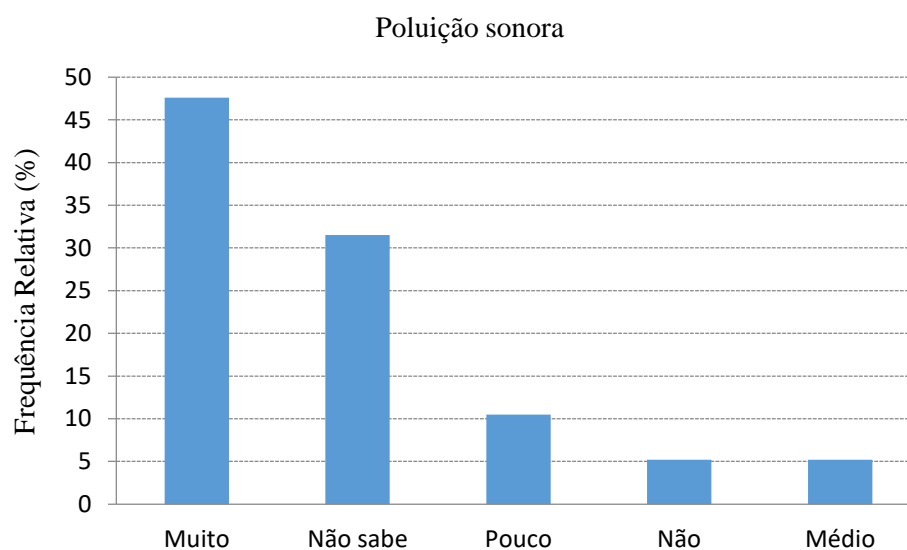
Gráfico 13: Há materiais de uso coletivo danificados na escola.



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

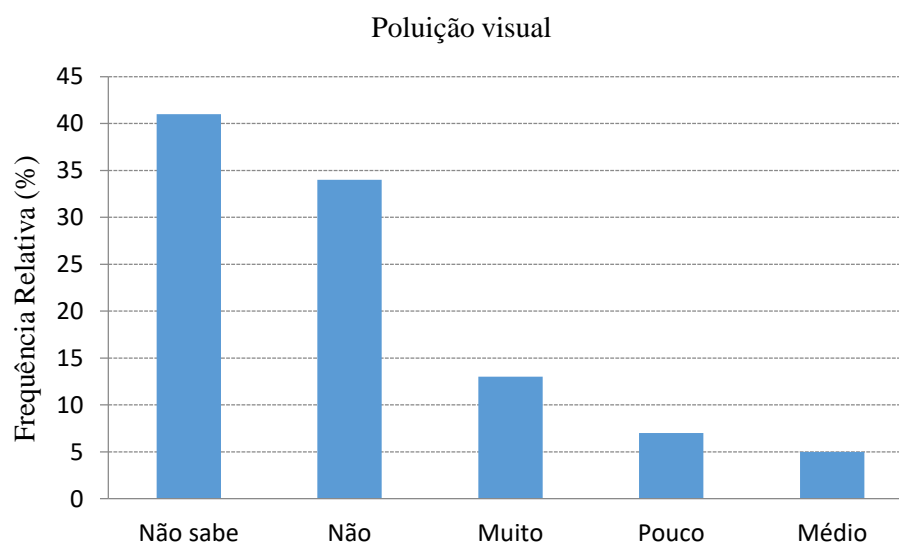
Com relação a poluição sonora e poluição visual na escola, as respostas dos estudantes foram as seguintes: 47,3% afirmaram que há muita poluição sonora na escola e 31,5% afirmaram desconhecer. 36,8 disseram não haver poluição visual na escola e 42,1% disseram não saber.

Gráfico 14: Há poluição sonora na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

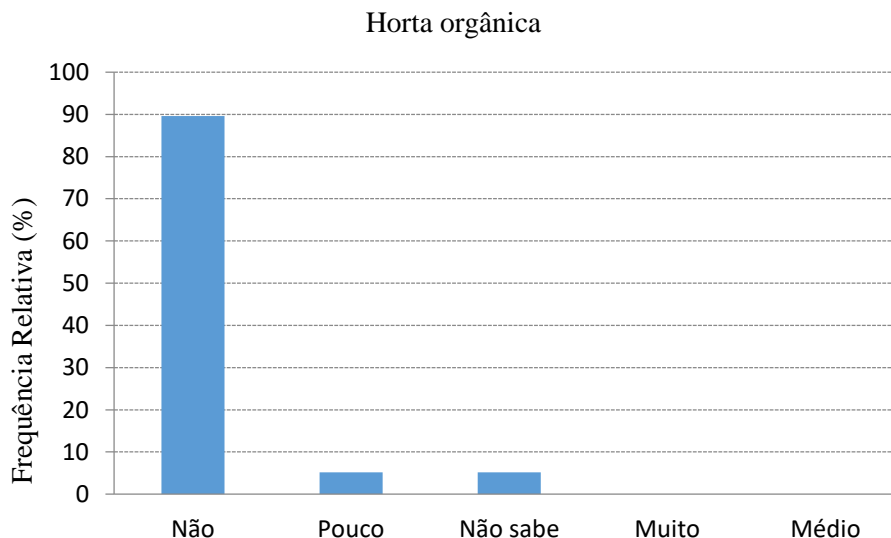
Gráfico 15: Há poluição visual na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

Indagados quando a existência de horta orgânica na escola, 89,4% dos estudantes entrevistados afirmaram que a escola não possui. 76,6% dos entrevistados afirmaram lembrar-se da horta que foi desenvolvida na escola de como a mesma era utilizada nas atividades relativas ao meio ambiente.

Gráfico 16: Há horta orgânica na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

É possível tirarmos importantes conclusões a partir da leitura destas informações. Entre elas e a mais importante é a de que um grupo significativo de estudantes (63,3%) que participaram de nossas entrevistas são capazes de identificar problemas relacionados às questões de meio ambiente e sustentabilidade existentes na escola, e se assim o é, também são capazes de descrever possíveis soluções. Em contraponto a isto, identificamos também, um significativo percentual de estudantes que ignoram vários aspectos da agenda ambiental da escola.

Quanto a questão sobre o desperdício da água, 63,1% dos que responderam à entrevista, apontaram os banheiros como os locais onde mais o líquido é desperdiçado. Desta forma, identificadas as causas deste desperdício, sejam da parte física do prédio –vazamentos – ou da própria ação dos usuários - estudantes e servidores -, criar mecanismos e estratégias para minimizar o impacto do desperdício no consumo total de água do estabelecimento educacional, parece ser a medida mais correta a se tomar, se o intuito for caminha para tornar a mesma sustentável.

Outro exemplo é dos que apontam a forma escolhida pela escola para descartar os resíduos sólidos como incorreta. Ora, se 84,2% do alunado diz que queimar o lixo é incorreto, atitudes voltadas a selecionar e destinar estes resíduos para instituições que atuem com reciclagem, nos parece o caminho mais correto a ser tomado pela escola.

A inexistência, ou melhor, o desaparecimento da horta orgânica foi outro elemento que mereceu destaque nas entrevistas realizadas na pesquisa de campo. 89,4% dos alunos destacaram esta ação como algo positivo em sua formação acadêmica.

Assim, somos capazes de compreender a importância que o exemplo oferecido pela escola e por seus professores exercem na formação dos estudantes. Não é possível formar cidadão conscientemente comprometidos com o ambiente em que está inserido se o exemplo

de como fazê-lo, não estiver fortemente amalgamado na prática e na práxis da instituição formadora (Gramsci, 1999). Sobre este assunto, Freire (2003) afirma que:

O professor que realmente ensina, quer dizer, que trabalha os conteúdos no quadro da rigorosidade do pensar certo, nega como falsa a fórmula farisaica do “faça o que eu mando, não faça o que eu faço”. Quem pensa certo está cansado de saber que as palavras a quem falta a corporeidade do exemplo pouco ou quase nada valem. Pensar certo é fazer certo. (FREIRE, 2003, p. 34)

6. O OLHAR DE FORA PARA DENTRO: A ESCOLA A PARTIR DA VISÃO DOS PAIS E COMUNITÁRIOS.

A oitiva dos pais de alunos e de comunitários que não possuem relação direta com a instituição escolar foi importantíssima no tocante a identificar as influências do que é ensinado pela escola, na comunidade da qual a mesma está inserida. Desta forma fomos capazes de compreender até que ponto o que é proposto como atividade para as crianças, tem seus efeitos potencializados e alcançam eco, ou não, em quem está ao entorno da instituição.

Discutir se a escola é capaz ou não de transformar com sua prática o modo de vida de toda a comunidade em que está inserida e se sua influência pode ou não ir além do âmbito de suas salas de aula, pôde ser refletida através das conversas e entrevistas realizadas na pesquisa de campo.

Uma série de perguntas foram propostas aos entrevistados, com o objetivo de analisar a relação dos mesmos com a escola e assim, traçar um panorama da influência que os comunitários desempenham na escola e, como via de mão dupla, como os mesmos são influenciados no seu dia-a-dia, pelo que é ensinado na instituição educacional.

A primeira pergunta do formulário focal, questionava se o entrevistado acompanha o currículo proposto pela escola. Entre os que responderam a esta questão, um terço (33,3%) disseram que sim. A maior parte, entretanto, (66,6%) dos que participaram das entrevistas, disseram não conhecer a proposta curricular da escola e não saber nada sobre o que é ensinado na mesma.

Entre os que responderam positivamente, o principal motivo apontado foi o de que é importante conhecer o currículo escolar para que possa contribuir em casa com as atividades propostas às crianças. Outra razão apresentada é o fato de poder influenciar positivamente na aprendizagem dos filhos, fazendo com que em casa, ecoe positivamente o que é proposto pela escola.

Entre os que responderam não conhecer e nem acompanhar o currículo, 44,4% afirmou ser a falta de interesse a principal razão para que isso ocorra. Todos demonstraram certo desencanto pela educação como é proposta e reclamações contra os caminhos adotados pela

gestão da unidade educacional e contra o fim de atividades apontadas por eles como importantes para a escola foram a tônica de suas falas.

Ainda entre os que não conhecem o currículo proposto pela escola, chamou-nos atenção as afirmações de que a escola não convida para as atividades e nem comunica o que está realizando e nem que pretende alcançar. Também não faltaram críticas aos direcionamentos tomados pela gestão da escola, quanto ao relacionamento com a comunidade do entorno da unidade educacional. O comunitário Nestor Pinheiro de Miranda, falando sobre esta questão, afirma que:

Não adianta eu mentir: a escola se fechou para a comunidade! A gente não sabe nada que acontece lá. Não chega aviso pra nada. É esse o motivo de eu não saber como tá o ensino. Eu só vou onde eu sou chamado. (Pesquisa de campo, outubro, 2016)

“Eu só vou onde sou chamado!” Esta fala nos levou a refletir sobre a importância da presença dos pais e de toda a comunidade no processo de aprendizagem, proposto por instituições formais de ensino. Levou-nos também a questionar, se as unidades de ensino são capazes de, sozinhas, estabelecerem laços de educação e ensino suficientemente fortes e que possam de forma geral, suprir todas as necessidades intelectuais dos seus educandos. Macedo (2005), falando sobre a responsabilidade mútua da família e da escola, afirma que:

Não só os pais contam com a escola, mas esta, igualmente, conta com eles. Por isto a instituição escolar precisa conversar com eles, dar orientações, promover palestras saber o que está acontecendo com as crianças em casa, como ela está vivendo ou reagindo a muitos e inevitáveis problemas existentes a qualquer família (doença, separação, mudança de emprego, modos de organização da casa, problemas financeiros, relacionamento, entre o casal, nascimento de outros filhos). A escola também precisa compartilhar com os pais aspectos da conduta do seu filho na escola (relacionamento com colegas, aproveitamento escolar, atitudes, valores, respeito às normas, qualidade na realização das tarefas). Por isso, a interdependência, ou seja, o esforço comum e recíproco para promover o desenvolvimento da criança. (MACEDO, 2005, p. 12)

Quando perguntados sobre se a escola desenvolve atividades de cunho ambiental, a maioria dos entrevistados afirmou que sim. Entretanto, 44,4% respondeu negativamente, mostrando total desconhecimento do que acontece na instituição escolar.

Estes dados são esclarecedores. A medida em que demonstram um descolamento da ação dos pais em relação ao que é promovido e oferecido pela escola, também apontam para uma maior dificuldade em produzir nos estudantes os efeitos pretendidos quando da elaboração das estratégias de formação ambiental. Formação exige imersão em uma atmosfera propícia para que ela ocorra e se uma parte do mundo social do estudante não está conectada a este propósito, a formação global terá problemas em ocorrer.

Isto fica mais claro ainda quando o questionário interroga sobre as principais atividades desenvolvidas pela escola, voltadas para as questões ambientais. Dos entrevistados, 68,4% declararam não saber informar. Isto denota um distanciamento considerável entre a escola e a comunidade da qual a mesma faz parte. Os que de alguma forma afirmaram lembrar das atividades desenvolvidas pela escola com enfoque ambiental, descreveram de forma genérica a metodologia “palestra” como sendo uma das ações das quais participaram, sem, no entanto, descrever o tema específico da qual esta palestra tratava.

Quando questionados a respeito de se já foram convidados pela escola para participar de atividades desenvolvidas pela mesma e que tinha alguma questão ambiental como foco, 66,6% dos entrevistados afirmaram que sim, já receberam convites da escola para eventos deste porte. Entretanto, ao serem indagados se já participaram destas programações, o número dos que declararam que sim, cai para apenas 27,7%, mostrando com isso que não basta apenas que a instituição escolar formalize um convite para que a comunidade participe de seus eventos; mas sim, é necessário que sejam criadas estratégias para motivar estas pessoas a estarem na escola e contribuírem com suas presenças, suas experiências de vida e suas motivações para que as atividades alcancem o sucesso desejado. Esta participação é prevista inclusive no Estatuto da Criança e do Adolescente, que em seu artigo 53, regulamenta que:

É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. São deveres dos pais matricular seus filhos na escola, acompanhar a frequência, o aproveitamento escolar de suas crianças e adolescentes na escola. (ECA. Cap. IV. Art. 53)

A escola, por ser a segunda instituição social de referência com relação ao desenvolvimento do estudante, deve buscar estreitar os laços com a família, primeira instituição de referência social do indivíduo. Este estreitamento de laços contribuirá sobremodo na formação social das crianças e dos adolescentes. Tiba (2002) afirma que:

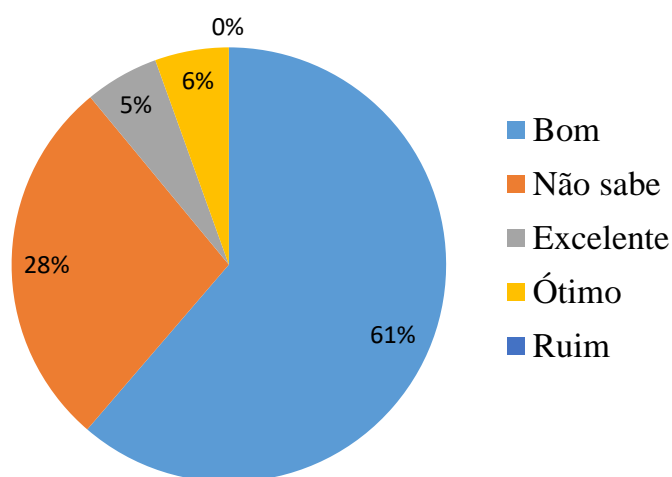
Se a parceria entre família e escola for formada desde os primeiros passos da criança, todos terão muito a lucra. A criança que estiver bem, vai melhorar e a criança que apresentar problemas, receberá apoio tanto da escola quanto da família para superá-los. Quando a escola e os pais falam a mesma língua e têm valores semelhantes, a criança aprende sem grandes conflitos e não quer jogar a escola contra os pais e vice-versa. Quando há conflito, os adolescentes tendem a tirar vantagens pessoais e as crianças a acompanhar quem mais lhes agrada. Assim, quando os pais não concordam com a escola, é com ela que devem resolver a discordância. Deste modo a criança não terá em quem se apoiar para se insurgir contra a escola. (TIBA, 2002, p.183)

Entende-se desta forma, que a interação, o diálogo, a participação e acima de tudo, a cumplicidade entre família e escola na busca de objetivos comuns quanto a educação e formação de crianças e adolescentes são fundamentais para que o processo educacional se faça de maneira tranquila e com a menor quantidade de traumas possíveis.

Quando solicitados a avaliar as atividades de cunho ambiental promovidas pela escola, um número considerável de entrevistados (61%) declarou que as mesmas são boas; demonstrando razoável satisfação com o que é promovido.

O gráfico 17, mostra os percentuais que as respostas representam quanto a atividades ambientais realizadas pela escola, na visão dos pais e comunitários.

Como são as atividades ambientais realizadas pela escola



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

Foi pedido na entrevista, que os pais e/ou comunitários, destacassem, de forma livre, o que poderia ser feito para melhorar os resultados educacionais e mais especificamente, os relativos a educação ambiental na escola de seus filhos ou vizinhos. Cinquenta por cento das respostas, foi direcionada à necessidade de ampliar o diálogo entre escola e comunidade, utilizando para isto, reuniões entre comunidade e gestão da escola e a ampliação da participação dos pais nas decisões da escola.

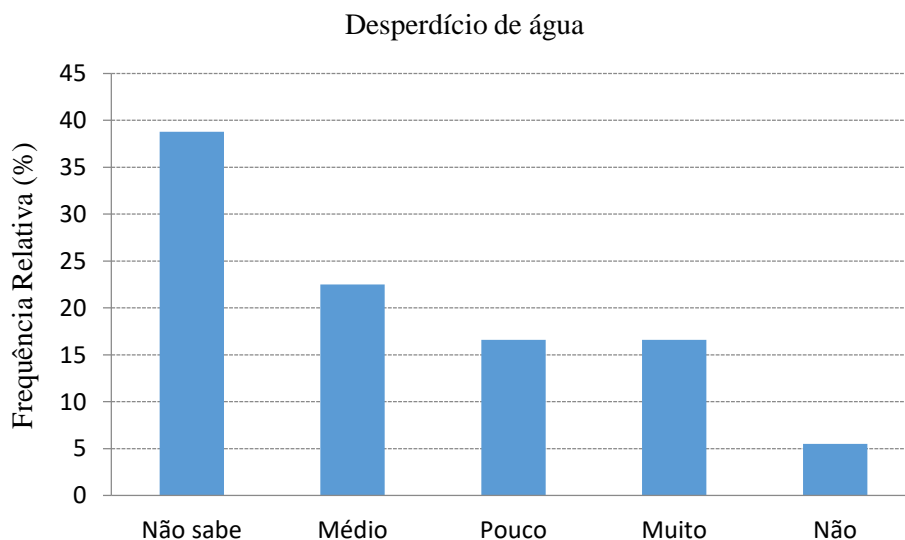
Este índice de opinião (50%) referente a necessidade de uma maior interação entre escola e comunidade reforça sobretudo o que já foi dito anteriormente e destaca o entendimento dos pais e dos outros membros da comunidade quanto a importância representada pelos mesmos no desenvolvimento de políticas educacionais de qualidade para os estudantes do local.

O item três do questionário focal utilizado na pesquisa de campo, foi voltado para as questões da sustentabilidade no ambiente escolar e buscava identificar através do olhar dos

entrevistados, os pontos nevrálgicos da relação sustentabilidade/ambiente escolar. Os gráficos à seguir mostram o ambiente escolar e a sustentabilidade pelo olhar dos pais e comunitários.

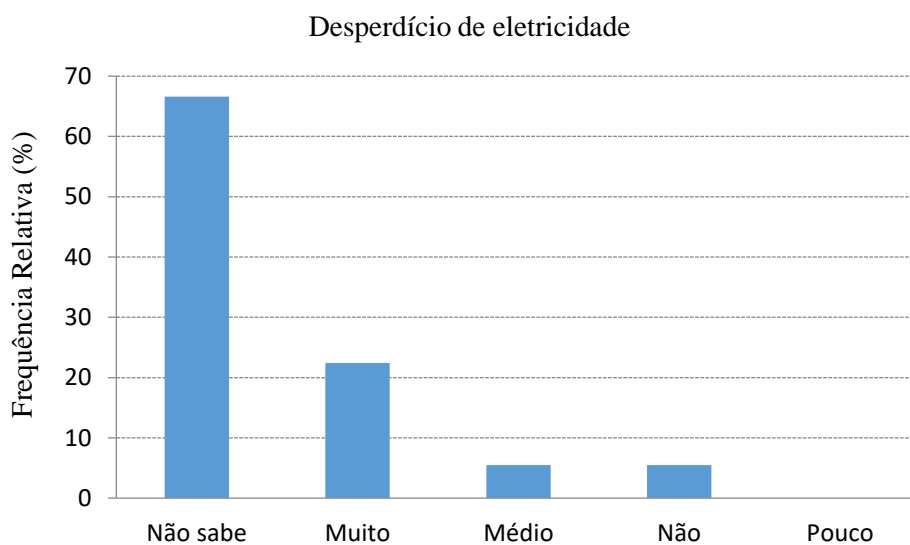
Perguntamos nas entrevistas, quanto ao desperdício de água e de energia elétrica na escola. O que chama atenção é o elevado índice de comunitários que revelaram desconhecer tais demandas. 38,8% não sabem se há desperdício de água e 66,8 não sabe se há desperdício de energia elétrica na instituição escolar.

Gráfico 18: Há desperdício de água na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

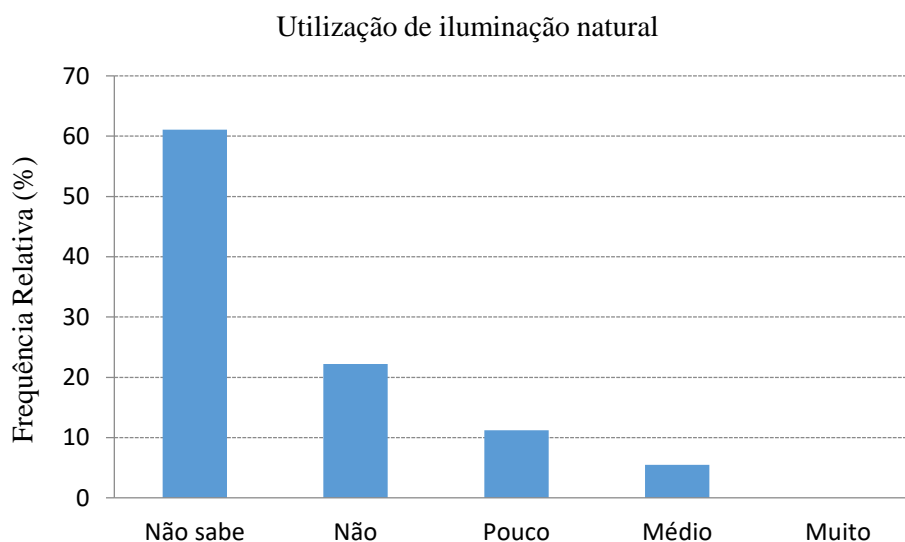
Gráfico 19: Há desperdício de energia elétrica na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

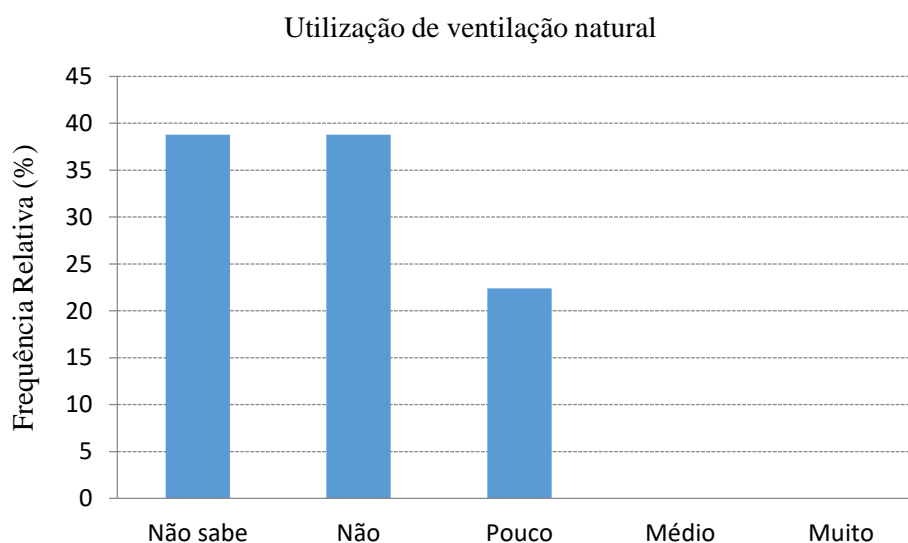
Quando a utilização de iluminação e ventilação natural na escola, dos pais e comunitários entrevistados 61,1% disseram não saber e 22,2% disseram que a escola não utiliza iluminação natural. 38,8% é o número dos que afirmaram que a escola não utiliza ventilação natural, como também 38,8% é o número dos que desconhecem este fato.

Gráfico 20: Há utilização de iluminação natural na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

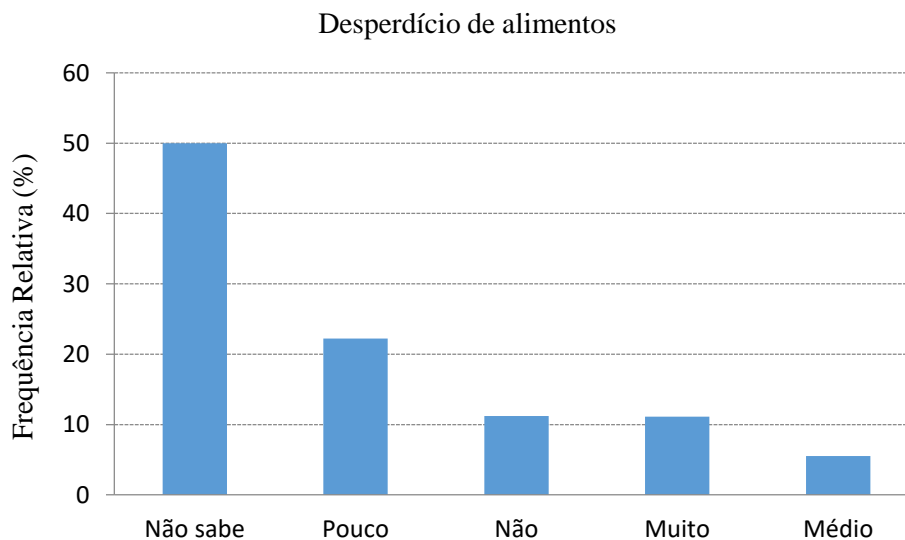
Gráfico 21: Há utilização de ventilação natural na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

Perguntados se há desperdícios de alimentos no refeitório da escola, 50% dos entrevistados disseram desconhecer esta demanda e 22,2% afirmaram que ocorre, porém em quantidade reduzida.

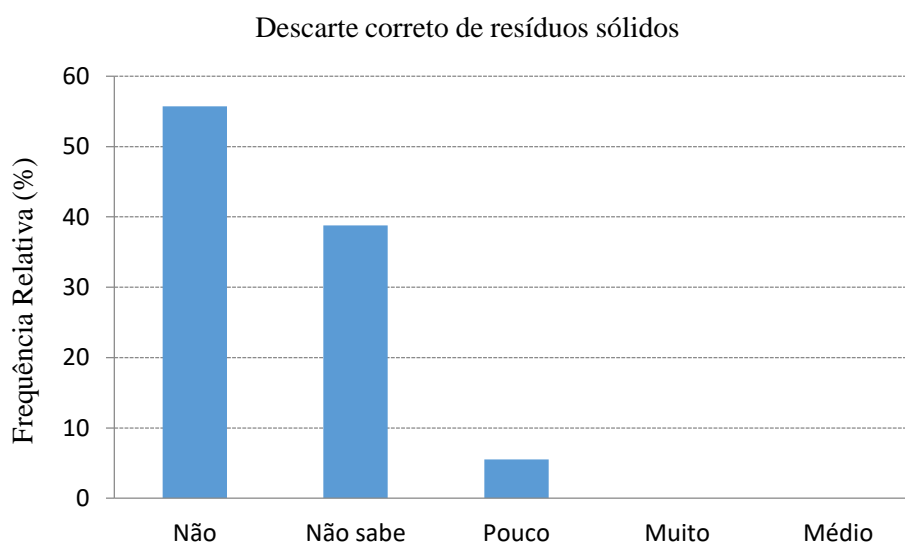
Gráfico 22: Há desperdício de alimentos na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

Quanto ao descarte correto de resíduos sólidos, 55,5% dos entrevistados afirmaram que não ocorre e apontaram a queima como principal destino do lixo coletado na escola. 38,8% afirmaram não saber o que ocorre com o lixo produzido na instituição escolar.

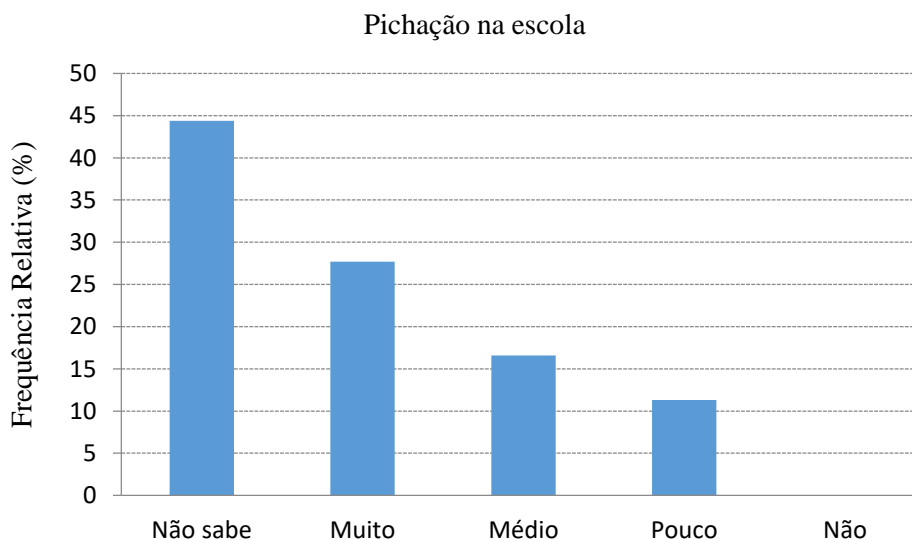
Gráfico 23: Há descarte correto de resíduos sólidos na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

Referente a pichação, o grupo dos que não sabem é de 44,4% e os que acham a escola muito pichada atingiram um percentual de 27,7%.

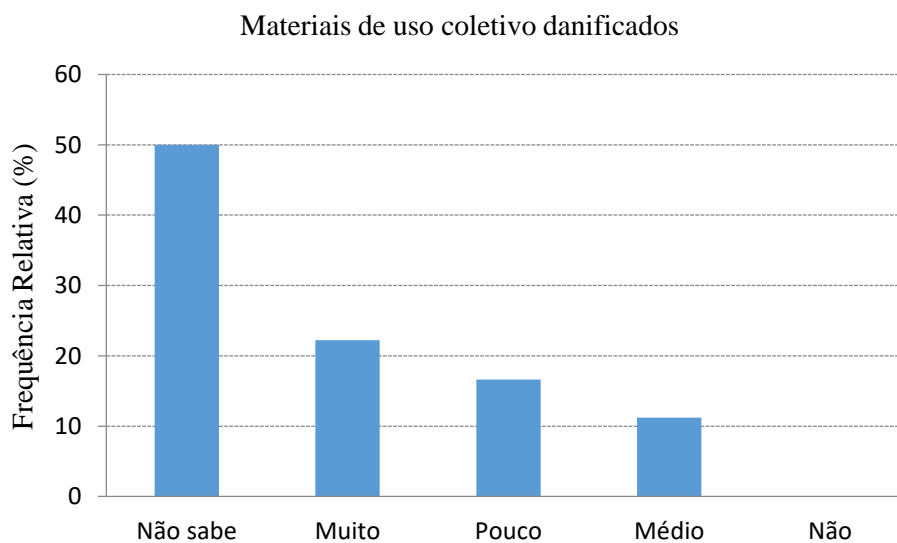
Gráfico 24: Há pichação na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

Perguntados se na escola há materiais de uso coletivo como livros, cadeiras, mesas e talheres danificados, 50% dos entrevistados disseram desconhecer a questão e 22,2% afirmaram existir muitos materiais de uso coletivo danificados na escola.

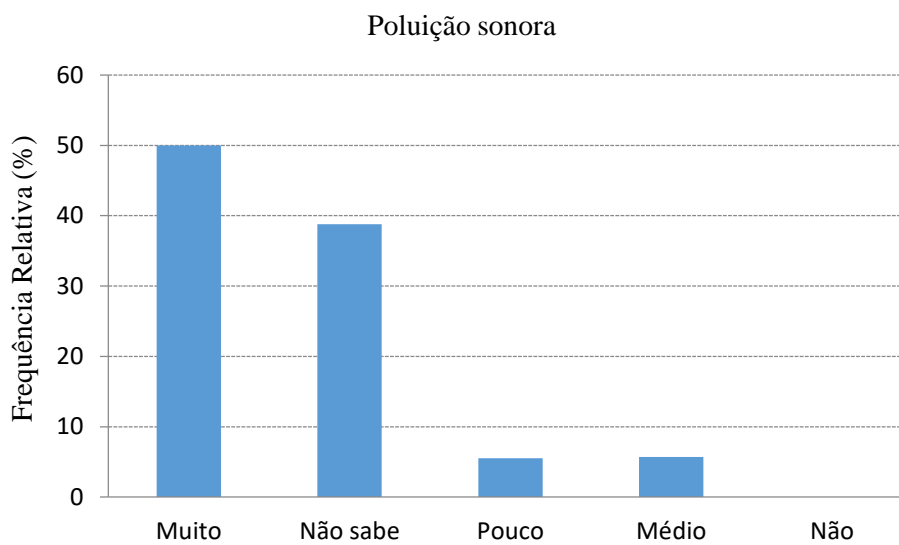
Gráfico 25: Há materiais de uso coletivo danificados na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

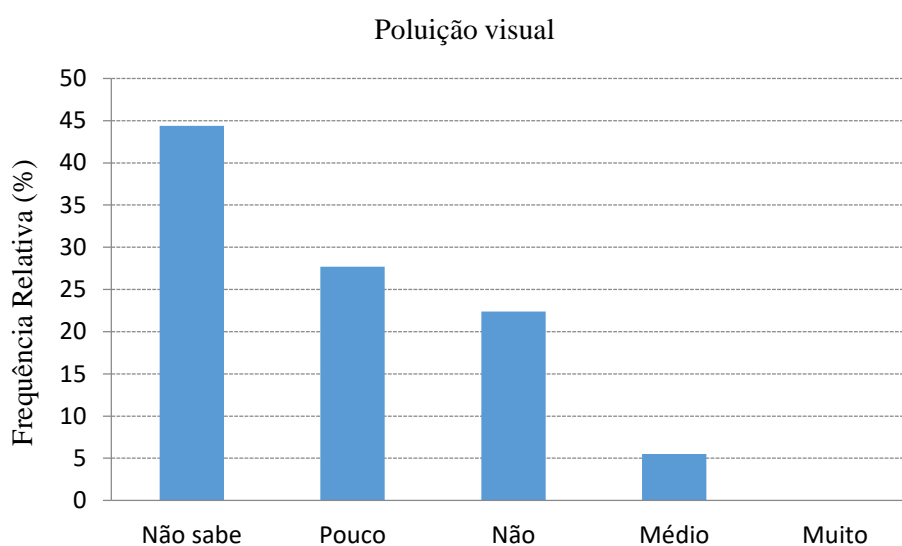
Sobre poluição visual e poluição sonora, os entrevistados distribuíram-se entre 50% que afirma existir muita e 38,8% que afirmam não saber se há poluição sonora na escola. Quanto a poluição visual, 22,2% afirmam não existir, 27,7% afirmam existir pouco e 44,4% afirmam não saber se ocorre na instituição escolar.

Gráfico 26: Há poluição sonora na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

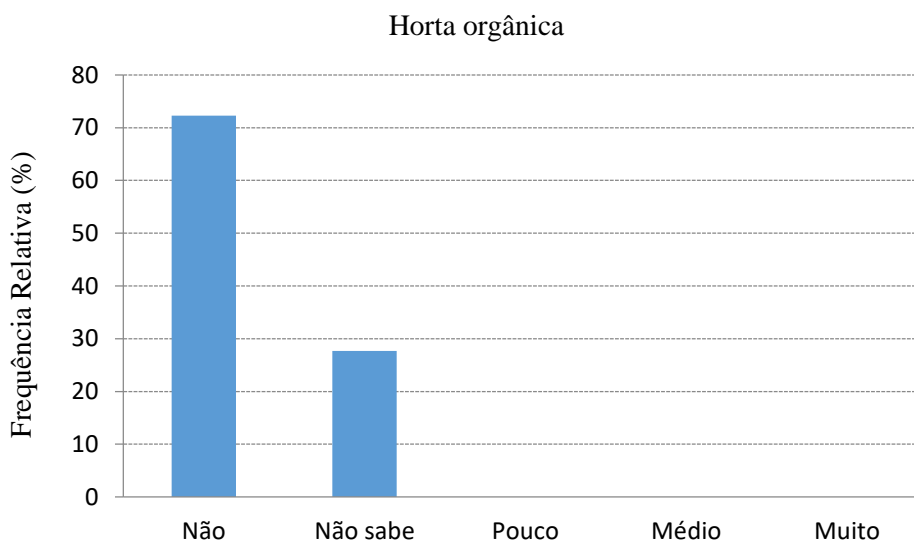
Gráfico 27: Há poluição visual na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

Perguntados se há horta orgânica na escola, 72,2% afirmou que não, enquanto 27,7% afirmou não saber. Todavia, 100% dos entrevistados afirmou lembrar do período em que a escola utilizava horta em sua metodologia de ensino.

Gráfico 28: Há horta orgânica na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

A análise destes gráficos é bastante reveladora. Ela permite identificar como os comunitários percebem a escola e como esta percepção influencia a relação que os mesmos têm com a instituição de ensino. Esta relação comunitários/escola, definirá então como serão os resultados de tudo que se propõe na unidade educacional, visto que pais satisfeitos com a escola, incentivarão seus filhos a melhorarem os resultados e a se fazerem parte de tudo que a unidade educacional propõe. Por outro lado, pais insatisfeitos, replicarão esta insatisfação aos seus filhos, fazendo com que haja resistência por parte dos mesmos ao que é trabalhado na proposta pedagógica e assim sendo, a aprendizagem ficará irremediavelmente prejudicada.

Chamou-nos atenção o fato de quase 60% dos entrevistados considerarem inadequada a forma com que a escola lida com os resíduos sólidos produzidos em suas atividades. Indagados sobre o que é feito com este material na escola, dos que se disseram saber como é tratado o lixo da instituição, 100% afirmou que queima-se o que é possível (plásticos, papéis, papelões entre outros) e armazena-se o que não pode ser queimado (vidros, alumínio, etc.) em uma área na parte externa da instituição, que acabam sendo arrastados e poluem os igapós, a cada cheia do rio.

Outro fato importante observado com os dados coletados é o de que poucos entrevistados (menos de 28%) declararam já ter participado de atividades de cunho ambiental na escola. Este dado nos parece alarmante, visto que seu impacto incide diretamente nos

estudantes. Ora, uma criança cuja apresentação programada terá a participação dos pais na plateia, empenhar-se-á de modo especial para executá-la, afim de que seus genitores possam orgulhar-se de sua atuação.

Outro fator negativo advindo da não participação de quase 78% dos pais e comunitários nos eventos da escola é o da nula absorção de conhecimentos por parte dos mesmos, daquilo que é trabalhado na instituição escolar. Ou seja, um público que poderia ser importante replicador dos conhecimentos que são transmitidos e trabalhados pela escola, torna-se alheio aos mesmos pelo simples fato de não ter o contato e a atenção com a educação que deveriam e poderiam ter.

Entretanto, importante revelação é a trazida pelos dados que tratam do desconhecimento por parte dos pais e comunitários, com relação ao que acontece na escola. Entre 38% e 67% dos entrevistados revelaram um profundo desconhecimento não apenas com relação às questões pedagógicas, mas, e principalmente, do próprio ambiente da escola e das coisas que se relacionam com o cotidiano da mesma. Assim, como exemplo, podemos citar que quase 63% dos entrevistados não sabem se a instituição utiliza materiais recicláveis corriqueiramente.

A família é o primeiro e principal contexto de socialização dos seres humanos, é um entorno constante na vida das pessoas; mesmo que ao longo do ciclo vital se cruze com outros contextos como a escola e o trabalho. Estas pessoas vivem normalmente uma relação afetiva. (EVANGELISTA; GOMES, 2003, P. 203, 2003)

7. SOB O OLHAR DE QUEM FAZ (PROFESSORES, SERVIDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS)

O terceiro grupo focal a fazer parte de nosso estudo foi o formado por quem está envolvido (ou pelo menos deveria estar), nas atividades propostas e executadas pela escola, os professores, servidores e prestadores de serviços lotados na instituição em foco. A intenção na escolha deste público, foi buscar entender como os servidores percebem o que é proposto pela escola, qual a importância disto para a formação dos educandos e se existem intervenções necessárias para potencializar os resultados e minimizar as fraquezas.

A pesquisa com este grupo nos proporcionou observar que mesmo se tratando de pessoas cuja participação e envolvimento nas ações a escola deveria ser acentuada, parte significativa dos mesmos não se revelara partícipe dos acontecimentos de forma integral e coesa, o que de modo significativo, interfere no rendimento e no sucesso das intervenções da instituição na sociedade local.

Nossa primeira observação se deu com relação a falta de preparação dos professores e demais servidores para trabalhar as questões ambientais na escola. Não há uma política de formação de educadores ambientais, desenvolvida pela rede municipal de ensino e toda

formação recebida por professor e servidores com relação a este tema, se deu através de parceiros externos ao âmbito municipal de educação. Instituições como a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e o Instituto Federal de Educação no Amazonas (IFAM) têm colaborado com a formação de formadores, na escola.

Apesar da rede municipal de ensino possuir em sua proposta curricular uma parte inteiramente voltada a educação ambiental, onde o currículo busca destacar a integração do sujeito ao meio social em que está inserido, com forte ênfase às questões voltadas ao bioma amazônico e a relação dos mesmos com este meio; poucos educadores e servidores entrevistados se declararam conhecedores desta proposta. Assim sendo, mesmo o mínimo oferecido pelo sistema municipal de ensino, ainda não é utilizado em sua totalidade pela escola, por desconhecimento ou desinteresse.

Quando perguntados se a Secretaria Municipal da Educação, possui uma proposta consistente voltada para as questões ambientais, 66,6% dos entrevistados responderam desconhecer, contra 22,2% dos que afirmaram positivamente a existência deste documento. Entre os que responderam desconhecer a existência da proposta de educação ambiental, alguns responderam que este desconhecimento se dá por conta da própria gestão da instituição não repassar as informações necessárias.

Isto nos direciona para uma outra realidade: o fato de grande parte das unidades educacionais não trabalhar em sua relação com os membros que as compõem a gestão participativa; metodologia de gestão de pessoas, ambientes e atividades onde tudo é discutido entre os pares que participarão da ação. Lima (2000) ao falar sobre gestão democrática, afirma que:

Uma perspectiva conceitual que focaliza intervenções democraticamente referenciadas, exercida por atores educativos e consubstanciadas em ações de (auto)governo; ações que não apenas se revelam enquanto decisões político-administrativas tomadas a partir de contextos organizacionais e de estruturas de poder de decisão, mas que também interferem na construção e recriação destas estruturas e de formas mais democráticas de exercer os poderes educativos no sistema escolar, na escola, na sala de aula, etc. (LIMA, 2000, p. 19)

Assim, o desconhecimento apresentado pelos professores e servidores, e mais que isso, o visível desentrosamento com a proposta educacional contida e por força de sistema, trabalhada pela escola, faz-nos perceber que os resultados educacionais, refletidos na formação de cidadãos ambientalmente conscientes, passa a estar deveras comprometido. Não há formação consistente e integral, se não houver unicidade entre todos os atores envolvidos no processo educacional em torno de objetivos comuns e estratégias também comuns.

Os profissionais da educação, em especial os professores, são ao nosso ver, a alma do processo educacional formal; sem os mesmos com pleno envolvimento diante de todas as

partes do todo, será extremamente difícil as conquistas desejadas. Cury, (2003) ao falar sobre este tema, nos diz que:

Os educadores, apesar de suas dificuldades, são insubstituíveis, porque a gentileza, a sensibilidade, a solidariedade, a tolerância, a inclusão, os sentimentos altruístas, enfim; todas as áreas da sensibilidade não podem ser ensinadas por máquinas e sim por seres humanos. (CURY, 2003, p. 65)

Quando perguntados se a escola desenvolve atividades de cunho ambiental, 100% dos entrevistados responderam que sim; todavia, quando pedido que relatassem quais eram estas atividades, as respostas muito dispersas, ofereceram a sugestão de que o desconhecimento já citado é realmente acentuado. Assim, a resposta mais recorrente, citada por 44,4% dos entrevistados, foi a de que a escola realiza palestras sobre lixo. Ora, em um universo de dezesseis respostas livres citadas, a mais recorrente, ser citada por apenas 44,4% do público-alvo, nos parece forte indício de desconhecimento.

Outra pergunta feita buscava saber dos entrevistados, se algo deveria ser trabalhado pela escola com relação às questões ambientais. A maior parte dos entrevistados destacou a necessidade de a escola promover mais atitudes praticas para dinamizar o processo ensino-aprendizagem em educação ambiental. Sobre isto, Barreto Filho (2001) considera atividades práticas como:

[...] modalidade de procedimento que objetiva conseguir informações, como no caso da observação ambiental, observação laboratorial, da leitura, da escrita, do dialogar com colegas e professor, e ainda, desenvolvidas de forma que se complementem e possam contribuir com o aluno no sentido de chegar a internalização do conhecimento formal. (BARRETO FILHO, 2001, p. 1)

Quanto aos instrumentos pedagógicos utilizados pela escola para o desenvolvimento das atividades propostas, número considerável dos entrevistados afirmou que palestras e atividades em sala de aula são os que a escola mais lança mão. Estes instrumentos foram citados por 77,7% dos 12 professores e servidores que aceitaram participar da pesquisa, demonstrando serem os que, para a instituição, oferecem melhor aproveitamento diante dos objetivos propostos. Como prova disto, o segundo instrumento pedagógico mais citado de forma livre, foram as passeatas, com 55,5%.

A escolha correta de instrumentos pedagógicos eficientes, tem forte impacto na obtenção dos resultados pretendidos quando da elaboração dos planejamentos estratégicos. Não há resultados positivos se a elaboração da ação e a escolha da metodologia de abordagem não for feita de forma consciente e fortemente comprometida com o programa proposto.

A entrevista buscou saber também, se na opinião dos servidores e professores, o que é proposto pela escola têm alcançado o objetivo desejado. Neste questionamento, 100% dos que

aceitaram participar da entrevista disseram não. Ora, se o objetivo não está sendo alcançado, a pergunta seguinte só poderia ser com relação ao que falta para que isto ocorra. Verificamos na tabulação dos dados desta pesquisa, que duas razões apontadas pelos entrevistados empataram em primeiro lugar com 44,4% dos apontamentos; são elas: falta de continuidade e falta envolver a comunidade local nas ações.

A primeira resposta, diz respeito a como tem sido o enfrentamento, por parte da escola, dos problemas ambientais percebidos seja na comunidade local ou a nível regional e até global. Ou seja, a escola tem abordado os diferentes temas relativos ao ambiente de forma sazonal, desvinculando-os de um processo de continuidade necessário para a afirmação do mesmo como instrumento que necessita de uma ação contínua e permanente. Carvalho (2010) falando sobre o processo de continuidade necessário para que a articulação curricular se faça de modo produtivo, afirma que:

A continuidade educativa é uma percepção exterior do fenômeno, enquanto que numa observação mais profunda se compreende a necessidade de uma articulação para um maior aproveitamento dos ciclos, certamente ligados, mas intrinsecamente diferenciados. Na visão da continuidade, aparece uma imagem do produto objetivado; na articulação é o processo que se dimensiona. (CARVALHO, 2010. P. 27)

Assim, entende-se que o processo de continuidade educacional se apresenta com uma forma contínua e verticalizada, na busca de integralidade de conhecimento, posto formar em educadores e estudantes uma noção clara do já vivido e já aprendido, estimulando a busca de novas descobertas e novas experiências com o já conhecido.

Quando professores e servidores lamentam a descontinuidade do que é proposto no âmbito escolar, estão expressando a percepção de que algo está sendo feito de forma fragmentada e sem os encaixes necessários para que seja verdadeiramente incorporado às aprendizagens dos educandos. Tal insatisfação é importante visto demonstrar a preocupação e comprometimento dos servidores com a aprendizagem e com a formação integral dos alunos.

A segunda razão apontada neste item, a necessidade de envolver a comunidade nos eventos da escola é algo que ao longo deste trabalho vem sendo discutido e apontado como elemento fundamental na estruturação do processo de aprendizagem. Os pais, quando de suas entrevistas e conversas, já apontavam um distanciamento acentuado entre a instituição escolar e a comunidade ao entorno.

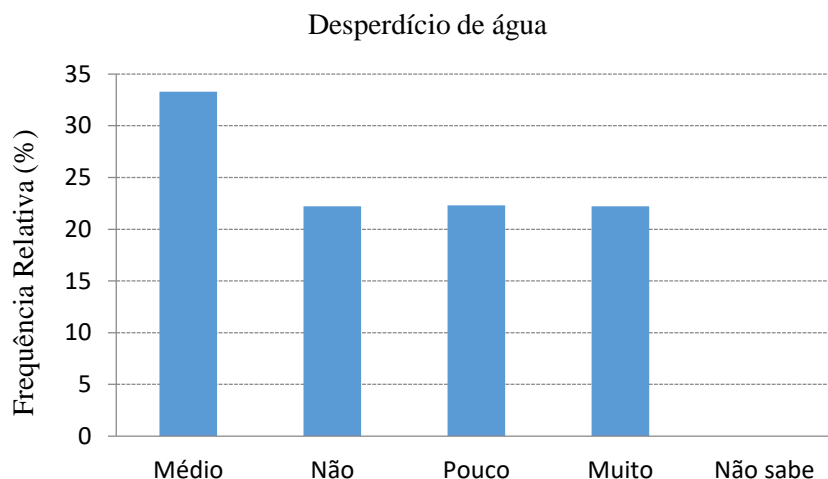
Outro item do questionário que corroborou o observado anteriormente, foi o questionamento sobre o que poderia ser feito para potencializar os resultados da escola. Quase 60% das respostas direcionavam para a que se adote maior intensidade nas ações, diminuindo as lacunas temporais entre uma atividade e outra, facilitando assim a integração das práticas de preservação ambiental no cotidianos dos estudantes.

Quando perguntados se a participação da comunidade nos eventos da escola é alta, os entrevistados foram unânimes em responder que não e apontaram a falta de contato da escola com a comunidade (55,5%) e a falta de acolhimento por parte da escola para com os comunitários (33,3%), como os principais motivos para que isto venha a ocorrer.

O item três do questionário focal utilizado na pesquisa de campo, buscou destacar as questões da sustentabilidade no ambiente escolar e procurava identificar através do olhar dos entrevistados, o que mais impacta a relação sustentabilidade/ambiente escolar. Os gráficos à seguir mostram o ambiente escolar e a sustentabilidade pelo olhar dos professores e servidores.

Perguntados sobre se na escola há desperdício de água e desperdício de energia elétrica, as respostas dos professores e servidores diferenciaram profundamente das dos estudantes e dos pais e comunitários. Os índices mais elevados foram de 33,3% para desperdício médio de água e 44,4% para desperdício médio de energia elétrica.

Gráfico 29: Há desperdício de água na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

Gráfico 30: Há desperdício de energia elétrica na escola?

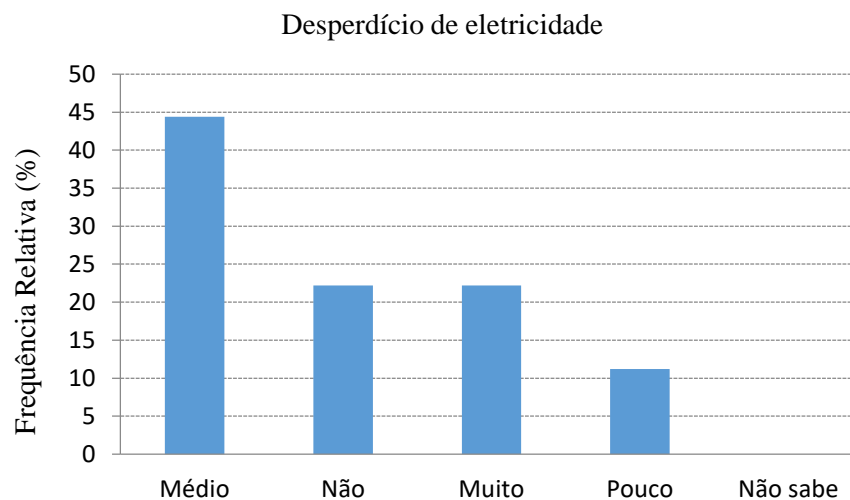
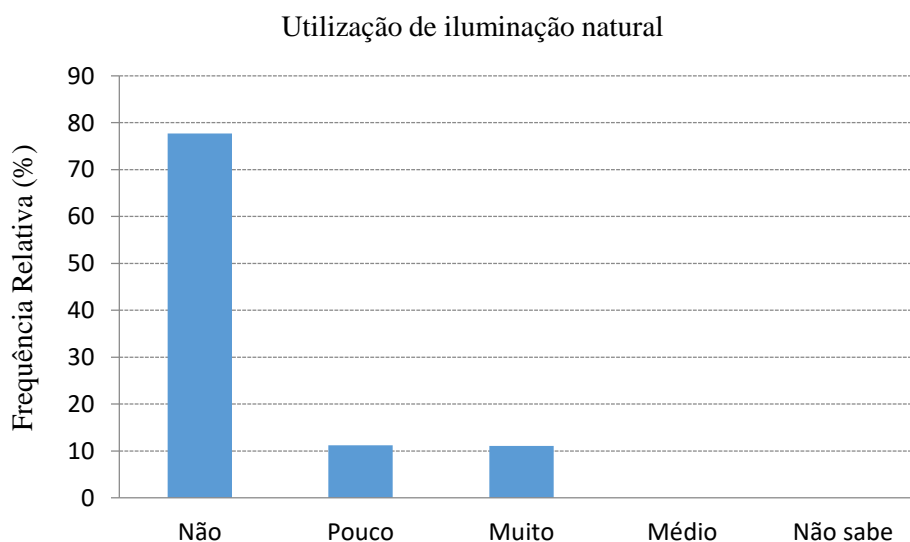


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

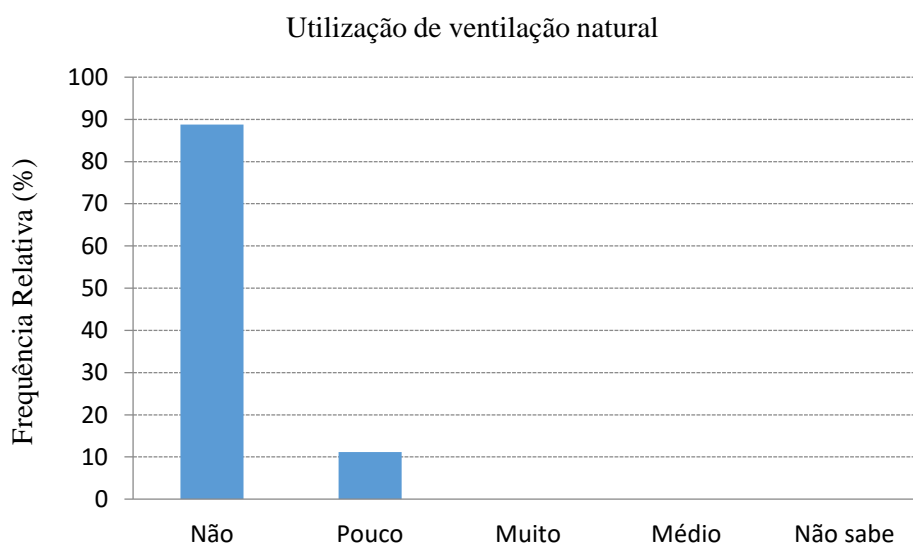
Quando o questionamento foi sobre a utilização de iluminação natural e ventilação natural pela escola, professores e servidores responderam da seguinte forma: 77,7% afirmou que a escola não utiliza iluminação natural corretamente e 88,8% respondeu que a escola não utiliza ventilação natural. Estes dados chamam atenção, por serem a percepção dos próprios servidores e professores; agentes capazes e responsáveis para solucionar esta demanda.

Gráfico 31: Há utilização de iluminação natural na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

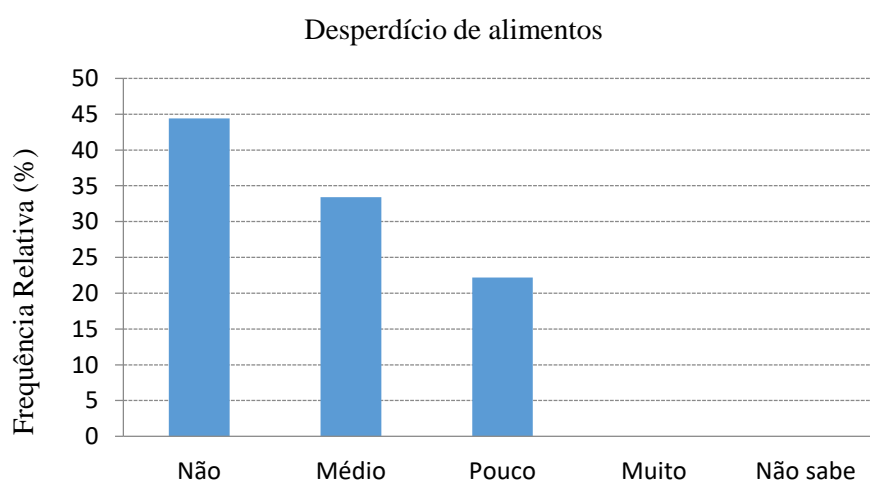
Gráfico 32: Há utilização de ventilação natural na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

A questão do desperdício de alimentos na instituição escolar obteve as seguintes respostas: 44,4% afirmou que não ocorre desperdício, 22,2% afirmou que existe pouco desperdício e 33,3% afirmou que é média a questão do desperdício de alimentos.

Gráfico 33: Há desperdício de alimentos na escola?

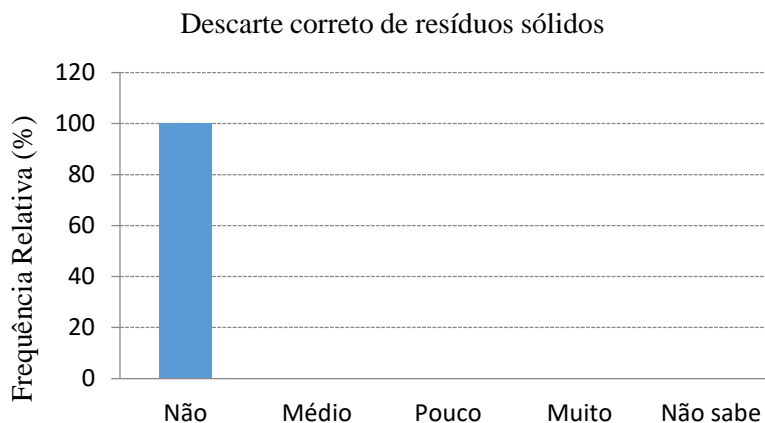


Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

Servidores e professores foram unânimes em responder (100% dos entrevistados), que o descarte de resíduos sólidos não ocorre de forma correta na escola. Outro questionamento foi quanto ao uso de materiais recicláveis. Neste item, as respostas foram as seguintes: 44,4% afirmaram que não são usados materiais recicláveis na escola, 22,2% afirmou que usa-se

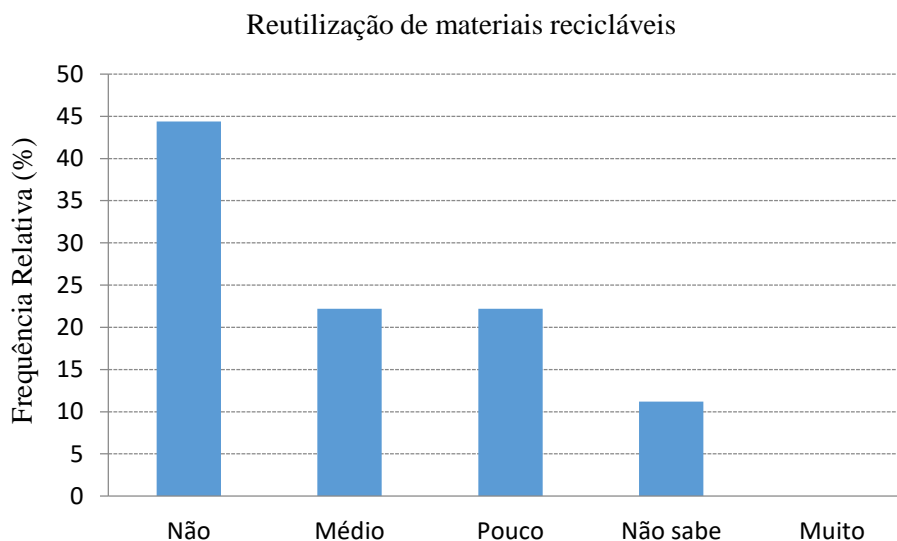
poucos materiais recicláveis, 22,2% disse que é médio o uso de materiais recicláveis e 11,1% afirmou não saber se são usados materiais recicláveis na escola.

Gráfico 34: Há descarte correto de resíduos sólidos na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

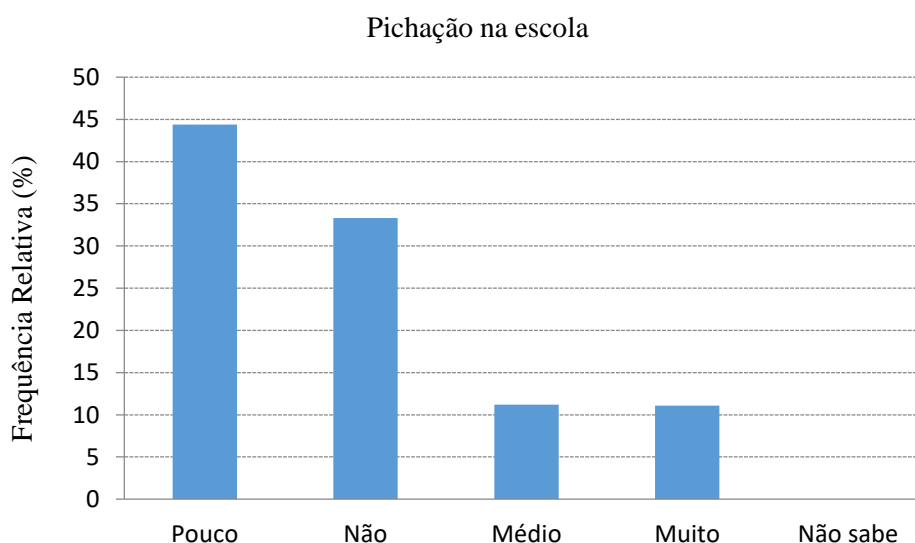
Gráfico 35: Há reutilização de materiais recicláveis na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

A questão sobre pichação na escola, os entrevistados responderam da seguinte forma: 33,3% afirmou que não há este problema na instituição, 44,4% afirmou que este problema existe, porém em pequena escala, 11,1% afirmou que é média a pichação e 11,1% afirmou que há pichação na escola e em escala elevada.

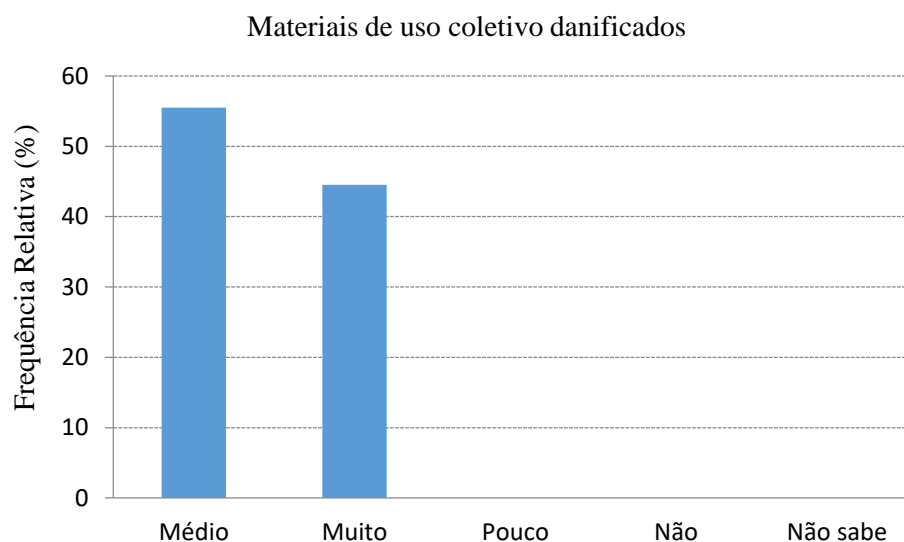
Gráfico 36: Há pichação na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

Quando questionados se há materiais de uso coletivo como cadeiras, mesas, livros, entre outros, danificados, as respostas foram as seguintes: 55,5% dos entrevistados disseram que é médio este problema na escola e 44,5% responderam ser alto o nível de materiais de uso coletivo danificados.

Gráfico 37: Há materiais de uso coletivo danificados na escola?

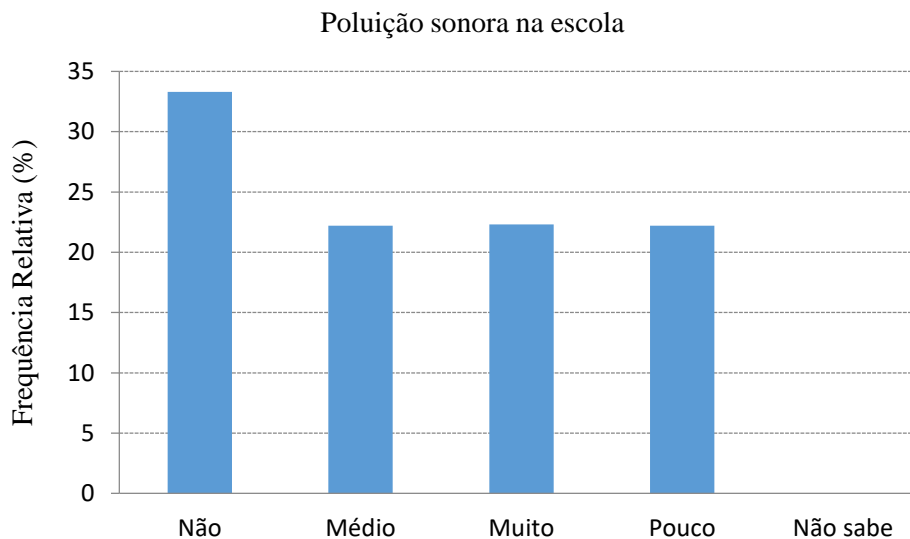


Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

Nas questões sobre poluição sonora e poluição visual, as respostas tomaram a seguinte proporção: 33,3% responderam que não há poluição sonora na escola, 22,2% disseram que a

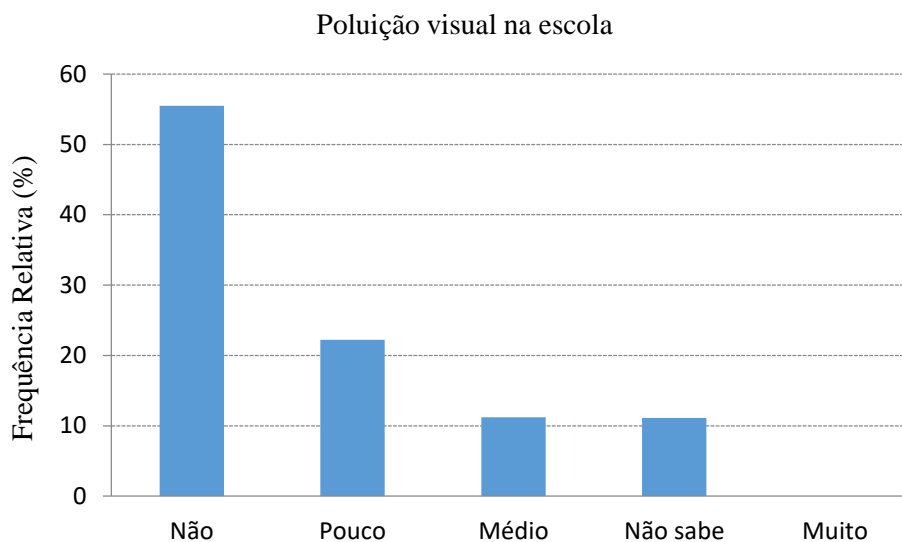
poluição sonora é pequena, 22,2% disseram que é média e 22,2% disseram que é alto o índice de poluição sonora na instituição educacional.

Gráfico 38: Há poluição sonora na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

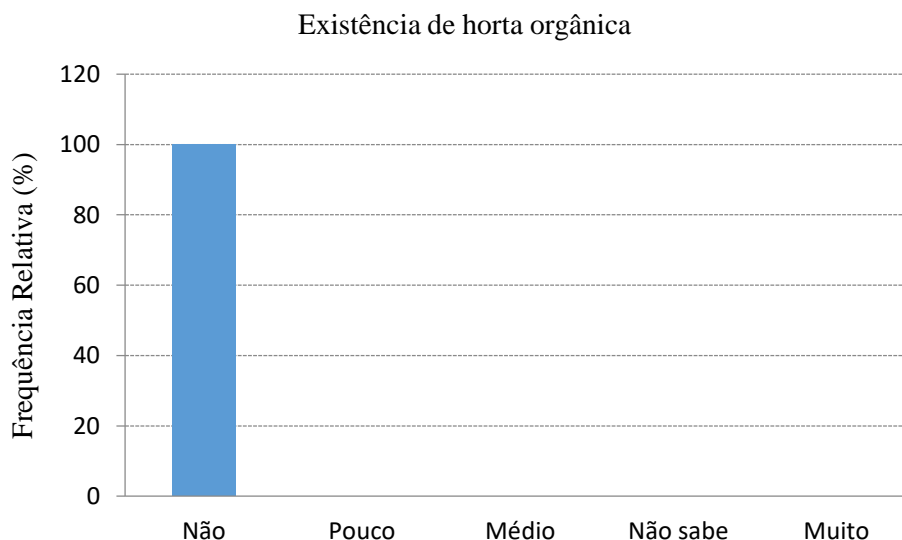
Gráfico 39: Há poluição visual na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

No item sobre a existência de horta orgânica na escola, 100% dos entrevistados afirmaram não existir tal atividade no currículo da instituição, apesar de serem unânimes em reconhecer a importância deste tipo de atividade no trato não apenas das questões ambientais, como de uma prática educacional multidisciplinar.

Gráfico 40: Há horta orgânica na escola?



Fonte: Pesquisa de campo, novembro, 2016.

Analisar estes gráficos nos permite chegar a importantes conclusões com relação ao estudo proposto. Em primeiro lugar percebemos o quão distante está a percepção dos comunitários se comparada à percepção dos servidores, relativa a escola. Isto revela o distanciamento hora evidente entre a comunidade do entorno e a instituição escolar. Distanciamento este que interfere sobremodo na busca de ensino pretendida pela escola e na formação adequada dos estudantes e dos próprios comunitários pretendida por toda a sociedade.

Este contexto nos remete ao entendimento de importantes mentes de nosso tempo, como Leff (2002), Layrargues (2004) e Loureiro (2003) (2006), entre outros, que, entendedores de como nosso tempo está se apresentando e de como é complexo a relação do homem com as questões ambientais, entendem que a Educação Ambiental e as práticas educacionais comandadas principalmente pelas instituições educacionais vão muito além do que a simples transmissão de conhecimentos de ecologia ou ambiente; passam por uma esfera política e principalmente ideológica. A crise é, segundo Leff (2001) civilizacional, e se manifesta no questionamento da concentração de poder do Estado e do mercado e das reivindicações por cidadania, democracia, equidade, justiça, participação e autonomia.

Assim, entendemos que a responsabilidade da instituição escolar vai muito além de preparar conteúdos, estratégias e ações afim de buscar formar cidadão ambientalmente comprometidos. O dever da escola enquanto instituição é congregar os mais diferentes elos da sociedade na busca de comprometimento ideológico frente à complexidade ambiental. Ora, se crise é civilizacional, a solução para a mesma só pode ser encontrada com o comprometimento de toda a sociedade.

Trabalhando esta cultura da gestão democrática, onde a participação da comunidade é fundamental e, problematizando interna e externamente a realidade social como ponto de partida e a transformação como ponto de chegada, a escola pode conquistar parceiros importantes fora do âmbito do prédio escolar. Reconhecendo os saberes populares e tornando-se aberta ao que a sociedade da qual ela mesma faz parte, a escola dará importante passo em busca da democratização do saber.

Prova disto, foi a parceria que a escola manteve, entre os anos de 2008 e 2012, com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), através do Núcleo de Socioeconomia (NUSEC), parceria esta que contribuiu com que a escola reavaliasse seu currículo e voltasse seu olhar de forma mais intensa para a valorização das potencialidades oferecidas pelo próprio local onde a escola está inserida, proporcionando a valorização dos saberes locais na formação acadêmica dos estudantes. Esta parceria proporcionou também a formação técnica de professores, servidores, estudantes e comunitários em técnicas de manejo com abelhas sem ferrão, plantas medicinais, plantas ornamentais e horta orgânica.

Outro dado importante é a percepção que os servidores demonstram ao fato de a instituição escolar não trabalhar atividades de reciclagem de resíduos sólidos em seus projetos. Isto remete à ideia de que se a instituição não for o exemplo necessário para motivar os que dela fazem parte, discursos e palestras pouco efeito farão.

Neste contexto entra em discussão o currículo proposto pela escola e como este tem relação com o aprendizado e com o empoderamento do educando; ou seja; só haverá promoção de conhecimento por parte da instituição educacional, se a mesma conseguir por meio dos conteúdos e das práticas educativas inculcar no educando esta consciência de transformação. Neste sentido, Young (2007) nos diz que:

[...] se as escolas devem cumprir um papel importante em promover a igualdade social, elas precisam considerar seriamente a base de conhecimento do currículo, mesmo quando isto parecer ir contra as demandas dos alunos (e as vezes de seus pais). As escolas devem perguntar: “Este currículo é poderoso?”. Para crianças de lares desfavorecidos, a participação ativa na escola pode ser a única oportunidade de adquirirem conhecimento poderoso e serem capazes de caminhar, ao menos, intelectualmente, para além de suas circunstâncias locais e particulares. Não há nenhuma utilidade para os alunos em se construir um currículo em torno de sua experiência, para que este currículo possa ser validado e, como resultado, deixá-los sempre na mesma condição. (YOUNG, 2007, P. 1297).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de cidadãos ambientalmente conscientes e que possam de forma efetiva participar das transformações que a sociedade almeja, passa de forma indelével pelo viés do macro comprometimento de todos os elementos sociais na busca deste objetivo. A abrangência no processo educacional requer noções amplas de corresponsabilidade, partindo de todos os grupos sociais dos quais as crianças fazem parte. A escola emerge neste sentido, como uma instituição capaz de produzir e dar sentido à teia de interrelações das quais a criança lança mão para estruturar sua noção de mundo.

Implica ações que envolvem a escola e suas relações externas, tais como os níveis de gestão superiores da gestão do sistema escolar, os pais, as organizações políticas e comunitárias, as cidades e os equipamentos urbanos. O objetivo dessas atividades é buscar as possibilidades de cooperação e de apoio, oferecidas pelas diferentes instituições, que contribuam para o aprimoramento do trabalho da

escola, isto é, para as atividades de ensino e de educação dos alunos. Espera-se especialmente, que os pais atuem na gestão escolar mediante canais de participação bem definidos. (LIBÂNEO, 2003, p. 348-349)

Deste modo, desvendar a *práxis ambiental* da escola Professora Francisca Góes dos Santos, através do olhar de seus servidores, de seus discentes e da comunidade na qual a unidade escolar está inserida, permitiu um profícuo entendimento com relação aos pontos positivos e negativos da ação da instituição na formação dos seus educandos e por consequência disto, de como os mesmos vão construindo suas relações com o ambiente em que estão inseridos.

Existe um profundo encadeamento nas relações de produção do conhecimento; relação esta que envolve não apenas os responsáveis pela educação formal, como também todos os elementos sociais aos quais o indivíduo tem envolvimento. Qualquer que seja o grupo societário que se tenha participação, por menor que seja, exerce influência na formação da pessoa. Desta forma, a escola, a igreja, o grupo de amigos, o time de futebol, os amigos dos amigos, os colegas de profissão, tudo influencia na aprendizagem das pessoas; logo, tudo deve ser levado em consideração quando o assunto é a formação plena deste indivíduo.

A tentativa de formação de cidadãos ambientalmente conscientes pela escola municipal Professora Francisca Góes dos Santos é o resultado de uma atuação descolada dos preceitos de responsabilidade coletiva no ato de educar e de valorização do etnoconhecimento contido na variação de saberes possuídos pela sociedade local e que vêm sendo repassados intergeracionalmente. Logo, o encadeamento destes preceitos, que deveriam gerar um modo de vida centrado no respeito e na manutenção do sistema ambiental não se faz de forma efetiva. Apesar de a escola receber estudantes habituados a uma vivência em contato profundo com a natureza e os elementos formadores de sua *práxis* estarem “encharcados” das práticas locais, a instituição escolar tem sido pouco hábil na utilização destes conhecimentos para a consolidação de suas práticas educacionais.

Neste aspecto, com ações ligadas à Igreja Católica, que nos últimos anos voltou o olhar para as questões ambientais e de sustentabilidade (Papa Francisco, 2015) e estimuladas por sua vocação ligada à história de seu padroeiro, a comunidade São Francisco tem sido, ao longo do tempo, muito mais efetiva do que a própria instituição escolar na formação de cidadãos com consciência ambiental proativa.

Os desafios a serem superados pela escola para efetivamente contribuir com a formação de cidadãos ambientalmente consciente existem e foram identificados através das conversas informais, discussões e entrevistas realizadas na pesquisa de campo e apresentadas ao longo deste trabalho. Oportunidades também foram identificadas. À escola, resta lançar mão destas oportunidades e com elas, estabelecer mecanismos capazes de transformar sua ação educadora em algo coletivo e aberto, transparente e plural, algo vivificador. Educação que transforma, se faz em meio a estes complexos sistemas interligados.

Portanto, a escola municipal Professora Francisca Góes dos Santos é uma unidade educacional que ainda não atingiu seu objetivo de formar cidadãos ativos ambientalmente. Isto se deve ao *modus operandi* de sua prática educacional estar voltada para a própria instituição como detentora e articuladora do conhecimento, sem levar em conta, os outros entes sociais capazes de através de uma rede de articulação política, contribuir com esta formação. Abraçar práticas coletivas de responsabilidade educacional fará com que a

instituição estabeleça conexão com o universal e transforme sua própria prática em relação ao ambiente.

9. REFERÊNCIAS

ARROYO. M.G. **A administração da educação: Poder e participação.** Educação & Sociedade. São Paulo: ano I, nº 2, p. 36-46, Rio de Janeiro, 1979.

BARRETO FILHO, B. **Atividades práticas na 8ª série do ensino fundamental: luz numa abordagem regionalizada.** 2001. 128f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8069, de julho de 1990. Casa e lar – (<http://www.scribd.com/doc/6382670/CASA-E-LAR?>)

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. - (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. **PRO-CONSELHO.** Programa Nacional de Capacitação de Conselheiro Municipais de Educação. Caderno de oficinas. - (<http://portal.mec.gov.br/pro-conselhos/publicacoes>) Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. **Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de janeiro de 2013.** (<http://www.fnde.gov.br/fndelegis/action>) Acesso em: 19 dez. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) Acesso em: 21 dez. 2016.

_____. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação.** 2003 (http://www.fnde.gov.br/fndelegis_proconselhos) Acesso em: 02 dez. 2016.

_____. **Referências de Qualidade para a Educação.** 2007. (<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>) Acesso em: 19 dez. 2016.

CARVALHO. A. **Articulação curricular Pré-Escolar/1º ciclo do ensino básico: contributos para o sucesso educativo.** Dissertação de mestrado em Gestão Curricular. Aveiro. Universidade de Aveiro. 2010.

CURY, Augusto Jorge. **Pais Brilhantes, professores fascinantes.** Rio de Janeiro: Sextante. 2003.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** São Paulo, Gaia, 1992.

EVANGELISTA, F. GOMES, P. de T. (orgs.) **Educação para pensar.** Campinas, Alines, 2003.

FELIX, M.F.C. **Administração escolar: Um problema educacional ou empresarial?** São Paulo: Cortez Editora. 1984.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 40 ed. São Paulo: Paz e terra, 2009.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 35 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2003.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcer, Volume 1: Introdução ao estudo da Filosofia, a filosofia de Benedetto Croce. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRACINDO, Regina Vinhaes. Os conselhos escolares e a educação com qualidade social. IN Gestão Democrática da Educação Ministério da Educação. Boletim 19, out. 2005.

HOFFMANN, Jussara. Pontos & contrapontos: do pensar ao agir em avaliação. 10ª edição. Porto Alegre, RS: Mediação, 2007.

LAYRARGUES, P. P. (org.) **Identidades da Educação ambiental brasileira.** Brasília: MMA, 2004.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental - sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis- RJ: Vozes/PNUMA, 2001.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, L. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública.** São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Modernização, racionalização e otimização: Perspectivas neotayloristas na organização e administração da educação. In. LIMA, L. AFONSO, A.J. **Reforma da Educação Pública: Democratização, Modernização, Neoliberalismo.** Porto: Afrontamento, 2002.

LOUREIRO, C. B. F. & LIMA, A educação ambiental e a escola: uma tentativa de reconciliação. In: J. G. S PAZ, R. J. (org.). **Fundamentos, reflexões e experiências em educação ambiental.** João Pessoa: Ed. Universitária, 2006.

_____. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política** Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

LOURENÇO FILHO, M.B. **Organização e Administração escolar: Curso Básico.** 8ª ed. Brasília: INEP/MEC. 2007.

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola.** Petrópolis: Vozes, 2006.

MACEDO, L. Apresentação em ALTHUON, B.ESSLE, C.; STOEBER, I. **Reunião de pais: Sofrimento ou prazer?** São Paulo: Casa do psicólogo, 2005.

PAPA FRANCISCO. **Carta encíclica LAUDATO SI – Sobre o cuidado com a casa comum.** Extraído do site http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. acessado em 14/02/2016 as 14:30.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** 5ª ed. São Paulo: Editora Xamã. 2000.

QUINTAS, J.S. (org). **Pensando e praticando a educação no processo de gestão ambiental.** Brasília: IBAMA, 2002.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental.** São Paulo: Brasiliense. 2001.

SANDER. Brenno. **Gestão da educação na América Latina.** Campinas: Autores Associados. 1995.

SOUZA, Oralda Adur de. **A escola e a família em parceria.** 1ª Edição. Curitiba: Editora Safe, 2008.

SOUZA, A.R.D. **Os caminhos da produção científica sobre a gestão escolar no Brasil.** Revista Brasileira de política e administração da educação. Porto Alegre. v 22, nº 1, p. 13-39, jan/jun, 2006.

TIBA, Içami. **Quem ama educa.** São Paulo: Editora Gente, 2002,

YOUNG, Michael. **Para que servem as escolas?** Campinas, vol. 28, nº 101, p. 1287-1302, set/dez. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 19 dez. 2016.

ANEXOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Convidamos você para participar, de forma totalmente voluntária, do PROJETO: A práxis ambiental na escola rural Professora Francisca Góes dos Santos, Careiro da Várzea, Amazonas, Brasil. Temos como objetivo analisar a práxis ambiental em escola ribeirinha no Amazonas. Um dos benefícios de sua entrevista para a pesquisa é a ajuda na coleta de dados importantes que você traz consigo, com a história da escola e de sua comunidade. Assim, poderemos ter uma dimensão precisa da realidade através de fontes que consideramos confiáveis e verdadeiras.

Utilizaremos como instrumento para a realização da pesquisa: um roteiro de perguntas para entrevistas e observações participantes. Com permissão da comunidade, bem como dos entrevistados, utilizaremos máquinas fotográficas para registrar determinadas situações, assim como gravador de voz digital e microfilmadoras. Se você se sentir desconfortável ou incomodado com alguma pergunta, você terá toda liberdade para se recusar a respondê-la. Também poderá retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa. Os resultados destas entrevistas serão analisados e publicados em relatórios, mas sua identidade não será divulgada. Para qualquer outra informação, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com o pesquisador Valdenir Fábio de Moraes Moreira pelo fone (92) 99985-1409.

Fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada.

<hr/> <hr/> <i>Participante da Pesquisa</i> Data: ____/____/____ Impres. Datiloscópica	<hr/> <hr/> <i>Responsável pela Pesquisa</i> Data: ____/____/____
---	---

Roteiro de entrevista semiestruturado
(PROFESSORES, SERVIDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS)

FORMULÁRIO FOCAL INDIVIDUAL

Form. N.: _____

Data: ____/____/2013 Hora: ____:____ h

Georeferenciamento: Lat: _____. Long:

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome do Entrevistado (a): _____ 1.2
Idade: _____

1.3 Atividade laboral:

1.4 Escolaridade:

1.5 Onde nasceu? :

1.6 Se não nasceu na comunidade, quanto tempo mora aqui?

1.7 Quais lugares o senhor já morou?

2. O OLHAR DE QUEM FAZ (PROFESSORES, SERVIDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS)

2.1 O currículo proposto pela Secretaria Municipal da Educação, contém uma proposta consistente voltada para as questões ambientais?

Sim () Não () Desconheço ()

2.2 A escola desenvolve atividades voltadas para as questões ambientais? Se sim, quais?

Sim () Não ()

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

2.3 Há alguma coisa que deveria ser trabalhada pela escola com relação às questões ambientais? Se sim, o quê?

Sim () Não ()

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

2.3.1 Quais os principais instrumentos pedagógicos utilizados pela escola para atingir os objetivos no campo ambiental?

Palestras	Aulas-passeio	Atividades em sala de aula	Passeatas	Pesquisas de campo	Vídeo-aulas	Pesquisa em livros e impressos
-----------	---------------	----------------------------	-----------	--------------------	-------------	--------------------------------

2.3.2 Outras.

2.4 Qual a periodicidade das atividades de cunho ambiental desenvolvidas pela escola?

() Mensal () Bimestral () Trimestral () Semestral () Anual () Outros

2.5 O que é feito pela escola, tem surtido efeitos satisfatórios? Se sim, quais? Se não, por quê?

Sim () Não ()

2.6 O que poderia ser feito para potencializar os resultados?

1

2

3

4

2.7 A participação da comunidade nos eventos da escola é alta? Por quê?

Sim () Não ()

3. O OLHAR DE TODOS SOBRE A ESCOLA E O AMBIENTE (PROBLEMAS AMBIENTAIS E A ESCOLA)

PROBLEMAS	NÃO OCORREM	POUCO FREQUENTE	FREQUENTE	MUITO FREQUENTE	ONDE OCORRE + FREQUENTE	DESCONHECE
Desperdício de água						
Desperdício eletricidade						
Utilização da iluminação natural						
Utilização de ventilação natural						
Uso consciente dos alimentos						
Descarte correto de resíduos sólidos						
Pichação						
Materiais de uso coletivo danificados						
Reutilização de materiais recicláveis						
Utilização de sobras orgânicas em						

compostagem						
Poluição sonora						
Poluição visual						
Utilização correta de paredes e áreas comuns						
Horta orgânica						
Outra _____						

Roteiro de entrevista semiestruturado

ESTUDANTES DE 4º A 9º ANO

FORMULÁRIO FOCAL INDIVIDUAL

Form. N.: _____

Data: ____/____/2016 Hora: ____:____ h

Georeferenciamento: Lat: _____.

Long: _____

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome do Entrevistado (a): _____ 1.2

Idade: _____

1.3 Atividade laboral:

1.4 Escolaridade:

1.5 Onde nasceu? :

1.6 Se não nasceu na comunidade, quanto tempo mora aqui?

1.7 Quais lugares o senhor já morou?

2 SOB O OLHAR DE PRA QUEM É FEITO (ESTUDANTES DE 4º A 9º ANO)

2.1 A escola faz atividades sobre o meio ambiente? Se sim, que tipo?

Sim () Não ()

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

2.2 As atividades que a escola desenvolve são legais? Por quê?

Sim () Não ()

2.3 Você aprende alguma coisa nas atividades que a escola desenvolve sobre meio ambiente? Se sim, diga o quê.

Sim () Não ()

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

2.4 Qual a periodicidade das atividades de cunho ambiental desenvolvidas pela escola?

() Mensal () Bimestral () Trimestral () Semestral () Anual () Outros

2.5 Lembra da última atividade que participou? Se sim, Quando foi E sobre o que era?

Sim () Não ()

3. O OLHAR DE TODOS SOBRE A ESCOLA E O AMBIENTE (PROBLEMAS AMBIENTAIS E A ESCOLA)

PROBLEMAS	NÃO OCORREM	POUCO FREQUENTE	FREQUENTE	MUITO FREQUENTE	ONDE OCORRE + FREQUENTE	DESCONHECE
Desperdício de água						
Desperdício eletricidade						
Utilização da iluminação natural						
Utilização de ventilação natural						
Uso consciente dos alimentos						
Descarte correto de resíduos sólidos						
Pichação						
Materiais de uso coletivo danificados						
Reutilização de materiais recicláveis						
Utilização de sobras orgânicas em compostagem						
Poluição sonora						
Poluição visual						
Utilização correta de paredes e áreas comuns						
Horta orgânica						
Outra _____						

Roteiro de entrevista semiestruturado

FORMULÁRIO FOCAL INDIVIDUAL

Form. N.: _____

Data: ____/____/2016 Hora: ____:____ h

Georeferenciamento: Lat: _____.

Long: _____

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome do Entrevistado (a): _____ 1.2

Idade: _____

1.3 Atividade laboral:

1.4 Escolaridade:

1.5 Onde nasceu? :

1.6 Se não nasceu na comunidade, quanto tempo mora aqui?

1,7 Quais lugares o senhor já morou?

2 SOB O OLHAR DE DENTRO PARA FORA (PAIS E COMUNITÁRIOS)

2.1 Você acompanha o currículo da escola?

Sim () Não () Por quê? _____

2.2 A escola desenvolve atividades de cunho ambiental? Se sim, quais?

Sim () Não ()

2.3 Você já foi convidado para participar de alguma destas atividades? Se sim, quais?

2.4 Você já participou de alguma destas atividades? Se sim, como foi?

Sim () Não ()

2.5 Como você avalia as atividades promovidas pela escola?

() ruim () bom () ótimo () excelente () outros: _____

2.6 O que poderia ser feito para melhorar os resultados?

3. O OLHAR DE TODOS SOBRE A ESCOLA E O AMBIENTE (PROBLEMAS AMBIENTAIS E A ESCOLA)

PROBLEMAS	NÃO OCORREM	POUCO FREQUENTE	FREQUENTE	MUITO FREQUENTE	ONDE OCORRE + FREQUENTE	DESCONHECE
Desperdício de água						
Desperdício eletricidade						
Utilização da iluminação natural						
Utilização de ventilação natural						
Uso consciente dos alimentos						
Descarte correto de resíduos sólidos						
Pichação						
Materiais de uso coletivo danificados						
Reutilização de materiais recicláveis						
Utilização de sobras orgânicas em compostagem						
Poluição sonora						
Poluição visual						
Utilização correta de paredes e áreas comuns						
Horta orgânica						
Outra _____						



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A práxis ambiental na escola rural Professora Francisca Góes dos Santos, Careiro da Várzea, Amazonas, Brasil

Pesquisador: VALDENIR FABIO DE MORAES MOREIRA

Versão: 2

CAAE: 66467617.6.0000.5020

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 028883/2017

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto A práxis ambiental na escola rural Professora Francisca Góes dos Santos, Careiro da Várzea, Amazonas, Brasil que tem como pesquisador responsável VALDENIR FABIO DE MORAES MOREIRA, foi recebido para análise ética no CEP Universidade Federal do Amazonas - UFAM em 30/03/2017 às 12:21.